

ISSN: 2447-7656 – V. 2 – ANO 2 – 2016



AKEDIA

VERSÕES NEGLIGÊNCIAS E OUTROS MUNDOS

PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DO GRUPO DE PESQUISA SOCIEDADE,
IMAGENS E CULTURA (SIC)

TEXTO AKEDIANO PARA ESTE VOLUME:

"VEM POR AQUI" - DIZEM-ME ALGUNS COM OLHOS DOCES,
ESTENDENDO-ME OS BRAÇOS, E SEGUROS
DE QUE SERIA BOM SE EU OS OUVISSE
QUANDO ME DIZEM: "VEM POR AQUI!"
EU OLHO-OS COM OLHOS LASSOS,
(HÁ, NOS MEUS OLHOS, IRONIAS E CANSAÇOS)
E CRUZO OS BRAÇOS,
E NUNCA VOU POR ALI... [...]

SE AO QUE BUSCO SABER NENHUM DE VÓS RESPONDE,
POR QUE ME REPETIS: "VEM POR AQUI?"
PREFIRO ESCORREGAR NOS BECOS LAMACENTOS,
REDEMOINHAR AOS VENTOS,
COMO FARRAPOS, ARRASTAR OS PÉS SANGRENTOS,
A IR POR AÍ...

(FRAGMENTO DO POEMA "CÂNTICO NEGRO", DE JOSÉ
RÉGIO. PORTUGAL, VILA DO CONDE, 1901 - 1969)

GRUPO DE PESQUISA
SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA (SIC)



VOLUME II



UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS



UNIDADE FRUTAL

GRUPO DE PESQUISA
SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA (SIC)



AKEDIA – VERSÕES,
NEGLIGÊNCIAS E
OUTROS MUNDOS

VOLUME II
CIÊNCIAS HUMANAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

FRUTAL – MG
2016

Equipe de Revisão

Dr. Marcelo Pessoa
Raquel Souza – Analista Universitária

Diagramação e Arte

Dr. Marcelo Pessoa

Capa

Autor: Hans Christian Andersen

Título: “Clown with tray with buildings on it” (palhaço com bandeja com dois edifícios)

Disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=5719

Acesso em 25/01/2016.

Impressão e Hospedagem Eletrônica do Volume

Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal

Editor Corporativo

Grupo de Pesquisas Sociedade, Imagens e Cultura (SIC)

Editor Responsável

Prof. Dr. Marcelo Pessoa

Conselho Editorial

Dr. Dionísio Vila Maior (UAL, Lisboa)

Dr. Rodrigo Ney Millan (UEMG, Frutal)

Dr. Allynson Takehiro Fujita (UEMG, Frutal)

Dra. Cintia Camargo Vianna (UFU, Uberlândia)

Dr. Marcelo Pessoa (UEMG, Frutal)

Dr. Jorge Pedro Sousa (Universidade do Porto, Portugal)

Dra. Daniela Soares Portela (UEMG, Frutal)

Dra. Jociene Carla Bianchini Ferreira (UFMT, Mato Grosso)

Dr. André Vinicius Martinez Gonçalves (IFG, Goiás)

Dra. Cristiane Pimentel Neder (UEMG, Frutal)

P475p Pessoa, Marcelo
Grupo de Pesquisa Sociedade, Imagens e Cultura (SIC). /
Marcelo Pessoa (org.) -- Frutal, 2016.
175 f.: il., (vol. da Pós-Graduação).

p - ISSN 2447-7656 e – ISSN 2674-2561 DOI NUMBER 10.33726

1. Produção científica. 2. Homem. 3. Cultura. 4. Sociedade
I. Pessoa, Marcelo. II. Universidade do Estado de Minas Gerais. III.
Título.

CDU 008

EDITORIAL

É COM GRANDE SATISFAÇÃO QUE, NESTE MÊS DE MARÇO DE 2016, DIVULGAMOS O SEGUNDO VOLUME DA REVISTA “AKEDIA: VERSÕES, NEGLIGÊNCIAS E OUTROS MUNDOS”.

CONCEBIDA ORIGINALMENTE, NA SEGUNDA METADE DE 2015, PARA SER UMA PUBLICAÇÃO IMPRESSA, ESTA MÍDIA CIENTÍFICA, ALINHADA ÀS DEMANDAS TÉCNICAS DE SEU TEMPO, RAPIDAMENTE PASSOU A INTEGRAR REPOSITÓRIOS DIGITAIS COMO O DO *SITE* DA UEMG – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, UNIDADE FRUTAL, SENDO LOGO, EM 2016, EMBARCADA NO SEU PRÓPRIO SÍTIOS, VIA PLATAFORMA WIX.COM.

COM PREVISÃO DE PERIODICIDADE SEMESTRAL, O FLUXO EDITORIAL DA “REVISTA AKEDIA” É GERENCIADO PELO EDITOR RESPONSÁVEL, QUE TAMBÉM É LÍDER DO GRUPO DE PESQUISAS SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA (SIC).

A COMPOSIÇÃO DO CORPO EDITORIAL CONTA COM A PARTICIPAÇÃO DE PROFESSORES DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E DE OUTROS PAÍSES, OS QUAIS ATUARÃO, SEMPRE QUE SOLICITADOS, COMO CONSULTORES *AD HOC*, DIRIMINDO QUESTÕES AS QUAIS, SEM SEU *KNOW HOW* ACUMULADO A SOLUÇÃO NÃO SE DARIA A CONTENTO.

CENTRADA NAS PREOCUPAÇÕES ASSOCIADAS ÀS CIÊNCIAS HUMANAS, ESTA REVISTA, BEM COMO AS DEMAIS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DO SIC, APESAR DE TAL PREMISA, NÃO SE ATÉM OBRIGATORIAMENTE À ESPÉCIE CONCEITUAL QUE SE EVOCA PARA ESTA OU AQUELA ÁREA DO CONHECIMENTO. SIMULTANEAMENTE, NOSSAS PUBLICAÇÕES NÃO SE PROPÕEM INTERDISCIPLINARES, VISTO QUE SERIA PARADOXAL ROMPER COM UMA TRADIÇÃO E ADERIR A OUTRA.

É FATO, POR ISSO, QUE AS PUBLICAÇÕES DITAS, ASSIM, AKEDIANAS, SÃO CONTROVERSAS, UMA VEZ QUE ORIENTA NOSSO CORPO EDITORIAL O DESEJO DE REUNIR E DIVULGAR TEXTOS QUE TRATEM DOS ASPECTOS CONTRADITÓRIOS HUMANOS, SOCIAIS E CULTURAIS QUE CONSTITUAM NOSSA CIVILIZAÇÃO, ACENANDO PARA UM TERRITÓRIO DE REFLEXÕES E DE FRONTEIRAS VISÍVEIS, PORÉM, MÓVEIS.

NESTA CESTA DE LETRAS, PORTANTO, CABE TODA PONDERAÇÃO QUE SE CONCEBA NO MUNDO POR MEIO DE

DIÁLOGOS RECÍPROCOS ENTRE O ORGÂNICO E O INÓRGÂNICO, ENTRE O POLÍTICO E O CULTURAL, ENTRE O MICROSCÓPICO E O MACROSCÓPICO, ENTRE O ECONÔMICO E O SOCIAL, ENTRE O TÁTIL E O INVISÍVEL, POIS, EM SUMA:

A NATUREZA COMPLEXA DE TAIS PROBLEMAS PEDE DIÁLOGOS NÃO SÓ ENTRE DISCIPLINAS PRÓXIMAS, DENTRO DA MESMA ÁREA DO CONHECIMENTO, MAS ENTRE DISCIPLINAS DE ÁREAS DIFERENTES, BEM COMO ENTRE SABERES DISCIPLINARES E SABERES NÃO DISCIPLINARES DA SOCIEDADE E DAS CULTURAS, DEPENDENDO DO NÍVEL DE COMPLEXIDADE DO FENÔMENO A SER TRATADO. DAÍ, A RELEVÂNCIA, NO MUNDO CONTEMPORÂNEO, DE NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO QUE TOMAM COMO OBJETO FENÔMENOS QUE SE COLOCAM ENTRE FRONTEIRAS DISCIPLINARES, QUANDO A COMPLEXIDADE DO PROBLEMA REQUER DIÁLOGO ENTRE E ALÉM DAS DISCIPLINAS. DIANTE DISSO, DESAFIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS COLOCAM-SE PARA DIFERENTES CAMPOS DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA (CAPES, DOCUMENTO DE ÁREA 2009. DISPONÍVEL EM [HTTPS://WWW.CAPES.GOV.BR/IMAGES/STORIES/DOWNLOAD/AVALIACAO/INTER.03AGO10.PDF](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/inter.03ago10.pdf), ACESSO EM 06/05/2015).

FINALMENTE, VALE DIZER QUE, NESTE ESPAÇO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, CRIADO PELA LIDERANÇA DO GRUPO DE PESQUISA SIC, SE PUBLICARÃO, NOS PRIMEIROS VOLUMES, TEXTOS DE INTEGRANTES DO SIC. DESSE MODO, A PRODUÇÃO DOCENTE, A PUBLICAÇÃO DISCENTE E DOS SERVIDORES DA UEMG – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, UNIDADE FRUTAL, OU DE OUTRAS INSTITUIÇÕES INDICADAS POR MEMBROS DE NOSSO CONSELHO EDITORIAL NOS SÃO OBJETOS PREFERENCIAIS, DESDE QUE FRUTOS DE PESQUISAS DEVIDAMENTE ORIENTADAS, E QUE SE CONECTEM COM A LINHA DE PENSAMENTO DE NOSSO CORPO EDITORIAL E TAMBÉM AOS DITAMES ALUDIDOS ANTERIORMENTE PELA COORDENADORIA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR – CAPES.

MARCELO PESSOA (EDITOR RESPONSÁVEL E LÍDER DO GRUPO SIC)

PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO

O SEGUNDO VOLUME DA “REVISTA AKEDIA: VERSÕES, NEGLIGÊNCIAS E OUTROS MUNDOS”, SEGUE A MOTIVAÇÃO ESSENCIAL DO PRIMEIRO NÚMERO, QUE FOI A DE ATENDER A UMA DEMANDA ESPECÍFICA DE DAR VAZÃO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE UM GRUPO DE ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UEMG (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS), QUE CURSARAM A PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* INTITULADA “ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA”, OFERECIDA PELA UNIDADE UEMGUIANA FAPP – FACULDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS TANCREDO NEVES, COM SEDE EM BELO HORIZONTE.

ASSIM, ESCLARECESSE QUE OS DOIS PRIMEIROS VOLUMES SERÃO PUBLICADOS COM ESTE VIÉS, ISTO É, O DE AMPARAR A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DE UM GRUPO DE PÓS-GRADUANDOS EM PARTICULAR, OS QUAIS FORAM MEUS ORIENTANDOS E NÃO TIVERAM SEUS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO PUBLICADOS, FATO QUE SE CONSTITUI CONDIÇÃO *SINE QUA NON* PARA A CONTINUIDADE DE SUAS VIDAS ACADÊMICAS. A ESTES, NO PRESENTE VOLUME, SOMARAM-SE OUTROS AUTORES QUE NOS PROCURARAM, COM O INTUITO DE INTEGRAR O ROL DE AKEDIANOS: E-LOS, ENTÃO.

DEPOIS DE ATENDIDA ESTA PAUTA, A “AKEDIA” RETOMARÁ SEU CURSO EVOLUTIVO, PROPONDO, NO TERCEIRO E QUARTO VOLUMES, A PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS DOS MEMBROS DE NOSSO CONSELHO EDITORIAL, ABRINDO ESPAÇO, TAMBÉM, PARA ESCRITORES QUE DESEJEM INTEGRAR O PROJETO AKEDIANO.

RESUMIDAMENTE, ESTE ESPAÇO VAI SE CONSOLIDANDO NO TERRENO DA EXPOSIÇÃO DO PENSAMENTO ACADÊMICO QUE SE PRETENDA DESALINHADO, EM FACE DO QUE SE RECONHECE COMO TRADIÇÃO CIENTÍFICA. E, TAMBÉM, FORA DO ESQUADRO, SEGUNDO O PRINCÍPIO DE NÃO ACATAR ESTE OU AQUELE “PADRÃO CIENTÍFICO”. E, POR ÚLTIMO, APÓCRIFO, NO SENTIDO DE QUE OS AKEDIANOS, A PARTIR DE UM DADO MOMENTO, DEVERÃO SER RECONHECIDOS POR MEIO DE SUAS PRÁTICAS CIENTÍFICAS CONTUNDENTES E POUCO ORTODOXAS.

A RAZÃO DISTO É A DE QUE, SE NÃO GOSTAMOS DA “FILOSOFIA” CIENTÍFICA CARENTE DE INOVAÇÃO, EIVADA PELO PRODUTIVISMO REPETITIVO ACADÊMICO, TALVEZ DEVAMOS ACEITAR O FATOS DE QUE SEJA HORA DE MUDARMOS OS FILÓSOFOS: NÓS.

MARCELO PESSOA (EDITOR RESPONSÁVEL)

SUMÁRIO

1. SÓCRATES JOSÉ DE QUEIROZ DOS SANTOS; MARCELO PESSOA – POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E SUSTENTÁVEIS: O CASE DO PRÉDIO DO INSTITUTO SÃO PAULO APÓSTOLO – ISPA, EM FRUTAL/MG.....	09
2. SUELEN CRISTINA DA SILVA; MARCELO PESSOA – A SANITIZAÇÃO NA POLÍTICA EDUCACIONAL COMO PARTE DO PROCESSO DA SAÚDE MENTAL, FÍSICA E SOCIAL.....	35
3. APARECIDA HELENA FERREIRA CASTRO; MARCELO PESSOA – DISCUSSÃO SOBRE O MODELO DE REEDUCAÇÃO SOCIAL DA APAC E SUA RELEVÂNCIA NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS APENADOS.....	55
4. MARCELO PESSOA – EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA.....	79
5. LEANDRO QUEIROZ BORGES; MARCELO PESSOA – ESTUDOS SOBRE AS NOVAS GERAÇÕES E A SOCIEDADE CAPITALISTA PÓS-INDUSTRIAL.....	91
6. LETÍCIA ELIAS COSTA; MARCELO PESSOA – ESTUDOS DE USO DE PP (PORTUGUÊS-PADRÃO) E PNP (PORTUGUÊS NÃO PADRÃO) NO DISCURSO DOCENTE DA UEMG – UNIDADE FRUTAL – MG.....	102
7. ADRIANA CRISTINA SILVA; LUCIANA GELAPE DOS SANTOS; MARCELO PESSOA – OS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	113
08. AFFONSO DA MATA MORAIS; MARCELO PESSOA – INDÚSTRIA CULTURAL: CONCEITOS E DIÁLOGOS.....	129
09. GISELE ROCHA; MARCELO PESSOA – A PRESENÇA DAS NOVAS GERAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO: UM ENFOQUE NA GERAÇÃO Y.....	144

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E SUSTENTÁVEIS: O CASE DO PRÉDIO DO INSTITUTO SÃO PAULO APÓSTOLO – ISPA, EM FRUTAL/MG¹

Sócrates José de Queiroz dos Santos²
Prof. Dr. Marcelo Pessoa³

RESUMO: Este artigo realiza um breve estudo acerca do reconhecimento da valoração imaterial e incorpórea arraigadas no espírito da comunidade de Frutal/MG. Tendo em vista que a compreensão desse patrimônio imaterial congrega valores culturais e sociais, objetivos e subjetivos, de preservação e de sustentabilidade, empreendemos uma pesquisa bibliográfica, buscando compreender o *status quo* da questão em Frutal – MG. Desse modo, nosso objetivo, é encontrar o mecanismo de valoração social e cultural do imóvel hoje denominado ISPA – Instituto São Paulo Apóstolo, bem como delimitar o território de responsabilidade do poder público sobre a memória e a história cultural da cidade e dos cidadãos no que se refere ao patrimônio cultural em foco.

PALAVRAS-CHAVE: Poder Público, Patrimônio Cultural e Imaterial, Valor Histórico e Cultural, Bem Inventariado, Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT: This article performs a brief study about recognition of intangible and incorporeal valuation rooted in the spirit of the community of Frutal/MG. Considering that the understanding of this intangible heritage brings together cultural and social values, objective and subjective, of preservation and sustainability, we undertook a literature search, seeking to understand the status quo of the matter Frutal – MG. In this way, we aim to find the mechanism of social and cultural valuation of the property today named ISPA – Instituto São Paulo Apóstolo, as well as define the territory of responsibility of public authorities on memory and the cultural history of the city and citizens with regard to cultural heritage in focus.

KEYWORDS: Government, Cultural Heritage and Intangible Heritage, Historical And Cultural Value as Well Inventoried, Sustainable Development.

INTRODUÇÃO

Como sabido, a cultura se expressa pela exteriorização dos “modos de criar, fazer e viver” (Constituição Federal de 1988, art. 216). Assim, aqueles trejeitos de um determinado povo, a forma de sua comunicação, as danças, as

¹ Este artigo é uma derivação revista do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “A FORMAÇÃO SOCIAL URBANA COMO BALIZADORA PARA RECONHECIMENTO DO VALOR CULTURAL NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ANÁLISE DO CASO DO PRÉDIO DO INSTITUTO SÃO PAULO APÓSTOLO – ISPA, EM FRUTAL/MG”, defendido junto a FaPP – Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves, em 2015.

² Mestrando em Filosofia, Sociologia e Antropologia pela FATEC – Faculdade de Tecnologia de Votuporanga/SP. Pós-Graduado em Gestão Pública pela FaPP. Graduado em Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Pós-Graduado em Direito do Trabalho e Direito Processual Civil, pela FIJRJ – Faculdades Integradas de Jacarepaguá do Rio de Janeiro.

³ Orientador do Programa de Pós-Graduação da FaPP. Docente na UEMG, Unidade Frutal. Possui Bolsa de Professor Orientador – BPO. Desenvolve Projeto de Pesquisa com o apoio da UEMG e do Estado de Minas Gerais, via prêmio de fomento à pesquisa docente obtido por meio do Edital PAPq 08/2015.

histórias, as formas com que constroem suas residências ou uma determinada edificação que, conforme a importância para o seu povo, pode envolver toda uma comunidade, também se incluem no que chamamos de Cultura.

É um mecanismo expressivo pelo qual se traspassam as gerações, à medida que cria ou recria novas ações, valores e sentidos, formando o patrimônio cultural de um povo.

A noção de cultura, posta assim, deixa de se relacionar exclusivamente com a cultura erudita e passa a englobar manifestações populares de cultura e também de cultura de massa. Na lapidar lição de Leonardo Castriota⁴, passa-se a considerar a questão imaterial da formação do significado – a dimensão viva da cultura. Essa valoração imaterial, incorpórea e arraigada no espírito comunitário local também exige a devida proteção e preservação. São valores intrínsecos e extrínsecos do imóvel do ISPA (Instituto São Paulo Apóstolo), os quais se vinculam à memória e à história cultural da cidade e dos cidadãos⁵:

Valor Histórico: a história da construção está relacionada com a história da cidade de Frutal, tendo em vista que se configura como o primeiro ginásio e primeira escola normal desta localidade. Especificamente sobre este valor cabe dizer ainda que o imóvel se constituiu há mais de 60 (sessenta) anos, como testemunha viva da luta dos cidadãos frutalenses – em comunidade – pela educação local. O imóvel foi o resultado da iniciativa popular, exaltada e contada por diversas fontes bibliográficas que se ocupam da narração histórica do Município de Frutal para as presentes e futuras gerações.

Valor Evocativo: Constata-se que o imóvel permeia o imaginário dos cidadãos frutalenses, máxime quando se revelou que o local foi amplamente utilizado para fins sociais (espaço de convivência e aprendizado).

Valor Paisagístico: Este valor se destaca quando se analisa a relevância da implantação do imóvel no contexto urbano. Corresponde a ampliação do conceito de patrimônio arquitetônico que se considera o entorno e a ambiência. O imóvel foi edificado em área ampla. A quadra tem dimensões maiores que as demais, ocupando uma área correspondente a aproximadamente 03 (três) quadras do Bairro Alto Boa Vista. Possui volumetria predominante e localização privilegiada, daí o seu valor ambiental, paisagístico e de referência, devido à forte presença na paisagem urbana. A manutenção do imóvel, portanto, condiz com a preservação do equilíbrio da paisagem.

⁴ CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume. Belo Horizonte: IEDS, 2009, p. 11-15.

⁵ Cf. Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Estadual sob o n.º 0271.13.0092569 em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Frutal/MG.

Valor afetivo: Constitui referencial simbólico para o espaço e memória da cidade, despertando sentimentos de identidade e pertencimento.

Valor de acessibilidade com vistas à revitalização/reciclagem: Facilidade de conexão da edificação com o sistema viário e a capacidade de integração com os equipamentos de lazer e cultura da cidade.

Valor de compatibilização com a estrutura urbana: A presença do prédio não impede as reformulações urbanas com a construção de novos empreendimentos no terreno.

Valor arquitetônico: Apesar das intervenções ao longo das décadas de existência da edificação, predomina o estilo de construção que remete ao *art decó* e protomoderno, estilos comuns aos colégios construídos na mesma época (anos 50 – Século XX).

Daí, a importância de se cuidar e preservar desses apontamentos representativos da história e da cultura de uma sociedade, a fim de se manter viva a sua identidade. E vejamos que se trata não só disso, mas de zelar pela duração e conservação de obras de artes, monumentos, objetos, edifícios, os usos e costumes, com o objetivo de perpetuar o valor intrínseco de indivíduos e das sociedades como valor coadjuvante da cidadania e da qualidade de vida.

Ocorre, no entanto, que nem sempre esta iniciativa é vista com bons olhos aos interesses de alguém, de um grupo ou da sociedade como um todo. Razão pela qual, pode-se imaginar como poder legítimo instituído, justamente pelo zelo do bem da comunidade, os Poderes Executivo e Legislativo como atores principais no processo de guarda da memória, o que, conforme demonstrado no presente trabalho, não postulam verdades absolutas, podendo ser também provocado o Poder Judiciário e o Ministério Público Estadual, curador do Patrimônio Histórico e Cultural de uma localidade.

Importante ressaltar que um determinado bem, para se constituir em patrimônio cultural, deve ser fruto de uma elaboração narrativa, simbólica, política, que acontece mediada por um conjunto de saberes técnicos na dotação de valor, tendo em vista a responsabilidade de guarda deste bem, o que implica sempre em seleção, ou seja, significa dizer que diante de um universo imenso de bens culturais, foram eleitos alguns e não outros para serem patrimônios.

Neste contexto, Frutal/MG se configura num bom exemplo deste tipo de sítio patrimonial, uma vez que tem registros que remontam ao ano de 1835. Assim, temos um pré-requisito histórico, a partir do qual se podem valorar os bens que tenham densidade histórica, sob pena de que nenhum subsista ao passar do tempo com suas características estruturais e valores referenciais, em especial a edificação denominada Instituto São Paulo Apóstolo – ISPA, cujo valor histórico e cultural já fora reconhecido ao ser declarado como bem inventariado.

Assim, havendo o bem a ser salvaguardado pelo Poder Público, há que se exigir que este seja protegido dentro de políticas públicas de desenvolvimento sustentável na promoção da qualidade de vida e do bem-estar social de seus habitantes, sob pena de não perdurar no tempo.

Desse modo, por meio de uma ampla revisão bibliográfica, no primeiro trecho de nosso texto, apresentamos alguns aspectos históricos relacionados ao Instituto São Paulo Apóstolo – ISPA, que são importantes a serem considerados acadêmica e juridicamente falando.

Na segunda seção, reportamo-nos aos elementos materiais, sociais e culturais que contribuem para a instituição da valoração do patrimônio histórico.

Em seguida, discorreremos sobre os dispositivos legais de proteção dos valores históricos e culturais, seus conceitos, abrangências e as responsabilidades que cabem ao poder público.

Finalizando, damos a saber nossas conclusões e o cerne de nosso aporte bibliográfico.

ASPECTOS HISTÓRICOS

A edificação, objeto de estudo no presente trabalho, foi construída no ano de 1952, tendo por escopo o funcionamento da primeira entidade de ensino⁶ da

⁶ Um ginásio é um tipo de escola de ensino secundário existente em alguns países. Por analogia, "ginásio" também se refere ao ensino realizado nos ginásios. A palavra *γυμνάσιον* [*gymnasion*] era usada na Grécia antiga para designar o local destinado à educação física e à educação intelectual dos rapazes. Com o último significado, de educação intelectual, o termo continuou a ser bastante usado em algumas línguas – como o alemão – enquanto em outras línguas – como o português – o termo "ginásio" passou a ser empregado, sobretudo, com o sentido de educação física. Nos países germânicos, tradicionalmente, o ginásio constitui uma escola secundária vocacionada para a preparação dos alunos para acederem a uma

cidade, denominada como “Ginásio Frutal”. De acordo com informações extraídas da obra historiográfica *Desbravadores do Carmo do Fructal – História e Genealogia de um Descendente*, da lavra de Álvaro Ferreira de Paula⁷, a constituição do “Ginásio Frutal” se realizou em função de um grupo de estudantes que estavam passando férias de final de ano nesta cidade. Liderados por Joel Furtado (acadêmico do Curso de Direito), os estudantes promoveram a “Semana de Estudos” que agitou a sociedade frutalense, especialmente os cidadãos de posse e providos de poderes políticos.

O evento visava à constituição de uma “Sociedade Anônima” capaz de obter recursos necessários à instalação do Ginásio, ante o espírito de universalização do ensino que proliferava em território nacional, em meados do Século XX. Como resultado da iniciativa dos incansáveis cidadãos, marcou-se uma solenidade pública, ocasião em que os estudantes e interessados apresentaram um Plano de Ação que possibilitava a criação de uma entidade de ensino. Previa-se a participação do Poder Público Municipal (Prefeitura) e de mais 20 (vinte) cidadãos. Após acaloradas discussões, fez-se a leitura do anteprojeto estatutário de criação da sociedade. No dia 06 de abril de 1952, estava instituída a “Sociedade Anônima”, cujas obras se iniciaram no mês de

universidade, com características muito semelhantes às dos tradicionais liceus da Europa latina. Os ginásios têm origem na Reforma Protestante, ocorrida no século XVI. O primeiro sistema de escolas a ministrar um ensino ginásial surgiu na Saxônia em 1528. Segundo o sistema educativo do tipo germânico, os ginásios destinam-se aos alunos com maior vocação acadêmica. Estes alunos são filtrados à saída do ensino primário, por volta dos 10 a 13 anos, só aos melhores sendo permitido aceder ao ginásio. Tradicionalmente, o ginásio foca-se nas humanidades e nos estudos clássicos, com o seu currículo a incluir normalmente o ensino do latim e do grego antigo. Outras modalidades do ensino ginásial incluem as línguas modernas, as ciências, a economia e as tecnologias. Alguns outros países - a maioria deles na Europa de Leste - introduziram o ginásio nos seus sistemas educativos, mas com características diferentes dos ginásios germânicos. Estes ginásios não correspondem a um ramo do ensino secundário, mas sim a um nível de ensino. Normalmente, o ginásio constitui a primeira etapa do ensino secundário (equivalente aproximadamente aos segundos ciclos do ensino fundamental do Brasil e do ensino básico de Portugal), com o liceu a constituir a segunda etapa. Em alguns países, existe também o pró-ginásio que constitui o ciclo preparatório do ensino ginásial. Até 1971, no Brasil, o ginásio constituía o estágio educacional que se seguia ao ensino primário e que antecedia o ensino colegial. Correspondia aos quatro anos finais do atual ensino fundamental. Para aceder ao ensino ginásial, era necessária a realização de um exame de admissão, depois de finalizado o ensino primário. O ginásio tinha uma duração de quatro anos, findos os quais, o aluno poderia aceder ao colégio, que constituía o terceiro ciclo de estudos. Em 1971, o ginásio foi fundido com o ensino primário, dando origem ao ensino de 1º grau. Na sequência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, o ensino de 1º grau foi substituído pelo ensino fundamental. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Gin%C3%A1sio_\(escola\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Gin%C3%A1sio_(escola))>. Acesso em 09/03/2015.

⁷ PAULA, Álvaro Ferreira de. *Desbravador do Carmo de Fructal – História e Genealogia de um Descendente*. [s.l]: Edição Independente de 2004.

agosto de 1952. As atividades escolares, contudo, tiveram início no ano de 1955.

Terezinha Lamounier⁸ traduz, em concisas palavras, a excitação e a importância sociocultural e política daquele período embrionário da educação frutalense: “a instalação de um ginásio, em Frutal, era um sonho e uma necessidade premente. O início foi promissor. A escola foi altamente procurada e bem equipada para fazer do sonho uma legítima realidade”. O imóvel guarda a memória da luta dos frutalenses por uma educação de qualidade, do engajamento dos estudantes locais na busca por seus direitos. O local, sem dúvida, é símbolo do anseio popular por formação e conhecimento, representando marco importante de um dos estágios de desenvolvimento e de civilização dos frutalenses.

O Ginásio Frutal foi instituição responsável pelas formaturas de várias 4^a séries na cidade, demonstrando o impacto sociocultural positivo quando do início das atividades de ensino, conforme se infere da obra *Original História de Fruta*⁹. Por motivos desconhecidos, o Ginásio Frutal e a entidade mantenedora entraram em crise financeira e, no ano de 1962, as “Irmãs Salvatorianas” assumiram a gestão do prédio e das respectivas atividades educacionais, ocasião em que assumiu o título de “Colégio Normal São José”, cuja estrutura funcionou até meados do ano de 1971. Contudo, sem maiores esclarecimentos, as Irmãs Salvatorianas desistiram do empreendimento, embora tenham conquistado ilibada reputação e prestígio regional.

Ao longo dos anos, sucederam a gestão anterior, o ISPA (Instituto São Paulo Apóstolo), a “APAE” (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais) e o “Colégio Objetivo”, o qual manteve atividades no prédio até o ano de 2007.

A FAF (Faculdade de Frutal), embora tenha alugado a edificação, não chegou a instalar as atividades de ensino superior no local. Enquanto mantido sob a gestão do ISPA (Instituto São Paulo Apóstolo), o prédio foi utilizado para a realização de festas, reuniões, encontros de jovens, concílios, ultréias, quermesses, aulas de catequese etc. De averbar, ainda, que no imóvel

⁸ FERREIRA, Terezinha Lamounier. *Respingos de História III* – Registro de Fatos Pessoais e Acontecimentos Históricos de Frutal. Frutal: Oficina das Artes Yara Lins, 2009, p. 7-58.

⁹ FERREIRA, Jeová. *Original História de Frutal*. Frutal: Oficina de Artes Yara Lins, 2002, p. 105.

também funcionou uma creche da Prefeitura Municipal, em meados dos anos 80 (já no Século XX).

Atualmente, o prédio, cuja propriedade é da Arquidiocese de Uberaba – Paróquia Nossa Senhora do Carmo, está sem a devida utilização, desde o ano de 2007. Passando pelo local, sobreleva notar que a estrutura do bem e alguns elementos originais estão em bom estado de conservação. Contudo, o abandono do imóvel e sua falta de uso estão ocasionando grave deterioração, não sendo pretensioso dizer que há risco de incêndio. Porquanto, moradores de rua, andarilhos e usuários de drogas têm o mau vício de utilizar o local como abrigo, onde utilizam substâncias entorpecentes, fumam cigarros, consomem álcool de maneira indiscriminada e amontoam lixo de toda sorte. Quem não poderia prever que, numa situação assim, degradada, não se possam atear fogo em restos de mobiliários, papéis, jornais, etc., causando incontável incêndio e conseqüentes perdas irreversíveis ao patrimônio histórico e cultural?

Nota-se pela vegetação rasteira e arbustiva, em avançado estágio de regeneração, no entorno do edifício histórico, que se deflagra risco da ocorrência de incêndios ou da propagação de insetos e vetores, inclusive em relação aos moradores vizinhos, pois não há zelo ou cuidado com a limpeza e a higienização urbana (interna ou externa) do imóvel.

Embora a Administração Pública Municipal de Frutal tenha instaurado procedimento administrativo destinado ao tombamento do bem imóvel, com fundamento no artigo 12 e consectários da Lei Ordinária nº 4.867/2001, o bem não foi tombado, encontrando-se somente inventariado para tal.

Diante destes fatos, iniciou-se, por parte da Administração Pública Municipal, um movimento para a construção de um edifício de moradias de alto padrão, fato que, aos olhos da administração, eliminaria a problemática do abandono do local ao tempo que se daria a devida utilização ao terreno de localidade privilegiada.

Ocorre, no entanto, que outro movimento se formou, a fim de pleitear justamente o contrário: sua conservação e devida utilização pelo poder público.

Formado justamente por aquelas pessoas que conheciam a história do Instituto São Paulo Apóstolo – ISPA, algumas por terem frequentado suas dependências como alunos, outros como professores e até mesmo pessoas que participaram da construção do prédio, o Ministério Público Estadual foi acionado, o qual passou a colher informações e ouvir pessoas interessadas no desfecho.

Durante a instrução do procedimento administrativo instaurado na Curadoria do Patrimônio Histórico e Cultural, apurou-se que o bem estava dotado de condições imensuráveis de historicidade e sua manutenção era vital para manter viva a memória e a luta da sociedade frutalense quanto ao início de sua escolarização.

Por outro lado, também se apurou que a Gestão Pública atual não estava disposta a arcar com o custeio de manutenção do referido imóvel, nem buscar uma solução viável e amigável, dando por certo que iria pleitear judicialmente sua demolição para a construção do plano residencial arquitetado com empresas já interessadas, pois, para ela, o simples fato de o bem estar inventariado não era óbice jurídico.

Também se pode observar que, apesar de haver uma Secretaria de Cultura, a mesma, por meio de seu secretário, defendia a posição adotada pelo Executivo Municipal, deixando claro desconhecer os valores do imóvel, bem como a legislação patrimonial em nível nacional e local.

Assim, não restou alternativa, a não ser o intento, por parte do Ministério Público, de uma ação em busca de uma decisão judicial para que não somente se impedisse a demolição do referido imóvel, como também se obrigasse a Gestão Pública Municipal a gerir o custeio da restauração do imóvel, juntamente com a Arquidiocese de Uberaba, ação qual se encontra em trâmite, apesar de uma decisão em primeiro grau favorável.

VALORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

A edificação em pauta constitui um dos últimos bastiões de relevância histórica e cultural do Município de Frutal e região. O antigo prédio, hoje

combalido pela inutilização, é um exemplo de manifestação e perpetuação da história e da cultura local. Durante várias décadas funcionou com fins educacionais e cumpriu – com êxito – esta missão constitucional.

Grande parte dos cidadãos frutalenses estudou nas dependências em apreço e se tornaram homens e mulheres bem sucedidos, cômicos de seus deveres cívicos. Os frutos do trabalho desenvolvido naquela edificação permanecerão na memória dos que participaram de sua existência. Vê-se, assim, que a materialidade e a imaterialidade do bem imóvel em tela estão intrinsecamente relacionadas.

Inadmissível que tão valioso patrimônio histórico, representante da memória de homens e mulheres ilustres da região, verdadeiros fundadores da cidade, pessoas que realmente contribuíram para a noção de progresso, pertencimento e de solidariedade humana, criando um horizonte de objetivos e fins comunitários, estimulando as gerações futuras a perseguirem incondicionalmente o bem comum, seja depredado e apagado da memória de um povo.

A descrição em tela demonstra a essência do valor cultural do antigo prédio e sua vinculação com a identidade e a memória do povo frutalense. Essa memória não pode ser apagada, extinta ou se evaporar respaldada por quaisquer meios que sejam.

Indubitável que a edificação em exame é um dos exemplos do salto de desenvolvimento socioeconômico e humano da comunidade local, já no início da emancipação da cidade, transformando o Município de Frutal em um polo político e econômico da região do Pontal do Triângulo Mineiro. O prédio histórico, hoje, está exposto ao risco de ser destruído e transformado em ruínas, embaraçando-se nos obstáculos da burocracia, do tempo e do espaço, fomentando o desapego da comunidade aos valores do passado e aos objetivos do futuro.

DO CONCEITO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL E DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO DOS VALORES HISTÓRICOS E CULTURAIS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Preconiza o artigo 216, *caput*, da *Magna Carta* de 1988, que constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial que, tomados individualmente ou em conjunto, são portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo-se as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Doravante, o mesmo dispositivo determinou que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de **inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação**, e de **outras formas de acautelamento e preservação**. No mesmo compasso, tem-se, na Constituição do Estado de Minas Gerais, que:

Art. 209 - O Estado, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, de outras formas de acautelamento e preservação e, ainda, de repressão aos danos e às ameaças a esse patrimônio.

Porém, se as pessoas forem indagadas nas ruas do Município de Frutal e região sobre o significado de patrimônio cultural, quase todos os entrevistados imaginarão que essa expressão encerra apenas as obras de arte e as manifestações eruditas da nação ou do mundo, tratando-se de bens corpóreos (casas, palácios, castelos, casarões, esculturas, etc.) de tempos muito remotos, de locais distantes e de séculos inimagináveis e já sepultados pela

vida moderna. No entanto, o conceito de cultura¹⁰, do modo como aqui o adotamos, transcende essa visão restritiva, anacrônica e museográfica. Isto, porque a cultura é a maneira com a qual o homem se relaciona com a natureza e com os outros homens, ou seja, a maneira que um determinado grupo tem de cultivar a terra, as suas ferramentas, as manifestações arquitetônicas, suas construções, suas festas, seu modo de viver, interagir e fazer são partes de sua cultura e são tão importantes quanto à admiração das belas artes ou dos casarões da época colonial.

Logo, o conceito constitucional de patrimônio cultural cristaliza em suas manifestações as especialidades de uma cultura, por isso, o patrimônio cultural é o maior depositário da identidade de um povo e dos elementos diferenciais que o caracterizam. O bem cultural (material ou imaterial) tem a função social de orientar as populações e o cidadão no tempo e no espaço, colocando cada um como partícipe de um grupo comunitário que compartilha de uma história comum e de um lugar próprio no mundo, conferindo-lhes a sensação de pertencimento sociocultural.

Muito mais que cimento, madeira, aço e formas arquitetônicas visíveis de um tempo já esquecido, os bens culturais exprimem valores de cidadania que foram agregados e cultivados pelas gerações que constituíram, de maneira dinâmica, a comunidade. Assim, em homenagem aos princípios do respeito à preexistência, da dignidade da pessoa humana e da solidariedade intergeracional, é dever da Administração Pública e da sociedade promover, preservar e proteger os bens que integram o patrimônio cultural, para as presentes e futuras gerações. Parafraseando Flávio de Lemos Carsalade, mesmo que portadores de uma mensagem do passado, os bens históricos somente possuem sentido se usufruídos no presente. Vejamos as lições do citado autor:

São os bens históricos que, também, nos orientam quando percorremos nossas cidades, através dos marcos arquitetônicos, por exemplo, ou

¹⁰ CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural, Valores e Sociedade Civil*. Artigo disponível em *Mestres e Conselheiros. Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: IEDS, 2009, p. 42.

que nos referenciam quando fruímos a nossa cultura ou quando compartilhamos nossa memória comum. Faz parte ainda dessa função social a consolidação de uma identidade coletiva, a qual faz reconhecer-nos como elos de uma comunidade e que estimula nossos laços afetivos e de cidadania. Portanto, para que o bem patrimonial possa exercer sua função mais ampla, tem que ser acessível e, para tanto, deve estar recuperado em sua potência (CARSALADE, 2009, p. 78).

Como bem assinalado pela síntese de Ana Maria Marchesan, na proteção do patrimônio cultural, deve-se tê-lo “como uma espécie de alicerce sobre o qual a civilização como um todo se edifica e evolui” (MARCHESAN, 2007. p. 49).

Salienta a mesma autora, que, “com apoio na ideia de que o ser humano necessita preservar seus laços e identidades pretéritas e presentes para edificar o futuro [...], não há que se falar em qualidade de vida”. Assim, hodiernamente, múltiplos são os mecanismos constitucionais e infraconstitucionais de preservação e de proteção do patrimônio cultural. Logo, não é apenas o tombamento, enquanto espécie de servidão administrativa que serve a tal finalidade.

Neste trabalho, a edificação conhecida na comunidade frutalense como ISPA (Instituto São Paulo Apóstolo) encontra-se inventariada pela Administração Pública Municipal¹¹. Consoante literatura léxica, inventariar significa descrever minuciosamente um bem. O inventário, *ipsis literis*, consiste no levantamento e identificação das características e valores particulares de um bem cultural, mediante à concorrência de métodos e técnicas apropriados.

Estas características são, dentre outras, de natureza morfológica, histórica, estética, artística, arquitetônica, social, paisagística, urbanística, antropológica, natural, além do estado de conservação e de dados que permitam localizar o bem cultural como autoria, data de construção ou criação, endereço completo e proprietário.

Para os bens móveis, cabe ainda fotografar de forma detalhada e para bens imóveis, além das fotos, o levantamento das plantas dos diversos níveis e

¹¹Cf. Disponível em: <http://www.frutal.mg.gov.br/Cultura-Esporte-e-Lazer/bens-inventariados-imoveis.html> Acesso: 20/03/2015.

fachadas e a indicação da situação do imóvel na cidade ou no meio rural, e da sua relação com o seu entorno. Uma das funções mais relevantes do inventário de um bem cultural é consolidar o interesse público, submetendo-o ao regime jurídico específico dos bens culturais protegidos conferindo-lhes restrições.

Inventariar, para a teleologia do Texto Constitucional, com fincas no Direito Comparado (cujos fundamentos vêm de Portugal, Espanha e França), implica na dualidade e complementaridade: conhecer para, em seguida, proteger. Em outras palavras, sendo o inventário uma das formas constitucionais de preservação, gera-se o dever de manutenção do estado do bem na sua condição inicial, assim como desperta o dever de promover a função social, econômica e ambiental da propriedade.

A somarem-se a isso, os proprietários de bens inventariados devem facilitar o acesso dos órgãos competentes e conservá-los devidamente, consultando sempre os órgãos responsáveis pelo inventário na hipótese de intervenções, alienações ou modificações de qualquer natureza. Vale dizer: o inventário constitui instrumento jurídico-administrativo autônomo com efeitos concretos imediatos que não se vinculam ao procedimento administrativo do tombamento. Pode-se afirmar que o inventário tem natureza de ato administrativo declaratório restritivo, visto que implica no reconhecimento, por parte do poder público, da importância cultural de determinado bem, derivando, a partir da consolidação do ato, outros efeitos jurídicos voltados ao interesse supraindividual de preservação.

Nesse diapasão, forçoso reconhecer que o poder constituinte originário extirpou da ordem jurídica a obtusa noção de que haveria a necessidade do prévio tombamento para a preservação de bens culturais. Ocorre que a questão independe do tombamento e sequer pressupõe procedimento administrativo dessa natureza, tendo-se em mente que o edifício já se encontra inventariado.

O inventário, neste sentido, é o procedimento administrativo pelo qual o poder público identifica e cadastra os bens culturais do Município, com o objetivo de subsidiar as ações administrativas e legais de preservação, tendo

por finalidade: I – promover, subsidiar e orientar ações de políticas públicas de preservação e valorização do patrimônio cultural; II – mobilizar e apoiar a sociedade civil na salvaguarda do patrimônio cultural; III – promover o acesso ao conhecimento e à fruição do patrimônio cultural; IV – subsidiar ações de educação ambiental nas comunidades e nas redes de ensino pública e privada.

Em linhas gerais, observa-se que o inventário é considerado como sendo um cadastro de bens de valor sociocultural, caracterizando-se, sem sombra de dúvida, como forma autônoma e autoaplicável de preservação do meio ambiente cultural, ao qual pode ser conferido *status* de instrumento declaratório da importância de determinado bem.

A seu turno, a professora Sônia Rabello de Castro, em sua obra *O Estado na Preservação de Bens Culturais*, dedicou o texto da introdução para asseverar sobre a importância do tema, proporcionando a seguinte lição:

Comumente costuma-se entender e usar como se sinônimos fossem os conceitos de preservação e de tombamento. Porém é importante distingui-los, já que diferem quanto a seus efeitos no mundo jurídico, mormente para a apreensão mais rigorosa do que seja o ato de tombamento. Preservação é o conceito genérico. Nele podemos compreender toda e qualquer ação do Estado que vise a conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação. É importante acentuar este aspecto já que, do ponto de vista normativo, existem várias possibilidades de formas legais de preservação. A par da Legislação, há também as atividades administrativas do Estado que, sem restringir ou conformar direitos, caracterizam-se como ações de fomento ou têm como consequência a preservação da memória. Portanto, o conceito de preservação é genérico, não se restringindo a uma única lei, ou forma e preservação específica (CASTRO, 1991, p. 05).

Como anteriormente sublinhado, figura o tombamento como uma das múltiplas formas de acautelamento de um bem que possui valor cultural ou histórico reconhecido pelo Poder Público e pela sociedade. Entretanto, a preservação não possui uma única faceta deste prisma, traduzindo-se num conjunto de ações que podem ser tomadas pelo Poder Público ou mesmo por particulares que visem à manutenção da memória de uma população com referência a fatos e dados históricos.

Com efeito, o legislador constituinte federal e estadual dispensou tratamento especial à proteção do patrimônio histórico e cultural como elemento de identidade e de memória. E é nesse contexto se inclui a proteção dos bens inventariados. O mestre José Afonso da Silva preconiza que os meios de atuação cautelar do patrimônio cultural – constituídos por formas, procedimentos ou instrumentos preordenados para promover e proteger tal bem jurídico – previstos no art. 216, § 1º, da Constituição Federal de 1988. Em seguida, reconhece-se que:

[...] alguns desses meios são apropriados à formação oficial do patrimônio cultural, por constituírem técnicas jurídicas destinadas a elevar determinado bem à condição de participante desse patrimônio – tais são, por exemplo, o inventário, os registros, o tombamento e a desapropriação (DA SILVA, 2001, p. 149 e 155).

O mesmo autor destaca que a tutela dos bens identificados como de valor cultural tem por objetivo defendê-los de ataques, tais como a degradação, o abandono, a destruição total ou parcial, o uso indiscriminado e a utilização para fins desviados, que envilecem o patrimônio, desnaturando seus objetivos.

Segundo leciona Carlos Frederico Marés, citado por Rui Arno Richter:

Independentemente da existência de lei regulamentadora, porém, o Poder Público pode e deve promover o inventário de bens móveis e imóveis para se ter fonte de conhecimento das referências de identidade cultural de que fala a Constituição (MARÉS, *apud* RICHTER, 2003, p. 60).

Assim, o inventário tem como um de seus efeitos exatamente a submissão do bem inventariado ao regime jurídico específico dos bens culturais protegidos e a sua qualificação como objeto material dos crimes previstos nos artigos 62 e 63 da Lei 9.605/98, que tutelam os bens protegidos por qualquer tipo de ato administrativo.

Não somente a dogmática jurídico-constitucional, como também as interpretações do Poder Judiciário evoluíram no decorrer das décadas,

privilegiando o inventário como instrumento de acautelamento de bens de natureza cultural. Sobre a necessidade de preservação de bens culturais protegidos pelo instrumento do inventário, tem-se consolidado na jurisprudência as seguintes exegeses, perfeitamente aplicáveis ao caso concreto, demonstrando a dissociação entre patrimônio cultural e a figura administrativa do tombamento:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PATRIMÔNIO CULTURAL. BENS NÃO TOMBADOS. PROTEÇÃO. VIA ADEQUADA. CALÇAMENTO ARTESANAL E HISTÓRICO. INVENTÁRIO. - A ação civil pública é via adequada de proteção de patrimônio cultural representado por bens ainda não tombados. - Deve-se julgar procedente a ação civil pública que visa garantir a proteção e a manutenção de calçamento artesanal e histórico considerado patrimônio cultural municipal e estadual, por meio de inventário, cuja importância foi reconhecida pelo Conselho Municipal e pelo IEPHA/MG. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0460.02.008976-5/001 - COMARCA DE OURO FINO - APELANTE(S): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO MINAS GERAIS - APELADO(A)(S): MUNICÍPIO OURO FINO - RELATOR: EXMO. SR. DES. ALBERTO VILAS BOAS. PUBLICADO AOS 13/03/2009).

No mesmo sentido:

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - LIMINAR - DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL - SUSPENSÃO DE OBRAS EM IMÓVEL NÃO TOMABADO - POSSIBILIDADE. O teor do disposto nos artigos 129, III e 216, § 1º, ambos da Constituição Federal, a ação civil pública é instrumento hábil para a tutela do patrimônio histórico, artístico e cultural, podendo tal proteção recair em imóvel ainda não tombado. Uma vez presente os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, deve ser mantida a liminar que determinou a suspensão de obras realizadas em imóvel cuja preservação de suas características originais é de interesse da comunidade. (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.0481.08.086874-0/001 - COMARCA DE PATROCÍNIO - AGRAVANTE(S): MARCOLINA GONÇALVES E OUTRO(A)(S) - AGRAVADO(A)(S): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO MINAS GERAIS - RELATOR: EXMO. SR. DES. DÍDIMO INOCÊNCIO DE PAULA. PUBLICADO AOS 24/03/2009).

Ao ser submetido ao procedimento de inventário, o edifício em questão foi guindado ao *status* de bem cultural, exigindo especial regime jurídico-administrativo de proteção, não podendo mais ser relegado ao abandono, aos

ataques de depredação, à mutilação, à descaracterização e à perda da função social, econômica, ambiental e urbanística. Em consonância com as diretrizes constitucionais, o bem inventariado, porque integrante do patrimônio cultural, se sujeita a medidas restritivas do livre uso, gozo, disposição e reivindicação, tornando-se, por outro lado, obrigatória a sua preservação e conservação para as presentes e futuras gerações. Sobreditas restrições jurídico-administrativas estão em harmonia com a trilogia estrutural do Código Civil de 2002 (assentadas sobre os pilares da eticidade, da socialidade e da operabilidade):

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

Um dos mandamentos nucleares da ordem constitucional econômica é convolado no princípio da função social da propriedade, como instrumento democrático para se assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social (artigo 170, inciso III, da Constituição Federal de 1988). Interpretando-se esse preceito normativo de modo sistêmico com o disposto no artigo 216, caput, da Lei Fundamental, vê-se que é dever tanto do Estado (*lato sensu*), quanto da comunidade, a preservação do patrimônio cultural, dever este de natureza prestacional e positiva, verdadeiro *facere*.

A proteção do acervo patrimonial especial não redundava em meros deveres negativos ou de abstenção, pois se exigem, hoje, prestações positivas destinadas à manutenção, à defesa e à conservação de bens de natureza cultural, histórica, artística, turística, estética e paisagística.

Por evidência que o princípio da função social¹² alcança os proprietários particulares de bens declarados de relevância cultural, de maneira que não

¹² MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Princípios Básicos da Proteção ao Patrimônio Cultural. Artigo disponível em *Mestres e Conselheiros. Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: IEDS, 2009, p. 17.

podem exercer os atributos imanentes ao direito real de propriedade de forma ilimitada e absoluta, tendo por finalidade o atendimento de interesses egoísticos ou meramente econômicos, excedendo os limites ético-sociais e econômicos impostos pelo regime jurídico especial de proteção de tais bens.

Parte-se do pressuposto de que os proprietários de bens culturais não podem exercer o direito incidente sobre eles unicamente em seu próprio e exclusivo interesse, senão em benefício da coletividade, observando-se todo o regramento constitucional e legal sobre a proteção do patrimônio cultural, sendo precisamente o cumprimento da função social que legitima o exercício do direito de propriedade. Com base nessa verdadeira função sociocultural, porque materializada pelo efeito declaratório do instrumento de inventário, a Arquidiocese de Uberaba – Paróquia Nossa Senhora do Carmo, proprietária do imóvel em estudo, não pode demolir, modificar, mutilar ou descaracterizar a estrutura física do imóvel sem a anuência do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, sob pena de incorrer em atos ilícitos que ensejarão a responsabilidade civil, administrativa e penal dos infratores. Igualmente, não é cabível, em sede de ação civil pública, desanuviar questões atinentes à alienação, o tombamento ou a desapropriação do bem imóvel, porquanto se busca a tutela eficaz e adequada à proteção do patrimônio cultural.

Por outro lado, o reconhecimento de que determinado bem tem valor cultural não é privativo do Poder Legislativo ou do Executivo, podendo também ser emanado do Poder Judiciário. Essa a linha preconizada pela Lei n.º 7.347/85, que tornou possível a inclusão de bens no patrimônio cultural brasileiro por meio de decisão judicial, independentemente do critério administrativo.

Não se poderia excluir do debate a hipótese de que a falta de proteção de tais bens decorra exatamente da omissão do Poder Público Municipal, ou seja, da ausência de utilização concreta dos meios de acautelamento previstos na Constituição Federal e nas leis infraconstitucionais (inventário, registro, vigilância, tombamento, desapropriação, etc.). Se os legitimados extraordinários verificaram essas situações, é através da ação civil pública que

se buscará a tutela jurisdicional específica. Como já enfatizado, o tombamento não é procedimento constitutivo de valores culturais, pois se limita a declarar a importância cultural de determinado bem, motivo pelo qual se tem admitido que mesmo coisas não tombadas podem ser tuteladas em ação civil pública. Como sintetizado pelo Édis Milaré:

Realmente, a identificação do valor cultural de um bem não emerge da mera criação da autoridade, visto que ele já tinha existência histórica no quadro da sociedade. O fato de um bem determinado pertencer ao patrimônio cultural ou, como diz a lei, ser bem ou direito 'de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico', pode ser provado no curso da ação civil pública e referendado por provimento jurisdicional (MILARÉ, 2000, p. 193).

Oportuno gizar, ainda, que conforme a ficha de inventário do imóvel, o mesmo possui inexorável valor histórico e cultural, motivo pelo qual emerge a necessidade indiscutível de preservação do imóvel. Lado outro, ressalta-se que o Presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Frutal¹³ deixa clarividente o interesse institucional no tombamento e na preservação do antigo prédio, instância sob a qual funcionaram o Ginásio Frutal, o Colégio São José, o ISPA (Instituto São Paulo Apóstolo), a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e Colégio Objetivo.

Há de ressaltar que mesmo que não houvesse indicação expressa para tombamento, permanece intacto o valor cultural do imóvel, assim como a necessidade de sua preservação. No que diz respeito à responsabilidade do Município de Frutal, mais do que competência legislativa sobre o patrimônio cultural ou a formalização de atos administrativos, como o são o inventário e o tombamento, incumbe a ele a efetiva proteção – por meio de ações concretas – de todos os bens culturais existentes em seu território.

Advoga-se que a proteção do patrimônio cultural não está entregue ao alvedrio do gestor público. Cuida-se de atividade administrativa vinculada pelas

¹³ DUTRA, Ionei. [Entrevista disponibilizada em 10 de maio de 2013, a Internet]. Disponível em: <<http://www.frutal.mg.gov.br/Noticias/conselho-de-patrimonio-historico-discute-tombamentos-em-frutal.html>>. Acesso em 09/03/2015.

diretrizes constitucionais e pela legislação local. Todos os instrumentos de efetividade devem ser empregados pelo Poder Público, ante o dever inarredável de proteção, promoção e conservação do patrimônio cultural. Urge trazer à colação o seguinte dispositivo da Lei Ordinária Municipal n.º 4.867/2001:

Art. 1º – Ficam sob a proteção especial do Poder Público Municipal os bens culturais de propriedade pública ou particular existentes no Município de Frutal que, dotados de valor histórico, estético, ético, filosófico ou científico, justifiquem o interesse público em sua preservação.

Como ensina Diomar Ackel Filho:

O dever de tutela do Município associado às obrigações federais e estaduais no mesmo sentido não se restringe a uma proteção genérica. Exige-se o cuidado específico quanto à preservação de tais bens em seu conteúdo original. A devastação e o vandalismo que, infelizmente, proliferam em nosso País, sem qualquer respeito a esses valores culturais, justificam a preocupação do legislador constituinte, tornando obrigação também do Município a adoção de medidas eficazes no sentido de garantir a incolumidade desses bens, exercendo com rigor o seu poder de polícia no que tange à matéria (ACKEL FILHO, 1992, p. 55).

Insosfismáveis, ainda, os ensinamentos de Carlos Frederico Marés, quando este nos fala sobre a obrigação do Município em proteger o meio ambiente cultural:

Para cumprir esta obrigação, compete à Administração Municipal organizar serviços próprios, não apenas para que no Plano Diretor sejam respeitados estes bens, mas para que coisas muito mais concretas possam ser aferidas, como, p. ex., não sejam expedidos alvarás ou licenças que ponham em risco o bem pela poluição, perda de visibilidade ou qualquer outra contingência nociva ao uso. Na organização deste serviço está a primeira competência municipal, oriunda diretamente de sua autonomia: a criação de órgão, serviço ou função que, a partir de critérios dados por normas municipais fiscalizem e protejam os bens culturais (federais, estaduais e municipais) existentes no território do Município. É de se ressaltar que esta é uma competência exclusiva municipal (MARÉS, 1993, p. 33).

Outro não é o posicionamento de Édis Milaré, que enfatiza:

Não mais tem o Poder Público uma mera faculdade na matéria, mas está atado por verdadeiro dever. Transforma-se sua atuação, quanto à possibilidade de ação positiva de defesa e preservação, de discricionária em vinculada. Sai-se da esfera da conveniência e oportunidade para se ingressar num campo estritamente delimitado, o da imposição, onde só cabe um único, e nada mais que único, comportamento: defender e proteger o meio ambiente, a pretexto de que tal não se encontra entre suas prioridades públicas. Repita-se a matéria não mais se insere no campo da discricionariedade administrativa. O Poder Público, a partir da Constituição de 1988, não atua porque quer, mas porque assim lhe é determinado pelo legislador-maior (MILARÉ, 2000, p. 214 -215).

Por sua vez, aponta, ainda, Álvaro Luiz Valery Mirra:

[...] não há ingerência indevida do Poder Judiciário na esfera de competência do Poder Executivo quando impõe à Administração Pública o cumprimento de obrigações de fazer tendentes à supressão da omissão estatal lesiva ao meio ambiente, pois, na realidade, quem age em iniciativas dessa natureza é a própria sociedade, e o juiz, ao ser provocado, exerce sua atribuição precípua e específica de aplicar o direito aos casos concretos (MIRRA, 2002, p. 381).

Se não bastasse todo o elucidado, no mundo todo há movimentos para o consenso de que não há desenvolvimento onde são suprimidos direitos ou liberdades, dentre estas, se destacam as liberdades políticas e culturais, o que nos leva a concordar¹⁴ com o pensamento de que “a qualidade de vida nem sempre melhora com o avanço da riqueza material”.

Segundo Veiga:

A expressão desenvolvimento sustentável foi a que acabou se legitimando para negar a incompatibilidade entre o crescimento econômico contínuo e a conservação do meio ambiente. Ou ainda, para afirmar a possibilidade de uma conciliação desses objetivos, isto é, de crescer sem destruir (VEIGA, 2005, p. 19).

¹⁴ FURTADO, Celso. O Capitalismo Global. São Paulo, Ed. Paz e Terra. 1998 In TORELLY, Luiz Philippe. *Patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável*. Brasília: Iphan, 2012. p. 22.

A gestão municipal, em anos pretéritos, já tinha sinalizado este movimento ao edificar leis no sentido de criar mecanismos de salvaguarda de bens dotados de importância à memória do seu povo, a saber¹⁵:

Lei n.º 4.867, de 02 de Outubro de 2001. Estabelece a proteção do patrimônio cultural de Frutal, cria o conselho municipal do patrimônio cultural de Frutal e dá outras providências;

Decreto n.º 6.056 A, de 27 de Março de 2003. Cria o conselho municipal do patrimônio cultural do município de Frutal.

Decreto n.º 6.600, de 18 de Março de 2005. Decreta o tombamento da imagem de Nossa Senhora do Carmo por seu valor artístico, estilístico, cultural, religioso e histórico;

Decreto n.º 7.633, de 06 de abril de 2009. Decreta o tombamento do conjunto paisagístico Parque dos Lagos Leda Campos Borges por seu valor histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico e cultural.

Decreto n.º 5.517 A, de 30 de Abril de 2009. Institui o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural – FUMPAC;

Lei n.º 5.923 A, de 15 de Dezembro de 2011. Cria o Arquivo Público do município de Frutal.

Portanto, apesar da inevitável globalização, há de se ressaltar o caráter indissociável da cultura local e de suas especificidades, a fim de se contrabalancearem as escolhas para que em um futuro próximo não conclamemos por aquilo que se tinha e que, por um descuido, hoje não é passível de ser possuído.

CONCLUSÃO

Parece-nos arrazoado começarmos pela definição do que vem a ser “cidade” (segundo o modo de entender de Robert Ezra Park, In: VELHO, 1976) para, então, entendermos o papel de suma importância desempenhado pelo ser humano na sua construção:

¹⁵ Disponível em: <http://www.frutal.mg.gov.br/Cultura-Esporte-e-Lazer/home-cultura.html>. Acesso em: 20/03/2015.

[...] cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefone, etc.: algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos – tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem, é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana (VELHO, 1976, p. 24).

Enquanto que por Estado, conforme os doutrinadores, entendemos como o monopólio legítimo do exercício da força em uma sociedade com caráter monopolista político, passível de ser exercido por diferentes esferas:

Enfim, é o governo que transforma em atos a vontade do Estado, o que é suficiente para fazer dele o poder preponderante sobre todos os demais e exigir dos legisladores um contínuo aperfeiçoamento das normas que regem o funcionamento do Estado e regulam as suas relações com a sociedade, e dos tribunais a constante vigilância da adequação dos atos de governo à legislação, sem que o poder do governo se tornaria tirânico (COELHO, 2012, p. 13-17).

Pelos dois textos ora pontuados, pode-se perceber que da noção de cidade e de sociedade é que advém a função do Estado como forma de regular essa interação humana, hoje não tão importante quanto à relação Estado, governo e mercado. E foi este, justamente, o ponto central de discussão do nosso trabalho.

Nas últimas décadas, houve uma expansão do conceito de patrimônio cultural, o que levou a extraí-lo da noção de políticas de excepcionalidade, além de incorporá-lo na preservação e na salvaguarda no âmbito das políticas de desenvolvimento sustentável:

Além disso, elas passaram a considerar a dimensão territorial desse patrimônio. Por essa razão, sua integração às demais políticas públicas, em busca de uma relação sincrônica e diacrônica com o desenvolvimento e o futuro, deve apontar para além do que tem sido nossa atuação histórica (TORELLY, 2012, p. 03).

No presente caso, a Gestão Pública Municipal de Frutal/MG age de forma desconexa com o rumo que tem tomado a gestão pública, em nível mundial, ao deixar de considerar aqueles bens passíveis de serem preservados e aqueles que já estão salvaguardados por atos do próprio executivo, como ocorre com o ISPA – Instituto São Paulo Apóstolo, que mesmo estando inventariado e passível de tombamento conforme procedimento administrativo, corre risco de ser destruído para a construção de um edifício residencial .

À primeira vista, o artigo pode nos remeter a algo sem importância, sem aplicação imediata. Ledo engano! A problemática aqui retratada nos revela o quanto o gestor público deve estar atento às tendências do mundo globalizado. Muito mais que progresso, hoje se fala em progresso sustentável, pois os recursos naturais são escassos, assim como o são os bens passíveis de preservação da história do seu povo.

A gestão pública da cidade de Frutal/MG, em atos concatenados na sucessão do tempo, veio por destruir muitos bens patrimoniais que foram levantados à custa da história de seus habitantes, enquanto que, em algumas cidades mineiras, os gestores souberam tirar proveito desta peculiar característica e geraram, e continuam gerando, empregos e impostos com a exploração do turismo regional.

É por estas e outras questões, que o presente trabalho focou na importância que pode desempenhar um determinado bem, que, dotado de personalidade patrimonial, devido aos seus valores intrínsecos e extrínsecos, pode fazer passar de geração a geração a luta desempenhada à época por um povo ou grupo de indivíduos, o que, por si só, já é condição para sobrepor os anseios particulares e exigir a efetivação dos instrumentos adequados ao reconhecimento e sua guarda.

Assim sendo, o presente artigo buscou exemplificar, por meio do estudo de um caso prático, a importância de, enquanto gestores públicos, refletirmos acerca da necessária preservação e incorporação do patrimônio cultural como promoção da qualidade de vida e do bem-estar social a ser observado no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

Cabe ressaltar que hoje os tempos são outros. Dificilmente um gestor público, arbitrariamente, conseguiria destruir um bem dotado de historicidade sem ser criticado quase que instantaneamente pelas mídias sociais. Some-se a isso a atuação do Ministério Público que, como curador do patrimônio histórico e cultural, é instituição responsável pela defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis. Essa instituição, por ser independente, não sofre influência das vontades da gestão pública, muito pelo contrário, sua emancipação lhe garante um trabalho imparcial, cabendo somente que alguém o provoque.

Em suma, cada vez mais as políticas de desenvolvimento sustentável e a dimensão de cultura estarão inseridas às outras dimensões do desenvolvimento, levando o gestor público a buscar alternativas condizentes com esta nova realidade.

REFERÊNCIAS

ACKEL FILHO, Diomar. *Município e prática municipal à luz da Constituição Federal de 1988*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1992.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 44 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BERNARDES, Samir Alouan. [Leis]. Disponível em: <http://www.frutal.mg.gov.br/Cultura-Esporte-e-Lazer/home-cultura.html>

CARSALADE, Flávio de Lemos. *A Ética das Intervenções. Artigo disponível em Mestres e Conselheiros*. Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural, Valores e Sociedade Civil*. Artigo disponível em Mestres e Conselheiros. Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

_____. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, Sônia Rabelo de. *O Estado na Preservação dos Bens Culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

COELHO, Ricardo Corrêa. *Estado, governo e mercado*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012, p. 13/17.

DA SILVA, José Afonso. *Ordenação Constitucional da Cultural*. São Paulo: Malheiros. 2001.

DUTRA, Ionei. [Entrevista – disponibilizada em 10 de maio de 2013, a Internet]. Disponível em: <<http://www.frutal.mg.gov.br/Noticias/conselho-de-patrimonio-historico-discute-tombamentos-em-frutal.html>>.

FERREIRA, Jeová. *Original História de Frutal*. Frutal: Oficina de Artes Yara Lins, 2002.

FERREIRA, Terezinha Lamounier. *Respingos de História III*. Registro de Fatos Pessoais e Acontecimentos Históricos de Frutal. Frutal: Oficina das Artes Yara Lins, 2009.

GINÁSIO (ESCOLA). In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Gin%C3%A1sio_\(escola\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Gin%C3%A1sio_(escola))>.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. *A tutela do Patrimônio Cultural sob o enfoque do Direito Ambiental*. 1ª Ed. Ed livraria do Advogado. Porto Alegre. 2007.

MARÉS, Carlos Frederico. *A proteção jurídica dos bens culturais*. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política. São Paulo, nº 2. 1993.

MILARÉ, Edis. *Direito do ambiente*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2000.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Princípios Básicos da Proteção ao Patrimônio Cultural*. Artigo disponível em *Mestres e Conselheiros*. Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. *Ação civil pública e a reparação do dano ao meio ambiente*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

PAULA, Álvaro Ferreira de. *Desbravador do Carmo de Fructal – História e Genealogia de um Descendente*. [s.l]: Edição Independente de 2004.

PARK, Robert Ezra. *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar 1976, p. 24.

RICHTER, Rui Arno. *Meio Ambiente Cultural: Omissão e Tutela Judicial*. 1ª Ed. Ed. Juruá. Curitiba. 2003.

SECOM. Disponível em <http://www.frutal.mg.gov.br/Cultura-Esporte-e-Lazer/bens-inventariados-imoveis.html>. Acesso: 20/03/2015.

TORELLY, Luiz Philippe. *Patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável*. Anais; v. 3 – Brasília, DF: Iphan, 2012, p. 03.

A SANITIZAÇÃO NA POLÍTICA EDUCACIONAL COMO PARTE DO PROCESSO DA SAÚDE MENTAL, FÍSICA E SOCIAL

Suelen Cristina da Silva¹⁶
Prof. Dr. Marcelo Pessoa¹⁷

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo abordar a sanitização na Educação, salientando a inclusão e exclusão social de pessoas levadas a cabo por meio de políticas públicas que se referenciam no sistema capitalista. Independentemente de que sejam portadores de saúde adequada, considerados normais, ou pessoas com deficiência, a sociedade se desenvolve para todos de acordo com as diretrizes do capitalismo. A Educação está em função do capitalismo, assim como a criança para a escola. Neste sentido, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, considerando os estudos da educação, do capitalismo e da psicologia. Finalmente, fizemos uma discussão sobre o que a educação deveria proporcionar às pessoas e como a saúde é imprescindível para o lugar social de cada ser humano. Conclui-se a partir disso, que somente a tomada de consciência da população em relação à educação e ao capitalismo é capaz de promover um desenvolvimento igualitário e assegurar a plena autonomia social dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo, Educação, Sanitização, Saúde.

ABSTRACT: This article aims to address the sanitization in education, stressing inclusion and social exclusion of people by means of public policies that reference in the capitalist system. Regardless of which carry adequate health, considered normal, or people with disabilities, the company develops for all in accordance with the guidelines of capitalism. The education is in function of capitalism, as well as the child to school. In this sense, a bibliographical research, considering the studies of education, of capitalism and of psychology. At the end, there was a discussion about what education should provide people and how health is essential for the social place of every human being. It appears from this, that only the awareness of the population regarding education and capitalism is able to promote equitable development and ensure the full autonomy of the social subject.

KEYWORDS: Capitalism, Education, Sanitization, Health.

INTRODUÇÃO

O estudo em questão se propõe a fazer um levantamento histórico social e crítico da relação entre a educação escolar e o sistema capitalista. Vê-se que uma educação sob tais moldes ajusta o indivíduo para servir o capital, e o exclui quando o mesmo não produz segundo a lógica e expectativas do capitalismo. Dessa forma, vê-se, de pronto, que o Estado não considera os aspectos intrínsecos aos seres humanos, tais como a saúde e valores

¹⁶ Especialista em Gestão Pública pela FaPP – Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”, Unidade da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

¹⁷ Orientador do Programa de Pós-Graduação da FaPP. Docente na UEMG, Unidade Frutal. Possui Bolsa de Professor Orientador – BPO. Desenvolve Projeto de Pesquisa com o apoio da UEMG e do Estado de Minas Gerais, via prêmio de fomento à pesquisa docente obtido por meio do Edital PAPq 08/2015.

peçoais, uma vez que tende a valorizar itens de formação mais compatíveis com o mercado.

O objetivo desse texto, contudo, é abordar a sanitização no sistema educacional, ressaltando os impactos na saúde física, mental e social e suas possíveis consequências na formação do sujeito inserido no sistema capitalista. Desse modo, percebermos que refletir sobre os parâmetros atuais que permeiam a educação requereria um levantamento histórico de dados que desenhasssem a real sociedade em que estamos inseridos.

Logo, no início do artigo, reportamo-nos aos retratos da história social que tratam da higienização e da sanitização no Brasil, visto que estes são os fatores que demonstram os valores sociais contemporâneos e expressam com clareza o modo como a saúde é fundamental para a produtividade humana e para o desenvolvimento de papéis sociais.

Num segundo momento, apresentamos a aplicação de alguns conceitos ao contexto escolar brasileiro, deixando com ares de contemporaneidade, problemas que pertencem a uma longa tradição histórica da educação no Brasil.

Em seguida, vamos às conclusões e referências bibliográficas que deram suporte teórico ao nosso trabalho de investigação.

A HIGIENIZAÇÃO NO BRASIL

De acordo com a Constituição da Organização Mundial de Saúde – OMS de 1946, saúde é o completo bem estar, físico, mental e social. O conceito aqui apresentado e defendido pela OMS é questionado em tempos atuais, devido ao fato de que, por meio dele, se buscava uma perfeição quase inalcançável em tempos de crises econômicas ou de epidemias sanitárias que assolam diversos países e que causam impactos diretamente na saúde mental do sujeito. Ao lado disso, como conceito correlato ao de saúde, aparece a ideia de higiene

que, de acordo com o dicionário Aurélio, *apud* Junior (2009, p. 22), revela-nos que “preservação da saúde é a prevenção de doenças”.

Assim é que foi que muitos médicos adotaram a abordagem higienista e posturas sanitizantes que orientavam e influenciavam a sociedade a cuidar de suas casas e de suas cidades, mantendo a limpeza em todos os ambientes.

A medicina no setor público demandava manter a organização e a limpeza dos espaços das cidades, das instituições e dos espaços públicos. Assim, os cuidados médicos e a ciência higienista alcançaram também os moradores da zona rural. A partir desse momento social e histórico em que a medicina e o Estado precisaram se unir para atenderem às demandas de saúde da população, e para preservarem a “Ordem e o Progresso da Nação”, os interesses do Capitalismo já estavam encobertos por detrás da máscara de prevenção de doenças no povo.

Dessa forma, é fundamental compreender que esta faceta obscura do capital já estava ali, ditando suas regras, tendo em vista que em uma sociedade capitalista é necessário que haja pessoas saudáveis o suficiente para produzirem, vender suas forças de trabalho para o mercado e, na visão capitalista e no olhar do Estado são essas mesmas pessoas que devem ter, no mínimo, alguma condição financeira de consumir os bens que são produzidos.

Junior (2009, p. 23) discorre sobre a abrangência das ações de higiene, o quanto é necessária ao ser humano e por isso a abordagem do Estado referente à higiene apresentou boa adesão da população. O autor lembra que:

Do nascimento à morte, do berço ao túmulo: nenhuma fase do desenvolvimento humano é desprezada pela higiene. Seu espectro de atuação é amplo. No Brasil, seu desenvolvimento ganhou forte projeção com o capitalismo. O período sanitarista do higienismo esteve intimamente ligado com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Conforme ressalta o autor, a ligação da medicina e a situação de calamidade pública impuseram à sociedade uma adequação à ordem e ao sanitarismo. Essas ações foram um trampolim para que os médicos fossem

considerados como importantes atores sociais. Nesta mesma linha de raciocínio é que as cidades foram classificadas por Milton Santos (1959, p. 07), *apud* Sobarzo (2004, p. 363), como “uma forma particular de organização do espaço, uma paisagem (...)”. Nesse diapasão, urge ressaltar a premissa orientadora destes autores, de que, se não há organização no espaço, logo, o local não poderá ser considerado uma cidade.

Assim, a atuação dos médicos higienistas fortalecia ações de higiene, favorecendo a organização das cidades. Tais ações estiveram intimamente ligadas ao poder público e econômico, com vistas aos interesses do Capitalismo.

A higienização era necessária para o progresso e a ordem do país, e os médicos higienistas se respaldavam no conhecimento científico e, para a concretização desses fatos, eles estudavam, pesquisavam e buscavam novas estratégias para a promoção de saúde do povo. Dessa forma, os médicos se destacavam, ganhavam poder e ficavam a cada dia, mais respeitados pela sociedade, recebendo condecorações e diversas homenagens.

Com o passar do tempo, os higienistas observaram que não era apenas o espaço físico que poderia ser limpo, organizado e higienizado para assegurar o progresso dos municípios e da nação, mas, também, a subjetividade de cada indivíduo e a maneira de ser das pessoas que habitavam algum setor eram fatores que precisariam ser considerados.

Na visão higienista, os fatores subjetivos contribuem para a permanência de ordem e progresso ou para a desordem de um local, impactando direta ou indiretamente os papéis sociais de cada sujeito, pois são características próprias na forma de ser e de se relacionar com outras pessoas.

Visto dessa forma, Junior (2009, p. 28) destaca, que:

A cidade crescia e se (des)organizava. Havia, entretanto, um matiz diferente, que parecia realçar um desarranjo na estética da paisagem. Homens com um andar, trejeitos e indumentárias excêntricas erravam pelas ruas, sem destino e sem lugar fixo para viver. A “loucura” abandonava a vida privada para ganhar os espaços públicos.

De acordo com o autor acima citado, e considerando que o Estado já reconhecia a necessidade de cuidados aos doentes mentais, houve o estabelecimento de um marco legal sobre o assunto, a partir da Lei de Assistência aos Alienados, criada em 1903. Porém, essa Lei só foi realmente efetivada no ano de 1927.

Com a implantação dessa Lei, a gestão de cuidados aos doentes mentais foi atribuída ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Os higienistas viram na internação de pessoas portadoras de transtornos mentais uma forma de “sanitizar” as cidades, além de afastar o “mal” dos homens considerados normais, aproximando-os da população com o intuito de “regenerar o povo pela ciência” (JUNIOR, 2009).

Apesar de almejar a regeneração e aprimoramento do povo, o Estado não tinha em suas prioridades atender às demandas da população de baixa renda, que se esforçava lutando por uma vida com mais dignidade e um trabalho mais digno, que viriam, neste caso, por meio de salários que não somente trouxessem qualidade de vida a si e a sua família, mas que pagos os direitos do trabalhador, trariam a reboque, maior dignidade social.

Contudo, o Estado optou por não quebrar o ciclo vicioso de exploração capitalista e seguiu em frente na exploração de um povo pobre, sem conhecimento, sem condições de viver com dignidade, sem saúde e sem quaisquer direitos, assim, como se requer dentro do modelo capitalista.

A Liga Brasileira de Higiene Mental

Ressaltamos, neste ponto, a importância do médico higienista Gustavo Riedel que, em 1922, fundou a *Liga Brasileira de Higiene Mental*. Este, por sua vez, só o fez após ter acompanhado o Congresso latino-americano de Higiene Mental. A citada Liga foi, então, composta, maiormente por médicos psiquiatras

e outros médicos especializados em outras áreas, ainda que simpatizantes gerais da abordagem Higienista.

Essa associação foi, com o tempo, ganhando prestígio e visava, em última análise, atender aos interesses capitalistas, já que oriunda da classe dominante, conseguindo até mesmo repasses financeiros do Estado para a Liga Brasileira.

Por vezes, nas reuniões da Liga, foram abordadas questões de raça, de classe social, sobre o abuso de álcool e drogas, comportamentos de desmazelo, além de outras características da população que foram utilizadas como critérios para a classificação de sujeitos como loucos ou, no mínimo, suspeitos de anormalidades.

Com isso, diluía-se em meio às preocupações com a saúde humana o preconceito contra a classe menos favorecida, confundindo-se prepotência étnica com a ciência da higiene, levando à internação diversas pessoas por simplesmente aparentarem, segundo critérios de alguns poucos, uma ameaça ao urbanismo.

A psicometria ganhou espaço nesse período, e o seu emprego encorajado, por se respaldar na medida e na exatidão dos diagnósticos que proferia. Com esses argumentos os higienistas estimularam o desenvolvimento de testes capazes de medir a inteligência, a percepção e avaliar as pessoas para, posteriormente, conceituá-las via resultados obtidos nas suas avaliações.

Os escores dos testes psicológicos classificavam a população como normal ou portadora de doenças mentais. Era possível observar que os testes também buscavam estabelecer parâmetros para a delimitação de uma perfeita exatidão do ser humano. Os membros da Liga acreditavam na existência de um ser soberano que se esboçava a partir daquilo que os higienistas entendiam como normal. Logo, para ser considerada uma pessoa capaz e com subjetividade adequada ao que era esperado por eles, o sujeito deveria obter resultados satisfatórios nos testes.

Em 1924, a Liga Brasileira de Higiene Mental mostrou o posicionamento de seus membros neste sentido, relacionando os males sociais aos vícios da

população. A ingesta de álcool, por ser exagerada, predominantemente nas camadas menos abastadas, ganhou destaque como empecilho para o desenvolvimento da nação, sendo indicado como causador de imoralidade e prejudicial ao desempenho de funções de trabalho. Foi, por isso, organizada uma campanha antialcoólica que ganhou forças e apoio até mesmo do Congresso e nos discursos dos médicos higienistas, que diziam que bebidas de valor acessível gerava prejuízos ao Estado e que, sendo assim, o consumo deveria ser desincentivado, por meio da elevação de preços, visto a sociedade necessitava de sujeitos dispostos e sóbrios para trabalhar (MANSANERA & SILVA, 2000, p. 127).

De acordo com Olinto (1934, p.28), *apud* Junior (2009), a Liga acreditava ainda num tipo de “cultivo da mentalidade humana”. Sendo assim, se a ente se prestaria a esse certo “cultivo”, então, passou-se a enxergar nas crianças a possibilidade de formar cidadãos normais, sem transtornos mentais, aplicando nelas ações implementadas pelas ciências da higiene. Organizaram-se estratégias que induzissem a possibilidade de agregar as crianças em um local, a fim de que elas recebessem os cuidados necessários, com o objetivo de preservar a saúde mental dos pequenos e, com isso, desde cedo, abrindo caminho para um monitoramento que promovesse não só a pretensa saúde mental, mas que afastasse aquelas crianças das más tendências, dos problemas psicossociais e também das crianças consideradas anormais.

Os adultos, por sua vez, que apresentavam disposição a surtos ou que já haviam desenvolvido algum tipo de transtorno, eram tidos como doentes irreversíveis e, nesta condição, fazer parte da sociedade capitalista lhes ficaria mais difícil. Daí, então, a atenção redobrada à higiene mental das crianças, pois isso aparentava ser o caminho da salvação da sociedade, evitando-se, assim, que o adulto do futuro não se tornasse uma ameaça ou que causasse prejuízos para a ordem do Estado.

A Liga considerava a possibilidade da aplicação de suas técnicas nas crianças para obter respostas positivas e mais eficazes do que em adultos. Os problemas das crianças eram mais simples de resolver, a Liga precisava

enxergar que os desvios de personalidade que poderiam se apresentar estavam interligados ao Capitalismo. Nisto, obrigavam as famílias de baixa renda a colocarem suas crianças e adolescentes em trabalhos inóspitos e prejudiciais a saúde física, mental e social das crianças. Com esses trabalhos as crianças ajudavam no autossustento das famílias, vendendo sua força de trabalho por um valor irrisório. As fábricas e indústrias adaptaram suas máquinas ao que fosse necessário para seus pequenos trabalhadores, e a exploração permanecia forte aliada do capital e dos grandes empresários.

Apesar de tudo isso, a Liga preferiu dar andamento em seu plano de segregação humana, a enxergar o que de fato desestrutura o ser humano, e doutrinava que “[...] a criança fosse protegida [...] das influências morais dos degenerados” (Junior, 2009, p.110).

A sanitização

A exclusão social ocasionada por problemas relacionados à saúde mental, física ou social, longe de ser uma novidade, dá-nos notícias que remontam a Antiguidade, passa pela Idade Média e chega, ainda, com muita clareza, na Contemporaneidade.

Em Foucault (1978), no seu livro *História da Loucura*, sabemos de alguns fatos que deixaram profundas marcas nos povos e ocasionaram segmentação social, tais como a epidemia de lepra. As pessoas portadoras de tal doença eram separadas da população que aparentava boa saúde física, para ficarem isoladas e não disseminarem o seu mal entre outros humanos.

As pessoas acometidas de lepra eram vistas como incapazes e perigosas, sendo discriminadas em locais religiosos que, apesar de não aceitá-los em seus recintos, viam a doença como uma graça recebida para que fossem pagos os próprios pecados. Diante de tais pressupostos, podemos fazer uma reflexão, embasado no pensamento de Foucault (1978, p. 28):

Privilégio absoluto da loucura: ela reina sobre tudo o que há de mau no homem. Mas não reina também, indiretamente, sobre todo o bem que ele possa fazer? Sobre a ambição que faz os sábios políticos, sobre a avareza que faz crescer as riquezas, sobre a indiscreta curiosidade que anima os filósofos e cientistas?

Com este autor, também vemos que os portadores de transtornos mentais eram tratados de forma desumana, sendo levados de uma cidade a outra, por marinheiros, e deixados como se despejassem um lixo em terra alheia, outros eram mantidos em hospitais, onde permaneciam presos e sem nenhum atendimento psicossocial que favorecesse a reintegração social e melhores cuidados de saúde.

A INSTITUIÇÃO ESCOLAR: OLHARES DO CONTEMPORÂNEO

De acordo com Sampaio, Santos e Mesquida (2002), a etimologia da palavra *educação*, tem origem no latim, derivado de “*educare*”, por sua vez ligado a *ducere* - verbo composto do prefixo *ex* (fora) + *ducere* (conduzir, levar), podemos compreender que educação é sinônimo de "conduzir para fora", ou seja, preparar o indivíduo para o mundo.

Partindo do princípio de que não se consegue viver sozinho, a educação escolar, como se define aqui, parece ser intrínseca à condição humana e para a boa convivência social.

Pode-se, então, fazer aqui outra reflexão, pois desde o nascimento a criatura humana se torna dependente, e precisa ser acompanhada e cuidada pelos genitores ou por profissionais de uma casa de abrigo para crianças. E, quando acreditamos que podemos viver isolados e independentes, mesmo assim vamos usar uma cadeira, um tecido ou um copo que alguém produziu.

Nisso, retomamos a correlação entre educação e padronização dos sujeitos para atender às demandas de um mundo capitalista. De acordo com Bertoldo, Jimenez e Moreira (2012), é possível identificar que a política

educacional assim formatada tem como objetivo favorecer o sistema capitalista e não exatamente promover a formação profissional dos cidadãos.

O saber abre as portas ao novo e aguça a crítica do homem que, nessa condição jamais se sujeitaria a influencia moral do capitalismo. Partindo desse princípio, nos é possível compreender o motivo por que há anos a educação escolar não é oferecida de maneira adequada à população em geral, em especial à classe menos favorecida, uma vez que o acesso ao conhecimento é transformador para a ordem social do Estado.

Assim, o sistema de educação em questão é ao mesmo tempo algoz e vítima daquilo que preconiza e difunde, uma vez que seus conteúdos ultrapassam as fronteiras das salas de aula e se respalda na sanitização imposta pelo Estado, a qual compreende o molde que o governo espera que todos nós obedeçamos. Esse fato se concretiza noutros setores da sociedade, como, por exemplo, observamos a indústria farmacêutica, segmento que, além de produzir medicamentos, também pode causar grandes danos aos cidadãos, realizando *lobbies* para o acobertamento de curas para doenças que nem deveriam mais existir.

Diante do analfabetismo das crianças, a Liga viu a falta de escolaridade como empecilho para empregar as premissas da higiene mental, resultando na luta pela alfabetização das crianças. Nesse período, o Presidente do país era Getúlio Vargas, conhecido pela sua ousadia e dedicação à classe trabalhadora, o qual se posicionou favorável à alfabetização das crianças para o progresso do Brasil, desejando com isso promover uma melhor formação aos novos profissionais, deixando-os melhor qualificados e prontos para a entrada no mercado de trabalho e, ainda, fomentando uma solução para retirar as crianças brasileiras da situação de rua, resultando em escolas públicas de ensino gratuito e obrigatório.

Nesse diapasão, urge ressaltar o sentido verdadeiro da educação, que não é aquele de favorecer a manipulação dos cidadãos ou o de atender à ideologia Capitalista, em favor de um mercado de trabalho explorador. Por isso, é que autores como Bertoldo, Moreira e Jimenez (2012), referem-se à

educação como parte “componente do complexo que sustenta a duradoura exploração do homem pelo homem”.

Essa frase resume o relacionamento do Capitalismo com a educação, pois foi possível observar que o acesso do povo a educação só foi alcançado quando o Estado e a Liga Brasileira de Higiene Mental vislumbraram que, por meio da educação, se favorecia o Capitalismo e moldaria o indivíduo de acordo com o que era esperado do Estado, ajudando a manter a ordem e a higienização das cidades. Os autores citados também mencionam Marx, 2002; Mézaros, 2009, que, por sua vez, afirmam que: “[...], via de regra, rebatizam o projeto salvacionista da educação, instituindo como pedra de toque uma possível cura para os males do capitalismo, [...] assim que faz parte da sua teia primordial nos distanciar cada vez mais da possibilidade de produzirmos uma comunidade autenticamente humana”.

Nessa linha de pensamento, de acordo com Rogers (1971, *apud* GOULART, 1995), vemos que o ser humano é o único ente capaz de fazer que outro ser humano se desenvolva. Sendo assim, quando o trabalho de um ser é educar outro ser com uma educação corrompida, esse desenvolvimento redundará em prejuízo para as atividades sociais, ficando o sujeito à mercê de muitas limitações que impedirão o cidadão de enxergar além da utopia do Estado, seus direitos e deveres.

Concomitantemente, a mesma ideologia que engessa o indivíduo dentro de uma formação precária, espera que um docente tenha recebido uma formação de qualidade para que possa fazer com que o aprendiz “conduza para fora o melhor de si mesmo”. Somente a qualificação de um educador poderá garantir a efetivação de suas ações – assim, devido à lógica opressora do capital, nem uma e nem outra coisa acontece.

Ademais, de um lado, está o Estado, com interesse apenas em estatísticas, seja de formação de docentes ou de alunos que são aprovados sem nenhum conhecimento, para favorecer à conjuntura desestruturante imposta do Capitalismo. De outro lado, está o cidadão, prejudicado, sem qualificação nem mesmo para o mercado de trabalho, e sem as condições

mínimas que lhe possibilitassem alguma forma de acesso a maiores salários e qualidade de vida ou bem estar social. Esses fatos são, dentre outros, frutos de uma aprovação automática do sistema educacional brasileiro que, além de aprovar o sujeito que não adquiriu conhecimento, faz com que ele permaneça às margens da sociedade.

O Capitalismo e a educação

Vemos que, assim como a Revolução Industrial proporcionou a produção de bens de consumo em série, o mesmo processo passou a acontecer por meio de uma espécie de “automatização” do processo de repassar o saber, orquestrado pelo modelo capitalista, e que lentamente foi impregnando o nosso sistema brasileiro de educação. Bertoldo, Moreira e Gimenez (2012, p. 32) lembram que:

O processo de criação e transmissão do conhecimento, desta forma, é reduzido à esfera do imediato mais reles da experiência docente, perdendo sua conexão com os elementos da historicidade humana e impossibilitando a emergência do caráter ontologicamente emancipador da própria educação.

Para Vygotsky (*apud* OLIVEIRA, 1997), o aprendizado se dá pelo processo de desenvolvimento humano possibilitado pelas interações sociais, é o meio ambiente, a socialização, cultura e a civilização que são os precursores do aprendizado do homem. Daí, então, fica subentendido que o nosso meio social, alinhado ao Capitalismo, não permite e jamais permitirá o acesso ao conhecimento que a educação tem a prerrogativa de despertar no sujeito.

Ao que parece, o que impede esse acesso ao conhecimento é o medo que o Estado tem de não mais exercer o poder sobre as pessoas, e ter a dificuldade em continuar com atitudes que mascaram o que é a educação no Estado, a qual está ligada às diretrizes do Capitalismo.

Dessa forma, de acordo com Junior (2009), para a teoria da higiene mental, um bom educador seria o docente que fosse capaz de transformar as crianças em pessoas felizes, deixa-las sem ambição e, cuja educação fosse capaz de fazê-las vender sua força de trabalho a míseros salários. A educação, nesses péssimos moldes, visa à criação de seres conformados com a falta de dignidade pessoal e aptos ao trabalho árduo das indústrias e da operação das máquinas do capital.

Conforme a teoria comportamental de Skinner, os procedimentos humanos são passíveis de condicionamento, podendo ser alterados ou até mesmo extintos, por meio de reforços positivos, negativos e punições (FRANCISCO FILHO, 2002). Com uma educação defeituosa, modeladora, criteriosa e instável, o Estado assume os rumos da nação e exclui reforçando negativamente a permanência nas escolas de sujeitos com deficiências, os quais, atualmente, por trás de uma máscara de inclusão social, são colocados em salas de aulas de alunos com facilidade de aprendizagem e, com isso, permanecem excluídos, pois não conseguem acompanhar em um mesmo ritmo todas as matérias esplanadas, atividades desenvolvidas, manter frequência regular etc.

Ainda, muitas pessoas especiais não desenvolvem vínculos com outros sujeitos e sofrem discriminação, tornando-se um “peso” para a escola que faz a inclusão social, sendo necessárias várias adaptações da estrutura física da escola e um posicionamento adequado dos professores e outros profissionais da escola.

Também voltamos, com esta reflexão, ao fato de que a formação sem qualificação de docentes, que na maioria das vezes não estão preparados para lidar com crianças, jovens ou adultos que são portadores de necessidades especiais, termina por contaminar todo o sistema com resultados ruins para todos.

Deparamo-nos, então, com a situação de um Brasil que inclui e exclui ao mesmo tempo, fazendo uma “inclusão para fora”, na qual se reforça, de alguma forma, a permanência do sujeito no sistema de educação, mas se nega a ele

educação adequada e serviços ajustados. Os empecilhos de acesso à escola também eram uma maneira de higienizar – e, do modo como está o sistema, ainda assim se faz.

Freud (2010) considera que o uso pleno das faculdades mentais enobrece o homem. Dando maior autonomia e poder ao homem que a usa em favor da ciência, para as atividades relacionadas às artes e outras atividades do tipo que requerem muito mais do intelecto, em relação aos quesitos físicos. Nessa observação de Freud, as atividades acadêmicas, próprias das escolas e do sistema de educação, são muito valorizadas na sociedade, mesmo que a educação esteja em condições inadequadas a favor do Estado e do Capitalismo.

Ainda com Freud (2010, p. 64), ressalta-se, em seu livro *O Mal Estar na Civilização*, que era esperado que a humanidade valorizasse bem mais as coisas não lucrativas como, por exemplo, a beleza, a natureza. Porém, isso ainda não foi possível e, ao que parece, importa mesmo à civilização é a ordem e a higiene na subjetividade das pessoas:

Evidentemente, a beleza, a limpeza e a ordem ocupam uma posição especial entre as exigências da civilização. Ninguém sustentará que elas sejam tão importantes para a vida quanto o controle sobre as forças da natureza ou quanto alguns outros fatores com que ainda nos familiarizaremos. (...) A utilidade da ordem é inteiramente evidente. Quando à limpeza, devemos ter em mente aquilo que também a higiene exige de nós, e podemos supor que, mesmo anteriormente à profilaxia científica, a conexão entre as duas não era de todo estranha ao homem.

A Liga Brasileira de Higiene Mental, ao implantar suas novas estratégias, tentou impor a ordem por meio da higienização de um ambiente em que o homem que não era produtivo ao Capitalismo ou não tinha o pleno domínio de suas faculdades mentais. Em qualquer das situações apresentadas, o cidadão era considerado um ser que precisava ser retirado do convívio social e trancado em hospitais psiquiátricos ou isolados para que vivesse à margem do capital e, muitas vezes, sem acesso ao ensino escolar obrigatório, para que

não transmitisse sua doença às pessoas ao redor e não atrapalhasse o “progresso e a ordem da nossa nação”.

Segmentação no sistema educacional

A Liga prosseguia com suas triagens nas escolas, obrigando todas as crianças a passarem por avaliação de sanidade mental. O critério estabelecido pela Liga era bem apertado quanto à adaptação. Para a Liga Brasileira de Higiene Mental, somente o sujeito com flexibilidade, passividade e que se adaptasse às situações adversas seria considerado um ser humano normal e capaz.

Se a criança não se adaptasse às mudanças e dificuldades, o que é um reflexo do Capitalismo, essa criança precisaria de cuidados especiais e não poderia ingressar na escola. Através dessas intervenções, evitava-se que, no futuro um cidadão procurasse seus direitos, ao mesmo tempo em que se preveniam protestos que trariam manchas para a reputação de Estado, obrigando a organização de mudança das ações que atendessem às demandas do povo.

E, assim, caminhava a educação de mãos dadas à medicina, com a psicologia, com o Capitalismo, compondo a higiene mental.

Com o uso de testes psicológicos para avaliações nas escolas, a psicologia se fortaleceu, Junior (2009, p. 125) aponta para o fato de que, com a necessidade de tantas avaliações das crianças para ingressarem à escola, surgiram duas equipes de trabalho, uma equipe com a finalidade de educador das crianças, e a outra com o objetivo de mensurar inteligência e comportamentos, os quais eram chamados de “especialistas da mente”.

Infelizmente, a Psicologia foi usada a favor da exclusão, porém, na atualidade essa realidade vem se modificando e ganhado forças na busca de se utilizar a Psicologia para trabalhar a inclusão de pessoas portadoras de

transtornos mentais, reforçando a luta antimanicomial, no intuito de que todos os cidadãos tenham seus direitos garantidos.

A Liga muito contribuiu para a afirmação da psicologia como profissão, ao incluir nas escolas profissionais qualificados para atender e avaliar as crianças pois somente em 1962 foi regulamentada e reconhecida como profissão independente da educação ou da medicina.

Nesse período, o Brasil adaptou suas escolas e, de acordo com o autor acima citado, já se havia instituído a Inspetoria de Higiene Infantil, a qual chegou a publicar certos “padrões para o exame mental na pré-escolaridade”.

No estado de São Paulo, também estava instaurada a “Diretoria do Serviço de Saúde Escola”, com diretrizes oriundas do Departamento de Educação, donde se objetivou a “[...] conquista da saúde, pela cura de moléstias e correção de defeitos físicos, pela prática de hábitos sadios e criação de atitudes sadias, na escola e no lar” (Castro, 1941, p. 58, *apud* Junior, 2009, p. 126).

A Liga continuou na busca incessante do aprimoramento de suas técnicas, e passou a desenvolver exercícios científicos que facilitassem o desenvolvimento mental das crianças consideradas atrasadas ou doentes, as quais eram rotuladas como “retardadas”. A partir desses esforços, a higiene mental acreditou na recuperação, mesmo que parcial, do sujeito com algum *déficit*, considerando também como anormal os classificados como portadores de “mau caráter”.

Diante de tudo isso, o problema social que os excluídos poderiam causar, já que, no futuro, se previa que se tornariam uma população sem escolaridade, sem acesso a alimentação, a recursos financeiros e ao trabalho, a Liga novamente pensou em mudanças no sistema educacional que promoveria a institucionalização de todos, quer seja normal ou anormal. Foram, assim, criadas as classes especiais nas escolas, e posteriormente escolas que se voltariam integralmente ao atendimento de portadores de necessidades especiais.

Para o Estado capitalista, interessado em quantidade, essa solução trouxe segurança, proteção da ordem da nação e prestígio, considerando-se que promovia a inclusão e reduzia as estatísticas de reprovadas nas escolas para pessoas normais.

O Capitalismo continuou a impulsionar a ciência da higiene mental, e os higienistas aderiram aos ideais de produção capitalista de boas estatísticas.

De acordo com Junior (2009, p. 141), foram construídas fichas, chamadas de “fichas médico-psicológica”, que mensuravam a capacidade física e mental que agregavam as informações relativas ao sujeito, por meio das quais já determinavam seu perfil de trabalho no futuro.

Estabelecia-se, a partir da educação, a ordem futura do país, ainda que diante de guerras e crises econômicas mundiais. As crianças e os adultos passavam por situações de calamidade, o Estado via apenas o que poderia gerar lucro e dar estabilidade aos governantes, desprezando-se as condições subumanas de vida da população. A educação, de acordo com Junior (2009, p. 143), era a responsável pela “contenção social” e para formar cidadãos para o mercado, em escala fordista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse artigo foram apresentados pontos que são empecilhos para o crescimento educacional das classes menos favorecidas, as quais se tornaram reféns de um sistema capitalista explorador que, muitas vezes, prejudica a saúde cultural, física e mental, impedindo o protagonismo social do sujeito, mantendo essas pessoas à margem da civilização, empurrando-as para uma sociedade “higienizada”.

Conclui-se, com isso, que um dos deveres contemporâneos da educação deveria ser o de oferecer ao povo uma formação mais ética, para que fosse possível aos gestores manterem a ordem e o progresso dos países capitalistas. Contudo, tem-se dedicado à prática de outro dever, o de preparar

os estudantes para serem futuros trabalhadores e para a inserção no mercado de trabalho, pois, através da formação escolar é que se estava assegurando uma fonte segura de sustento das famílias.

O trabalho e o estudo, a seu turno, atualmente são meios que o sistema capitalista disponibiliza ao cidadão, ainda que por meio de modelos precarizados, para que possa sair de uma classe social menos favorecida, alcançando mais qualidade de vida.

As políticas públicas atuais acenam para a população como sendo as maiores interessadas em promover a autonomia social das famílias, através da implantação de programas sociais de transferência de renda que visam reparar a falta de estrutura para o desenvolvimento do país. Esses programas têm como condicionalidade a ideia de que as crianças estejam estudando e recebam em casa alimentação adequada, para prevenir problemas de saúde física e, ao mesmo tempo, prevenir a desnutrição de um futuro trabalhador.

A falta de moradias, de emprego e recursos financeiros advindos do sistema capitalista, faz dos programas de transferência de renda fortes aliados nas campanhas políticas, as quais persuadem o cidadão a aceitar todo tipo de opressão, já que este não consegue ver que seus direitos vão além deste ou daquele pequeno benefício.

Ainda, hoje percebemos que a utopia política, responsável pela grandiosidade do poder do Estado e do Capitalismo, tenta implantar a ideologia do “Estado do Bem Estar Social”, que se preocupa com o bem comum do povo e trabalha para o povo. Mas, ao invés disso, percebemos que não é assim, e que o Estado e o Capitalismo não medem esforços para beneficiar as classes sociais mais favorecidas, excluindo, cada vez mais, as classes de baixa renda.

Ademais, se todas as pessoas que vivem sob o sistema capitalista enxergassem que há uma linha ideológica, que trabalha todos os dias para impedir que o dinheiro, o poder e a igualdade cheguem às mãos das classes menos favorecidas, o Estado seria coagido a mudar e adotar uma abordagem que se referenciasse na prática do socialismo e não do assistencialismo, conforme vivenciamos nos dias atuais.

Podemos concluir que há muito que se conquistar, e que somente através do acesso irrestrito ao conhecimento, às Leis que norteiam o Capitalismo e da união da população é que poderá ser instaurada uma luta que possa coagir o Estado em favor do povo.

REFERÊNCIAS

BERTOLDO, E; MOREIRA, L.A.L.; JIMENEZ S. (orgs.) *Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica de revolução*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – 1946
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>, Acesso em 09/02/2015.

DIAS, D. S. *Metodologia Científica*: material produzido para curso de pós-graduação, modalidade EaD, da Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”, da Universidade do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Faculdade de Políticas Públicas, 2014.

JUNIOR, Durval Wanderbrook. *A Educação sob Medida - os testes psicológicos e o higienismo no Brasil (1914-45)*. Maringá: Eduem, 2009.

JUNIOR, G. E. *Revista Dialogia*: Higienismo e Positivismo no Brasil: Unidos e separados nas campanhas sanitárias (1900 – 1930). V. 2 – Out/ 2003. Disponível em <http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/dialogia/dialogia_v2/dialogv2_edivaldogois.pdf>, Acesso em 28/06/2015.

FRANCISCO FILHO, G. *A psicologia no contexto educacional*. Campinas: Editora Átomo, 2002.

FREUD, Sigmund. *O Mal-Estar na civilização - (1930-1936)*. Coleção obras Completas, V. 18. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2010.

FOUCALT, M. *História da Loucura*. Equipe de realização — Tradução: José Teixeira Coelho Netto; Revisão de texto: Antonio de Pádua Danesi; Revisão de provas: Aníbal Mari, José Bonifácio Caldas, Plínio Martins Filho e Vera Lúcia B. Bolognani; Produção: Plínio Martins Filho. São Paulo: Ed. Perspectivas, 1972.

GOULART, I. B. *Psicologia da Educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1995.

MANSANERA, Adriano Rodrigues & SILVA, Lúcia Cecília da. *A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil*. *Psicol. estud.* [online]. 2000, vol. 5, n.1, p. 115-137. ISSN 1413-7372. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722000000100008>.

OLIVEIRA, M. K. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: Um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione, 1997.

SAMPAIO, Magno Augusto; SANTOS, Maria do Socorro dos; MESQUIDA, Peri. *Do conceito de educação à educação no neoliberalismo*. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 3, n.7, p. 165-178, set./dez. 2002.

SOBARZO, O. *Reflexões sobre a cidade e o urbano: O atual como produto do processo de construção da geografia urbana*. In: Revista Cidades – A Cidade e o Urbano: uma busca conceitual. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004, V.6, n.10, p. 359-379.



DISCUSSÃO SOBRE O MODELO DE REEDUCAÇÃO SOCIAL DA APAC E SUA RELEVÂNCIA NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS APENADOS

Aparecida Helena Ferreira Castro¹⁸
Prof. Dr. Marcelo Pessoa¹⁹

RESUMO: O presente artigo é parte de um contexto maior de estudos sobre a gestão pública, tendo a APAC – Associação de Proteção e Amparo ao Condenado – como um de seus instrumentos, levando-se em consideração a humanização das penas e dos espaços onde devem ser cumpridas. Nesse sentido, promove-se reflexão sobre o método APAC e sua relevância na ressocialização dos apenados. Como metodologia, optou-se por adotar pesquisa bibliográfica, o que nos permitiu, a partir das informações coletadas, compreender melhor o funcionamento da Lei de Execução Penal e como ela se dá no âmbito do sistema carcerário brasileiro, propiciando dados importantes para novos estudos a respeito, que permitam, inclusive, compreender o impacto social da APAC na população.

PALAVRAS-CHAVE: APAC, Ressocialização, Apenados, Educação Urbana

ABSTRACT: This article is part of a larger context of studies on public administration, having the APAC (Association of Convicts Protection and Support) as one of its instruments, taking into account the humanization of the punishment and the places where it must be implemented. In this sense, it promotes reflection on the APAC method and its relevance in the resocialization of convicts. As a methodology, it was decided to adopt literature research, which allowed us, from the information collected to better understand the functioning of the Penal Execution Law and how it occurs in the Brazilian penitentiary system, providing important data for further studies that allow understanding the APAC social impact on the population.

KEYWORDS: APAC, Resocialization, Convicts, Urban Education

INTRODUÇÃO

*Ninguém é irrecuperável*²⁰.

A ressocialização de apenados no Brasil se mostra assunto controverso, principalmente quando a sociedade tem se mobilizado, especialmente pelas redes sociais, mas, também, por outros suportes midiáticos, exigindo do Poder Público, a aplicação de penas mais severas, diante do grande número de crimes praticados no país (latrocínio, homicídios, assaltos, tráfico, estupro, dentre outros). Vale destacar que crimes são praticados por menores de idade.

¹⁸ Especialista em Gestão Pública pela FaPP – Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves – Unidade da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte – MG.

¹⁹ Orientador do Programa de Pós-Graduação da FaPP. Docente na UEMG, Unidade Frutal. Possui Bolsa de Professor Orientador – BPO. Desenvolve Projeto de Pesquisa com o apoio da UEMG e do Estado de Minas Gerais, via prêmio de fomento à pesquisa docente obtido por meio do Edital PAPq 08/2015.

²⁰ Lema da FBAC – Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados.

Paralelamente, é dever do Estado garantir condições humanas aos apenados em seu sistema prisional, para que tenham predicados para se reeducar e se inserir novamente na vida em sociedade, pois, de acordo com a Lei de Execução Penal, em seu artigo primeiro, a “Execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (LEI 7210/84).

A integração social, para efeitos deste nosso texto, direciona a compreensão da execução penal para além da punição, a qual atinge o ápice privativo com a perda da liberdade (de acordo com o regime de execução da pena), reforçando a ideia de se garantir meios anteriores à privação de liberdade para que o apenado possa voltar ao convívio social. Portanto, é preciso lançar meios que permitam sua ressocialização e que estejam em atendimento à referida Lei, uma vez que a recuperação, a ressocialização, a readaptação, a reinserção, a reeducação social e a reabilitação de modo geral são sinônimos que dizem respeito ao conjunto de atributos que permitem ao indivíduo tornar-se útil a si mesmo, à sua família e à sociedade (FIGUEIREDO *et al.*, 2015).

É neste contexto social e cultural que surge a APAC²¹ – Associação de Proteção e Amparo ao Condenado e, deste ponto, é que partem nossas reflexões.

As APACs são entidades civis de direito privado, com personalidade jurídica própria, responsáveis pela administração de Centros de Reintegração Social. Elas operam como parceiras dos poderes Judiciário e Executivo na execução penal e na administração das penas privativas de liberdade, nos regimes fechado, semiaberto e aberto. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, existem cerca de 150 APACs juridicamente organizadas em todo o território nacional, algumas funcionando sem a presença da polícia ou de agentes armados.

²¹ In: http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17953:metodo-APAC-reduz-reincidencia-criminal&catid=223:cnj&Itemid=583

Conforme se verifica em seu *site*²², a APAC tem como objetivo “promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena. Seu propósito é evitar a reincidência no crime e oferecer alternativas para o condenado se recuperar”.

Para atingir o objetivo apaqueano, inscreve-se um método diferenciado, conferindo à APAC relevante distinção do sistema carcerário comum, fundamentando-se o método APAC na disciplina, no trabalho e na possibilidade do cumprimento da pena na terra natal ou próximo dela, como se verá a seguir.

O trabalho da APAC, de acordo com o portal eletrônico da própria associação, dispõe de um método de valorização humana, fortemente vinculado à evangelização, para oferecer ao condenado condições de se recuperar, buscando, numa perspectiva mais ampla, a proteção da sociedade, a promoção da justiça e o socorro às vítimas.

Com relação à diferença entre a APAC e o sistema carcerário comum, informa-se que, na APAC, os presos, denominados de recuperandos, são corresponsáveis por sua própria reinserção social e cultural. Sendo-lhes garantidas: assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica prestada pela comunidade. A segurança e a disciplina são feitas com a colaboração dos recuperandos, tendo como suporte funcionários, voluntários e diretores das entidades, sem a presença de policiais e agentes penitenciários.

Pelo método apaqueano, os recuperandos frequentam cursos supletivos e profissionais, realizam atividades variadas, evitando a ociosidade. Repercutindo ainda os fatos coletados pelo portal, sabe-se que a metodologia APAC se fundamenta no estabelecimento de uma disciplina bem rígida, caracterizada por respeito, ordem, trabalho e o envolvimento da família do sentenciado no processo de ressocialização.

Destaca-se ainda a municipalização da execução penal, ou seja, o condenado cumpre a sua pena em presídio de pequeno porte, com capacidade

²² <http://www.dac.mg.gov.br>

para, em média, 100 (cem) recuperandos, dando-se preferência para que o preso permaneça em sua terra natal ou onde reside sua família.

O método pressupõe 12 pilares, que são seus elementos fundamentais para se atingir o êxito de recuperação do apenado. Para discorrer sobre esses pilares, há a necessidade de uma breve contextualização em que se situa a proposta de reinserção social na realidade penitenciária brasileira, levando-se em consideração o que preceitua a Lei de Execução Penal.

Desse modo, intentamos aqui, promover uma discussão sobre o modelo APAC e sua relevância na ressocialização dos apenados, tratados por ela, assim, simultaneamente por recuperandos ou por *reeducandos*.

O presente artigo pretende, por meio, especialmente de uma revisão de dados divulgados pelos sítios eletrônicos do governo e das instituições prisionais envolvidas, realizar reflexões sobre o sistema prisional brasileiro e as suas práticas educativas.

Por isso, faz-se necessário situar a APAC no contexto judicial brasileiro, trabalho que realizamos na primeira seção do texto.

Na segunda parte, discutimos os pilares fundamentais do método APAC, alinhando as relações sociais e culturais com a comunidade que a cerca.

No terceiro tópico do texto, apresentamos ao leitor o “Programa Novos Rumos”, instituto mineiro geminado e incentivador da APAC, engendrado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG.

No quarto momento da escrita, fazemos uma breve explanação sobre a população carcerária brasileira e mineira. E, em seguida, realizamos uma discussão, confrontando os pilares fundamentais da APAC com os dados dispostos sobre o perfil da população carcerária.

Finalmente, chegamos, após essa fase, às conclusões e referências, as quais, por sinal, se não deram a conhecer contribuições visíveis, no que tange à presença de citações textuais ao longo do artigo, é certo que nos ajudaram a formular juízos e estabelecer importantes cenários de reflexão.

O INÍCIO DA APAC²³

Pensar a APAC é arrazoar sobre um contexto de maior humanização das penas, partindo, inclusive, da doutrina social da Igreja, posto que o termo APAC, inicialmente, era um acrônimo para a expressão linguística “Amando o Próximo Amarás Cristo”. Portanto, naquele momento de sua constituição, a APAC se torna um dos instrumentos orientadores da Igreja Católica²⁴ no Brasil para os temas sociais, notadamente aquele relacionado com o sistema prisional.

A APAC tem seu início em São José dos Campos – SP, em 1972, no presídio de Humaitá, por iniciativa do advogado Mário Ottoboni e de um grupo de voluntários cristãos, participantes da Pastoral Penitenciária, com vistas a evangelizar e dar apoio moral aos presos. A partir daí é desenvolvido um método próprio.

Em 1974, houve por bem transformar a APAC numa entidade jurídica para se oferecer um melhor atendimento à população carcerária, possibilitando a expansão do método a outros presídios. Em 1985, quando foi fundada como associação civil, sem fins lucrativos, teve registrado seu primeiro Estatuto²⁵. Com sua transformação em pessoa jurídica, a instituição “Amando o Próximo Amarás Cristo” torna-se APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados.

De lá para cá, o Estado mineiro se tornou o principal implementador e difusor do método APAC, com a instituição do “Programa Novos Rumos” na Execução Penal, criado no ano de 2001, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), a partir do qual se buscava a humanização no cumprimento das penas privativas de liberdade, mediante a aplicação do

²³ In: <http://www.APACitauna.com.br/index.php/institucional/dr-mario-ottoboni>

²⁴ Doutrina social da Igreja. In: <http://www.aleteia.org/pt/politica/q-a/o-que-e-a-doutrina-social-da-igreja-112037>

²⁵ In: <http://www.APACitauna.com.br/index.php/institucional/surgimento>

método APAC. Ao todo, em Minas Gerais, há 36 APACs consolidadas e 61 em implantação²⁶.

O MÉTODO APAC²⁷ – ELEMENTOS FUNDAMENTAIS

Por que método? Porque se trata de uma metodologia que rompe com o sistema penal vigente, cruel em todos os aspectos e que não cumpre a finalidade precípua da pena: preparar o condenado para ser devolvido em condições de conviver harmoniosa e pacificamente com a sociedade. O Método cuida em primeiro lugar da valorização humana da pessoa que errou e que, segregada ou não, cumpre pena privativa de liberdade (OTTOBONI, 2014, p. 33).

O método APAC se baseia em doze elementos fundamentais, e o seu êxito depende da efetividade deste conjunto de elementos, os quais estão elencados a seguir, conforme cartilha de 2009, do Superior Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

Primeiro: Participação da comunidade: A APAC somente poderá existir com a participação da comunidade organizada, pois compete a ela a grande tarefa de introduzir o método nas prisões e de reunir forças da sociedade em prol deste ideal. Periodicamente, a APAC deve desenvolver ações de sensibilização e mobilização da comunidade por meio de Audiências Públicas (convite às principais lideranças civis, políticas, sociais), Seminário de Estudos sobre o Método APAC, Formação de Voluntários, campanhas nos veículos de comunicação local e também para conquista de sócios-contribuintes.

Segundo: Recuperando ajudando o recuperando: O ser humano nasceu para viver em comunidade. Por essa razão, existe a imperiosa necessidade do preso ajudar o outro apenado em tudo o que for possível, para que o respeito se estabeleça, promovendo a harmonia do ambiente. É por esse mecanismo que o recuperando aprende a respeitar o semelhante. Por meio da representação de cela e da constituição do CSS – Conselho de Sinceridade e Solidariedade, composto tão-somente de recuperandos, busca-se a cooperação de todos para a melhoria da segurança do presídio e para as soluções práticas, simples e econômicas dos problemas e anseios da população prisional, mantendo-se a disciplina.

Terceiro: Trabalho: O trabalho deve fazer parte do contexto e da proposta, porém, não deve ser o único elemento fundamental, pois somente ele não é

²⁶ In: <http://www.tjmg.jus.br/portal/acoes-e-programas/novos-rumos/APAC/>

²⁷ In: http://www.criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/ExecucaoPenal/Mateiral_de_Apoio/APAC/Manual_projeto_Novos_Rumos_2009.pdf

suficiente para recuperar o preso. Se não houver reciclagem de valores, se não melhorar a autoestima, fazendo com que o cidadão que cumpre a pena se descubra, se conheça e enxergue seus méritos, nada terá sentido. No regime fechado, a APAC se preocupa tão somente com a recuperação do sentenciado, promovendo a melhoria da autoimagem e fazendo aflorar os valores intrínsecos do ser humano. Nessa fase, o recuperando pratica trabalhos laborerápicos e outros serviços necessários ao funcionamento do método, todos voltados para ajudar o preso a se reabilitar. No regime semiaberto, cuida-se da formação de mão-de-obra especializada, através de oficinas profissionalizantes instaladas dentro dos Centros de Reintegração, respeitando-se a aptidão de cada recuperando. No regime aberto, o trabalho tem o enfoque de inserção social, já que o recuperando presta serviços à comunidade, trabalhando fora dos muros do Centro de Reintegração. Existe ainda o acompanhamento dos que se encontram em livramento condicional para os ex-recuperandos que manifestem necessidade.

Quarto: Religião: A importância de se fazer presente a experiência de Deus, ter uma religião, amar e ser amado, sem imposição de credos, desde que pautada pela ética, levando à transformação moral do recuperando.

Quinto: Assistência Jurídica: Sabe-se que 95% dos presos não reúnem condições para contratar um advogado e a ansiedade cresce, especialmente na fase de execução da pena, quando o preso toma conhecimento dos inúmeros benefícios facultados pela lei. Por isso, em todo o momento, o recuperando está preocupado em saber sobre o andamento do seu processo, para conferir o tempo que lhe resta na prisão. O método APAC recomenda uma atenção especial a esse aspecto do cumprimento da pena, advertindo que a assistência jurídica gratuita deve restringir-se somente aos condenados que manifestarem adesão à proposta apaqueana e revelarem bom aproveitamento.

Sexto: Assistência à saúde: São oferecidas as assistências médica, psicológica, odontológica e outras, de modo humano e eficiente, por meio do trabalho voluntário de profissionais dedicados à causa apaqueana. O atendimento a essas necessidades é vital, já que, se não atendidas, criam um clima insuportável e extremamente violento, foco gerador de fugas, rebeliões e mortes. Por isso, é fácil deduzir que a saúde deve estar sempre em primeiro plano, para evitar sérias preocupações e aflições do recuperando.

Sétimo: Valorização humana: É a base do método APAC, uma vez que ele busca colocar em primeiro lugar o ser humano, e, nesse sentido, todo o trabalho é conduzido de modo a reformular a autoimagem da pessoa que errou. Em reuniões de cela, com a utilização de métodos psicopedagógicos, é realizado grande esforço para fazer o recuperando voltar seu pensamento para a valorização de si mesmo; convencê-lo de que pode ser feliz e de que não é pior que ninguém. A educação e o estudo devem fazer parte deste contexto de valorização humana, uma vez que, em âmbito mundial, é grande o número de presos que têm deficiências neste aspecto. Além disso, a melhoria das condições físicas do presídio, alimentação balanceada e de qualidade,

concurso de composição e até mesmo a utilização de talheres para as refeições são aspectos que fazem com que os recuperandos se sintam valorizados.

Oitavo: A família: No Método APAC, a família do recuperando é muito importante, por isto, existe a necessidade da integração de seus familiares em todos os estágios da vida prisional, como um dos pilares de recuperação do condenado. Nesse sentido, empreende-se um grande esforço para que os elos afetivos familiares não sejam rompidos. A participação da família é importante após o cumprimento da pena, como forma de continuidade do processo de inserção social. Nota-se que, quando a família se envolve e participa da metodologia, é a primeira a colaborar no sentido de que não haja rebeliões, fugas, conflitos. As vítimas ou seus familiares também precisam receber a atenção e os cuidados da APAC. É preciso que se constitua um departamento próprio para organizar essa função.

Novo: O Voluntário e sua formação: O trabalho apaqueano é baseado na gratuidade, no serviço ao próximo, como demonstração de amor e carinho para com o recuperando. A remuneração deve restringir-se apenas e prudentemente às pessoas destacadas a trabalhar no setor administrativo. Para desenvolver sua tarefa, o voluntário precisa estar bem preparado. Com este objetivo ele participa de um curso de formação, normalmente desenvolvido em 42 aulas. Nesse período, ele conhecerá a metodologia, desenvolvendo suas aptidões para exercer o trabalho com eficácia e forte espírito comunitário. A APAC procura despertar os voluntários para a seriedade da proposta, evitando toda forma de amadorismo e improvisação. A grande maioria dos recuperandos tem uma imagem negativa do pai, da mãe ou de ambos ou mesmo daqueles que os substituíram em seu papel de amor. É nesse campo, por exemplo, que entra a presença voluntária dos “casais padrinhos”, que têm a tarefa de ajudar a refazer as imagens desfocadas e negativas dos pais, com fortes projeções na imagem de Deus. Somente quando o recuperando estiver em paz com estas imagens, estará apto e plenamente seguro para retornar ao convívio da sociedade.

Décimo: Centro de Reintegração Social – CRS: A APAC criou o Centro de Reintegração Social e, nele, três pavilhões - destinados aos regimes fechado, semiaberto e aberto, não frustrando, assim, a execução da pena. O estabelecimento do CRS oferece ao recuperando a oportunidade de cumprir a pena próximo de seu núcleo afetivo: família e amigos. Isso facilita a formação de mão-de-obra especializada, favorecendo a reintegração social e respeitando os direitos do condenado.

Décimo Primeiro: Mérito: A vida prisional do recuperando é minuciosamente observada, no sentido de apurar seu mérito e a conseqüente progressão nos regimes. Com o cumprimento da pena de maneira justa e eficiente, tanto o recuperando quanto a sociedade estarão protegidos. Para tanto, é imperiosa a necessidade de uma Comissão Técnica de Classificação – CTC – composta de profissionais ligados à metodologia, seja para classificar o recuperando quanto

à necessidade de receber tratamento individualizado, seja para recomendar, quando possível e necessário, os exames exigidos para a progressão dos regimes e, até mesmo, cessação de periculosidade, dependência toxicológica e insanidade mental. Esse trabalho deve ser confiado a profissionais competentes e comprometidos com o método APAC. Neste aspecto pesa, inclusive para a apuração do mérito do condenado, o pedido de perdão à vítima, porque essa atitude demonstra que os verdadeiros valores da vida foram repensados pelo recuperando.

Décimo Segundo: A Jornada de Libertação com Cristo: Constitui-se no ponto alto da metodologia. É um encontro anual estruturado em palestras – misto de valorização humana e religião – meditações e testemunhos dos participantes, cujo objetivo é provocar no recuperando a adoção de uma nova filosofia de vida, num evento de quatro dias de reflexão e interiorização de valores. Os recuperandos dos três regimes (fechado, semiaberto e aberto) deverão participar da Jornada em algum momento do cumprimento da pena, preferencialmente durante o regime fechado.

PROGRAMA “NOVOS RUMOS” – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

A Resolução nº 433/2004²⁸, da Corte Superior do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em seu artigo primeiro, institui o “Projeto Novos Rumos na Execução Penal”, com o objetivo de incentivar a criação das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC –, apoiando sua implantação nas comarcas ou municípios do Estado de Minas Gerais.

O referido projeto se tornou um programa²⁹, a partir de cinco frentes de atuação: a) o Grupo de Cooperação Judicial – GCJ –, que busca a efetividade da Justiça criminal no Estado de Minas Gerais; b) a implantação e a consolidação do método adotado pela APAC, como política pública para o cumprimento das penas privativas de liberdade em Minas Gerais; c) a implantação do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental – PAI-PJ – em todo o Estado de Minas Gerais; d) o gerenciamento das ações do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Medidas Socioeducativas e de Segurança – GMF –; e, e) o Projeto Começar de Novo – PCN –, do Conselho Nacional de

²⁸ <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re04332004.PDF>

²⁹ http://ftp.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/cartilha_APAC.pdf

Justiça – CNJ –, que tem o escopo de promover a colocação profissional de condenados e egressos do sistema prisional no mercado de trabalho.

O “Programa Novos Rumos” incorpora aspectos que determinam como deve se dar a Lei de Execução Penal, levando-se em consideração que a privação da liberdade deve acontecer de forma humanizada e como processo de reeducação do condenado. Nesse sentido, o Programa identifica-se com a APAC, por causa do êxito de suas ações no Estado, ao mesmo tempo em que é o instrumento de concretização das medidas de ressocialização no Estado mineiro, incentivando sua implantação nas comarcas sob sua jurisdição.

POPULAÇÃO CARCERÁRIA

A seguir, apresentam-se algumas características da população carcerária brasileira e em Minas Gerais, por este ser o Estado em que a APAC tem o maior número de unidades.

No Brasil

De acordo com a EBC³⁰ – Empresa Brasil de Comunicação –, em reportagem de Marcelo Brandão, a população carcerária aumentou mais de 400% em 20 anos.

Ele³¹ explica que as cenas de prisões superlotadas, cercadas de violência e maus-tratos, que foram vistas em 2013, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão – MA, refletem os problemas de todo o sistema carcerário brasileiro.

Ainda, segundo a reportagem, dados do Ministério da Justiça (MJ) mostram o ritmo crescente da população carcerária no Brasil. Entre janeiro de

³⁰ In: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/populacao-carceraria-aumentou-mais-de-400-nos-ultimos-20-anos-no-brasil>. Reportagem do dia 24/3/2014.

³¹ Idem.

1992 e junho de 2013, enquanto a população total cresceu 36%, o número de pessoas presas aumentou 403,5%.

A referida matéria informa que, de acordo com o Centro Internacional de Estudos Penitenciários, ligado à Universidade de Essex, no Reino Unido, que a média mundial de encarceramento é de 144 presos para cada 100 mil habitantes. No Brasil, o número de presos atinge o patamar de 300 apenados para cada 100 mil habitantes (o dobro da média internacional).

De acordo com o mesmo repórter³², o diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), do Ministério da Justiça, Augusto Eduardo Rossini, explicou que o aumento de esforços de segurança pública é um dos fatores determinantes para explicar o grande número de presos no Brasil, e que houve, no dizer do diretor-geral, um esforço grande no sentido do aparelhamento das polícias, para elas terem mais eficácia, não só eficiência.

A reportagem destaca que, em 2014, são aproximadamente 574 mil pessoas presas no Brasil, sendo que esta já é a quarta maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (2,2 milhões), da China (1,6 milhão) e da Rússia (740 mil).

Para Douglas Martins, do Conselho Nacional de Justiça:

Estamos inseridos em uma sociedade que, lamentavelmente, tem aquela sensação de que a segurança pública depende do encarceramento. Se nós encarcerarmos mais pessoas, nós vamos conseguir a paz no país. Se isso fosse verdade, já teríamos conquistado a paz há muito tempo (MARTINS, 2014: <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2014-03/populacao-carceraria-aumentou-mais-de-400-nos-ultimos-20-anos-no-brasil>).

A reportagem da EBC foi publicada em seu *site*, no dia 24/3/2014, porém, no dia 05/06/2014, o portal do Conselho Nacional de Justiça³³ – CNJ –, por meio de sua agência de notícias, divulgou dados sobre a nova população

³² Ibidem.

³³ In: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28746-cnj-divulga-dados-sobre-nova-populacao-carceraria-brasileira>.

carcerária do Brasil – por *nova*, entenda-se *atual*, no ano de 2014 – que é de 711.463 presos. Esse número leva em conta as 147.937 pessoas em prisão domiciliar. Porém, se for levado em consideração o número de mandados de prisão expedidos, que é de 373.991, a população prisional saltaria para 1.085.454.

Na mesma notícia, o CNJ informa que o novo número da população carcerária estabelece um déficit de 206 mil vagas no sistema prisional e, considerando-se as prisões domiciliares, o déficit passaria para 354 mil vagas.

Percebe-se, nisso, que há uma diferença substancial em relação aos números dados pela EBC e pelo CNJ. Certamente essa diferença se deve à inclusão do número de pessoas em prisão domiciliar, incorporadas pelo Conselho Nacional de Justiça em seu censo. Há, ainda, a diferença numérica da população carcerária em relação à Rússia. Para a EBC, 740 mil; para o CNJ, 676.400 presos, fato que colocaria o Brasil, ora em terceira posição, ora em quarta, dependendo do apuro desse dado.

Em Minas Gerais

Em 2013³⁴, o Estado de Minas Gerais contava com 46.500 detentos, o triplo de dez anos antes, e com déficit de 17.085 vagas em seu sistema carcerário, o que corresponde a 36.74% a mais de presos para as 29.415 vagas disponíveis. O percentual sobressalente não está distribuído de maneira uniforme entre os presídios mineiros. Há casos em que há cinco presos por vaga.

De acordo com a SEDS³⁵ – Secretaria de Estado de Defesa Social –, foram feitas 41.739 detenções no primeiro semestre de 2013, figurando um aumento de 15,2% em relação aos seis primeiros meses de 2012, quando ocorreram 36.205 registros. Com as entradas e as saídas no sistema prisional,

³⁴ *In:* <http://www.otempo.com.br/cidades/n%C3%BAmero-de-presos-em-minas-gerais-triplica-em-dez-anos-1.695476>

³⁵ *Idem.*

a média anual de aumento da população carcerária vem girando em torno de 4.000 pessoas nos últimos três anos.

Ainda, segundo a SEDS³⁶, a meta é criar 14.500 vagas nos próximos dois anos, em relação a 2013.

Considerando-se esses números, o sistema carcerário terá 12.000 detentos a mais até o fim de 2015, e, conseqüentemente, déficit de 14.585 vagas.

É importante destacar que, dentre os 46.500 detentos (em 2013), não estão incluídos aqueles presos que aguardam transferência em delegacias e cadeias.

Perfil da população carcerária brasileira

A população carcerária no Brasil é composta predominantemente por jovens negros ou mestiços de baixa renda, independentemente do gênero, conforme é apontado a seguir.

Em entrevista ao portal JusBrasil³⁷, em 2014, o jurista Luiz Flávio Gomes³⁸ respondeu a uma série de perguntas, com base no levantamento da população carcerária brasileira em 2012. Das sete perguntas feitas ao jurista, para atendimento ao presente tópico, que busca traçar o perfil da população carcerária brasileira, são apresentadas as respostas dadas a três delas.

Indagado sobre quem são os presos no Brasil, Luiz Flávio respondeu que, em 2012, o sistema penitenciário brasileiro manteve o mesmo perfil de presos que nos anos anteriores. Isso em relação à raça, cor ou etnia, sendo os pardos, naquele ano, maioria no sistema penitenciário, com 43,7% de presença nas prisões brasileiras. Os de cor branca 35,7%, os negros 17%, a raça

³⁶ Ibidem.

³⁷ In: <http://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/121932332/perfil-dos-presos-no-brasil-em-2012>

³⁸ Jurista e professor. Fundador da Rede de Ensino LFG. Diretor-presidente do Instituto Avante Brasil. Foi Promotor de Justiça (1980 a 1983), Juiz de Direito (1983 a 1998) e Advogado (1999 a 2001).

amarela com 0,5%, e os indígenas com 0,2%. Outras raças e etnias apontaram 2,9% de presença.

Em relação à questão sobre o nível de escolaridade do preso, o jurista respondeu que a maioria dos presos, em 2012, tinha o Ensino Fundamental incompleto (50,5%); 14% deles eram alfabetizados; 13,6% tinham Ensino Fundamental completo, 8,5 haviam concluído o Ensino Médio; 6,1% eram analfabetos; 1,2% tinha Ensino Médio incompleto; 0,9% haviam chegado à universidade, mas, sem conclusão; 0,04% concluíram o Ensino Superior e 0,03% chegou a um nível acima de superior completo; 5,13% não havia informação.

Quando perguntado se os jovens eram a maioria dos presos, Luiz Flávio disse que sim, apresentando as seguintes estatísticas: os jovens de 18 a 24 anos eram maioria nas penitenciárias brasileiras, em 2012 (29,8%). Entre a faixa etária dos 25 a 29 anos, a taxa foi de 25,3%. Do restante, 19,1% tinham entre 30 e 34 anos; 17,4% entre 35 e 45 anos, 6,4% entre 46 e 60 anos, 1% acima de 60 anos e 1% não informaram.

Para o jurista, o perfil do preso brasileiro se mantém há anos entre os jovens pardos e de baixa escolaridade. Segundo ele, essa situação permanece pela falta de políticas públicas realmente eficazes de inserção do jovem na atual sociedade.

DISCUSSÃO

*Todo homem é maior que seu erro*³⁹.

Como a proposta inicial do presente artigo é promover discussão sobre o modelo APAC e sua relevância na ressocialização dos apenados, levando em consideração que o objetivo⁴⁰ desse modelo é promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena, com o propósito de evitar reincidência no crime e oferecer alternativas para o condenado se recuperar, de acordo com o que determina a Lei de Execução Penal e a

³⁹ Lema do Programa Novos Rumos

⁴⁰ In: http://www8.tjmg.jus.br/responsabilidade_social/folder.pdf

instituição do “Programa Novos Rumos”, pelo TJMG – Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Assim, discutem-se, a seguir, os pilares que sustentam tal modelo, considerando também os aspectos característicos da população carcerária brasileira.

Participação da comunidade

A APAC, como instrumento de ressocialização, é resultado da participação da comunidade organizada, que busca e promove formas alternativas de cumprimento de penas, a partir de trabalhos colaborativos entre o sistema prisional e a sociedade.

De acordo com dados do CNJ – Conselho Nacional de Justiça, a maioria da população carcerária brasileira é constituída de jovens pardos com pouca instrução formal. Nesse sentido, os esforços que incluem a participação ativa da comunidade humaniza o cumprimento da pena e concretiza a finalidade da punição, que é o de reeducar.

Recuperando ajudando o recuperando

Se o primeiro pilar do método APAC é a participação da comunidade, na sequência vem aquele que estabelece vínculo de solidariedade entre os apenados, com base na cooperação mútua, o que permite, de acordo com a proposta, melhorar a segurança do presídio e colocar em prática soluções concretas que atendam aos anseios da população prisional, mantendo-se a disciplina.

O artigo 10 da Lei de Execução Penal – LEP – informa que a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, portanto, como a APAC

é um instrumento a serviço do judiciário e, por extensão, do Estado no cumprimento de medidas punitivas, o estabelecimento desse pilar, como parte do método, torna os apenados corresponsáveis pela recuperação uns dos outros e pela manutenção da disciplina na unidade em que cumprem a pena, garantindo que não percam a base de civilidade e de ajuda mútua que deve marcar a vida em sociedade.

Trabalho

Este pilar se apresenta sob três aspectos, de acordo com o regime de cumprimento da pena: 1º) no regime fechado, há a laborterapia, cuja finalidade é promover a autoimagem e aflorar os valores intrínsecos do ser humano; 2º) no regime semiaberto, em que se busca a formação de mão-de-obra especializada, por meio de oficinas profissionalizantes instaladas dentro dos Centros de Reintegração, respeitando-se a aptidão de cada recuperando; 3º) no regime aberto, o trabalho tem o enfoque de inserção social, já que o recuperando presta serviços à comunidade, trabalhando fora dos muros do Centro de Reintegração.

Quando se analisa esse pilar sob a perspectiva da Lei de Execução Penal, de acordo com o “Programa Novos Rumos” e com o perfil do apenado brasileiro, tem-se que o cumprimento da pena, além de ser humanizado, deve garantir a reinserção social, e o trabalho, nos três aspectos apresentados, promove a autoestima, desenvolve habilidades e aprimora competências.

Religião

A vivência da espiritualidade, que é a base deste quarto pilar, permite ao reeducando ressignificar sua vida com base em preceitos morais e éticos, promovendo o conforto espiritual, fortalecendo a experiência de amar e ser amado.

A religião, como um dos pilares do método APAC, reforça o respeito pela vida, podendo ser um norte na reinserção social, que é a proposta da LEP, ao mesmo tempo em que estimula a vida em comunidade.

Assistência Jurídica

Como a APAC é um esforço da comunidade organizada para atender à LEP, este quinto pilar se baseia na assistência jurídica gratuita em que, por meio do trabalho cooperativo com a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB –, os recuperandos, em quase sua totalidade (95%)⁴¹, que não têm condições para contratar um advogado, contam com orientações e assistências desses profissionais, permitindo-lhes conhecer e usufruir dos benefícios facultados pela lei.

Este pilar está de acordo com o artigo 16 da LEP, cuja redação diz que as Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, ofertados pela Defensoria Pública, dentro e fora dos estabelecimentos penais. Esse artigo contém três incisos que complementam e situam sua aplicação:

§ 1º As Unidades da Federação deverão prestar auxílio estrutural, pessoal e material à Defensoria Pública, no exercício de suas funções, dentro e fora dos estabelecimentos penais.

§ 2º Em todos os estabelecimentos penais, haverá local apropriado destinado ao atendimento pelo Defensor Público.

§ 3º Fora dos estabelecimentos penais, serão implementados Núcleos Especializados da Defensoria Pública para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos réus, sentenciados em liberdade, egressos e seus familiares, sem recursos financeiros para constituir advogado.

⁴¹ Conforme a revista *Âmbito Jurídico.com.br*, *In: Realidade do Sistema Prisional no Brasil*. http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1299

Por maior que seja o esforço da Defensoria Pública, parte considerável dos apenados não dispõe de assistência jurídica. De acordo com o site baraoemfoco.com.br⁴², estima-se que até nove (9) mil pessoas estejam atrás das grades, apesar de já terem cumprido pena condenatória e que na maior parte dos casos, a soltura só não ocorreu ainda porque muitos não têm defensores que comuniquem ao juiz o cumprimento da pena. Para o site em questão, se forem levados em conta os que aguardam julgamento em prisão preventiva, de acordo com Departamento Penitenciário Nacional – Depen – do Ministério da Justiça, estima-se que o país tenha hoje aproximadamente 133 mil pessoas em prisão preventiva, ou seja, 30% da população carcerária brasileira.

Portanto, a assistência jurídica, como parte do método de ressocialização, é parte relevante na humanização e no cumprimento da pena.

Assistência à saúde

A APAC oferece, com base no desenvolvimento de parcerias e de trabalho voluntário, assistências médica, psicológica, odontológica. Nesse sentido, está de acordo com o artigo 14 da LEP, que garante assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreendendo atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

Valorização humana

Este pilar compreende a base do método apaqueano, que busca reformular a autoimagem de quem errou. Para tanto, utilizam-se reuniões, com a aplicação de métodos psicopedagógicos, para fazer o recuperando voltar seu pensamento para a valorização de si mesmo. A valorização humana, como

⁴² <http://www.baraoemfoco.com.br/barao/noticias/novembro08/presos.htm>

pilar, insere a educação e o estudo, como forma de melhorar a formação dos apenados e a melhoria das condições físicas do presídio.

Levando-se em consideração a pouca instrução formal dos condenados, de acordo com levantamento do CNJ, esse sétimo pilar pode despertar o desejo de transformação neles, posto que se sentem valorizados em sua condição humana.

A família

Por meio desse pilar, o método APAC busca evitar o rompimento dos laços familiares, promovendo a participação da família do recuperando em todos os estágios da vida prisional.

Como a maior parte dos apenados é de jovens entre 18 e 24 anos, o contato com a família no processo de reeducação fortalece aspectos importantes da vida em sociedade, como o fortalecimento da noção de família, daqueles que porventura já sejam pais, ou da constituição de uma.

O Voluntário e sua formação

Por seu caráter de conjugação das forças sociais, com vistas à humanização das penas, a APAC se assenta sobre o trabalho gratuito de serviço ao próximo, sendo remuneradas apenas as pessoas do setor administrativo.

Nesse sentido, o método incorpora e estimula o voluntariado, concretizando, por meio da participação solidária, como preconiza o artigo quarto da LEP: “O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança”.

Centro de Reintegração Social – CRS

O estabelecimento do CRS oferece ao recuperando a oportunidade de cumprir a pena próximo de seu núcleo afetivo: família e amigos. Isso facilita a formação de mão-de-obra especializada, favorecendo a reintegração social e respeitando os direitos do condenado.

Por meio dos CRS os detentos têm relativa autonomia para desenvolver atividades com vistas à reintegração social, como cursos profissionalizantes, aulas do ensino regular e até superior, de acordo com o modelo de cooperação da APAC em cada município. Isso vem ao encontro da LEP, quando em seu artigo 22, estabelece que “a assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade”.

Mérito

O décimo primeiro pilar do método APAC se baliza pela apuração do mérito do apenado, com vistas à progressão do regime de acordo com o cumprimento da pena de modo justo e eficiente. A análise do mérito é feita pela Comissão Técnica de Classificação – CTC.

Esse pilar é a culminância do bom cumprimento dos outros pilares já destacados, visto que o mérito é resultado do comprometimento, do trabalho de cooperação mútua, da vontade de mudar e se reinserir na vida em sociedade, o que pode impactar positivamente um dado preocupante em relação à reincidência dos presos na prática de ilícitos, pois, de acordo com o Ministro Cezar Peluso⁴³, do STF, em apresentação no Conselho Nacional de Justiça, 70% dos presos que são soltos voltam a reincidir na criminalidade, sendo um dos maiores índices do mundo.

⁴³In: http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Jornal/Pais/Especialistas-propoem-mais-rigor-na-liberacao-de-presos-12163.html#.VRFDxPnF_kU

A Jornada de Libertação com Cristo

O último pilar é um encontro anual estruturado em palestras, em que se funde a valorização humana e os preceitos da espiritualidade, meditações e testemunhos dos participantes. Como parte do método APAC, os recuperandos dos três regimes (fechado, semiaberto e aberto) deverão participar da Jornada em algum momento do cumprimento da pena.

O pilar em questão promove mais que a profissão de uma religião. Promove a fé na vida e nos valores que a constituem.

CONCLUSÃO

*Matar o criminoso e salvar o homem*⁴⁴.

A Lei 7.210/84⁴⁵ é a que regulamenta a execução penal no Brasil. Em seu Título I, estabelece-se o objeto de sua aplicação, a saber:

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Art. 2º A jurisdição penal dos Juízes ou Tribunais da Justiça ordinária, em todo o Território Nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade desta Lei e do Código de Processo Penal.

Parágrafo único. Esta Lei aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

Art. 3º Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

Parágrafo único. Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.

Art. 4º O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.

Em observância à referida Lei, e de acordo com a proposta deste artigo, que é o de promover uma discussão sobre o modelo da APAC e sua relevância na ressocialização dos apenados, entendemos que a APAC é mediadora entre o Estado e a comunidade nas atividades de execução da pena e da segurança, e constatamos também que há um método que busca ser eficiente para o

⁴⁴ Filosofia da APAC.

⁴⁵ In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm

objetivo a que se propõe, isto é, o de humanizar o cumprimento da pena e evitar a reincidência. Porém, há que se observar alguns aspectos que podem ser considerados limitadores, como, por exemplo, a base religiosa da proposta, condição *sine qua non* para participação do apenado; a indicação, pelo juiz responsável pela condenação, para que o apenado possa cumprir sua pena numa unidade da APAC; a impressão, que pode causar na sociedade, de que o condenado não está cumprindo uma pena à altura do ilícito praticado; e, por fim, a grande dependência de trabalho cooperativo e de voluntariado.

Apesar de todos os esforços empreendidos e da garantia de que mais de 70 por cento dos recuperandos são ressocializados, tal percentual carece de comprovação, pois é o que está disposto no site do TJMG⁴⁶, o que permite indagar se em todas as unidades da APAC no Brasil o índice é o mesmo.

Talvez, o que dificulte a obtenção dos dados sobre o grau de ressocialização atingido por unidade, seja a mobilidade dos ex-condenados, pois, uma vez cumprida a pena, têm o direito de ir e vir.

Em defesa da APAC, no “Programa Novos Rumos”, do TJMG, há a estimativa de que a reincidência entre os egressos das unidades APAC é de 15 por cento, enquanto que, de acordo com dados do mesmo Programa, os egressos oriundos do sistema carcerário comum têm reincidência de 70 por cento.

Este artigo não esgota o assunto sobre o modelo da APAC e sua relevância na ressocialização dos apenados, mas endossa a iniciativa, principalmente por se tratar de ato da sociedade organizada para o justo e eficiente cumprimento da pena em consonância com o que preconiza a Lei de Execução Penal.

REFERÊNCIAS

APAC. *Sítio eletrônico*. Disponível em: < <http://www.dac.mg.gov.br>>. Acesso em: 12 de jan. de 2015.

⁴⁶ In: <http://www.tjmg.jus.br/portal/acoes-e-programas/novos-rumos/APAC/>

APACITAUNA. *Sítio eletrônico*. Disponível em: <<http://www.APACitauna.com.br/index.php/institucional>>. Acesso em: 14 de dez. de 2014.

BARAOEMFOCO. *País tem 9 mil presos com penas já cumpridas*. Disponível em: <

<http://www.baraoemfoco.com.br/barao/noticias/novembro08/presos.htm>>. Acesso em: 20 de março de 2015.

BRASIL. Presidência da República. *Lei de Execução Penal*. Brasília: 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 14 de dez. de 2014.

CAMARGO, Virgínia. *A realidade do sistema prisional no Brasil*. Rio Grande do Sul: 2015. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1299>. Acesso em: 25 de junho de 2015.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. *Método APAC reduz reincidência criminal*. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17953:método-APAC-reduz-reincidencia-criminal&catid=223:cnj&Itemid=8853>. Acesso em: 15 de jan. de 2015.

_____. Conselho Nacional de Justiça. *Notícias*. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28746-cnj-divulga-dados-sobre-nova-populacao-carceraria-brasileira>>. Acesso em: 21 de fev. de 2015.

FBAC. *Fraternidade Brasileira de Amparo ao Condenado*. Disponível em: <<http://www.fbca.ogr.br/>>. Acesso em: 26 de fev. de 2015.

FIGUEIREDO NETO et al. *A ressocialização do preso na realidade brasileira: perspectivas para as políticas públicas*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_leitura&artigo_id=6301>. Acesso em: 18 de fev. de 2015.

GOMES, LUIZ FLÁVIO. *O perfil dos presos no Brasil*. Artigo. Disponível em: <<http://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/121932332/perfil-dos-presos-no-brasil-em-2012>>. Acesso em: 12 de março de 2015.

JORNAL O TEMPO. *Número de presos em Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/n%C3%BAmero-de-presos-em-minas-gerais-triplica-em-dez-anos-1.695476>>. Acesso em: 18 de jan. de 2015.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. *Programa Novos Rumos*. Belo Horizonte: 2011, p. 26. Disponível em: <[www.http://ftp.thmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/cartilha_APAC.pdf](http://ftp.thmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/cartilha_APAC.pdf)>. Acesso em: 23 de novembro de 2014, às 16h15.

OTTOBONI, Mário. *Vamos matar o criminoso?* São Paulo: Paulinas, 2014.

PUC. Pontifícia Universidade Católica. *Especialistas propõem mais rigor na liberação de presos*. Notícias. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Jornal/Pais/Especialistas-propoeem-mais-rigor-na-liberacao-de-presos-12163.html>>

#.VRFdxPnF_kU: <http://> >. Acesso em 12 de março de 2015.

RIBEIRO, Alexandre A. *O que é a doutrina social da Igreja?* Aleteia: 2013. Disponível em: <http://www.aleteia.org/pt/politica/q-a/o-que-e-a-doutrina-social-da-igreja-112037>. Acesso em: 27 de junho de 2015.



EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA⁴⁷

Marcelo Pessoa⁴⁸

RESUMO: Nosso texto apresenta uma breve revisão dos problemas históricos da educação brasileira, alinhando a essa discussão, aspectos filosóficos, políticos, culturais e sociais. Após apresentar uma série de problemas na Educação brasileira, trazemos à tona a *mediação*, categoria de pensamento que ao mesmo tempo surge como parte do problema e também das soluções que podem ser dadas ao problema do sistema educacional brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: História da educação, mediação, sociedade.

ABSTRACT: Our text presents a brief review of the historical problems of Brazilian education, aligning to that discussion, philosophical aspects, political, cultural and social. After presenting a series of problems in the Brazilian education, bring up the mediation, category of thought at the same time is part of the problem and the solutions that can be given to the problem of the Brazilian educational system.

KEYWORDS: History of the education, Mediation, society.

INTRODUÇÃO

As práticas educativas geralmente tendem a fazer parte dos discursos políticos e da pauta de preocupações de primeira ordem de qualquer autoridade pública (particularmente em época de eleições, como será o ano de 2016) ou ainda de todo cidadão comum, independentemente se este se apresenta ou não à sociedade com o rótulo do “politicamente correto” estampado na face.

Isto é, em períodos eleitorais, alguns julgam ser “bacana” falar bem da educação, da segurança, do transporte e da saúde pública, e não é exatamente “bacana” falar mal de negros, gays, banqueiros, empreiteiros, ou de defensores desta ou daquela bandeira política etc.

A história social e cultural e os bastidores da educação estão verdadeiramente repletos de bons exemplos nesse sentido (de sujeitos inertes,

⁴⁷ O presente texto é uma adaptação atualizada de um artigo apresentado no “IX Congresso de Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável” da VIII Convenção Internacional sobre Medio Ambiente y Desenvolvimiento, realizada em Havana, Cuba, de 08 a 12 de julho de 2013, com o apoio de bolsa BPO (Bolsa de Professor Orientador da Universidade do Estado de Minas Gerais – Brasil). Como, naquela ocasião, a publicação dos Anais (ou *Memorias*, como lá se denomina) se perdeu na burocracia do evento cubano, retomamos a discussão e publicamos neste periódico.

⁴⁸ Docente na UEMG, Unidade Frutal. Pesquisador Bolsista CAPES/FaPP/UAB (2015). Desenvolve Projeto de Pesquisa com o apoio da UEMG e do Estado de Minas Gerais, via prêmio de fomento à pesquisa docente obtido por meio do Edital PAPq 08/2015.

reativos e proativos), e principalmente daqueles, como eu, que acredita, mesmo antes do manifesto de Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo et. al., publicado em 1932, que “A educação é considerada em todos os seus graus como uma função social e um serviço essencialmente público a que o Estado é chamado realizar com a cooperação de todas as instituições sociais” (*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. In: PILETTI & PILETTI, 2002a, p. 213). Logo, vemos que a Escola assim pressuposta é uma destas instituições que, ao lado de outros organismos socioculturais como a Família, a Igreja, o Exército, o Estado, atraem para si a responsabilidade de gerir os protocolos da boa intenção individual e coletiva quanto aos rumos da sociedade como um todo.

Neste sentido, este artigo soa meio que utópico ou fora da moda, tendo em vista que parece fazer ecoar em suas linhas o pensamento de Marx, quando este dizia que tudo que é sólido se desmancha no ar: “Tudo o que era sólido se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas” (Karl Marx. *Manifesto do Partido Comunista*, publicado originalmente em 21/02/1848). Noutros termos, o que estamos querendo dizer, é que estas instituições, ao lado de valores como honra, autoridade, respeito, dignidade etc., parecem, na pós-modernidade, itens retrógrados, anacrônicos, coisas de velhos mofando em asilos, visto que são comparáveis a quinquilharias socioculturais às quais ninguém parece querer dar mais atenção – ou seja, tudo que era sólido, está se desmanchando no ar dos tempos.

Mas, como o nosso foco é a academia e não a sociedade como um todo, perguntamo-nos muito sobre ela, a universidade: o que e como, de fato, a Escola Superior faz para ensinar determinados conteúdos? O que realmente podemos informar aos indivíduos bem intencionados de nossa sociedade quanto ao *status quo* da ensinância superior no Brasil, após quase um século de história de ensino universitário brasileiro⁴⁹. O que podemos dizer sobre as

⁴⁹ O ensino superior passou por importantes modificações a partir de 1930. Com a criação das primeiras universidades, superou-se a fase das escolas superiores isoladas, de caráter marcadamente profissional. A criação da Universidade de São Paulo, em 1934, tornou-se possível graças aos Estatutos das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851, de 14 de abril de 1931). Atendia-se, dessa forma, às

práticas educativas reais que acontecem nas salas de aula? Será que o Estado atendeu ou decepcionou quanto ao atendimento das demandas postas em pauta pelos “pioneiros” do escolanovismo dispostas em seu Manifesto de 1932? A nossa sociedade, enfim, conseguiu ou está apta para atingir quaisquer das metas educacionais expressas nos moldes do que se relata pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a seguir?

Aumentar o acesso tornou-se uma prioridade para a maioria dos Estados Membros e as crescentes taxas de participação na educação superior são uma tendência global ainda maior. Porém, grandes disparidades ainda persistem e constituem uma fonte maior de desigualdade. Governos e instituições devem estimular o acesso, a participação e o sucesso das mulheres em níveis de educação. Em acesso crescente, o ensino superior deve buscar as metas de igualdade, relevância e qualidade, simultaneamente. Igualdade não é simplesmente uma questão de acesso – o objetivo deve ser a participação e a conclusão efetiva, enquanto o estudante recebe um auxílio. Este auxílio deve incluir suporte financeiro e educacional adequados para aqueles que vivem em comunidades pobres e/ou marginalizadas (UNESCO, 2009).

Desse modo, na primeira etapa de nosso *paper*, apresentamos um pouco do estado da arte do sistema educacional, alguns dados históricos e problemas conjunturais que se fazem acompanhar pelo lastro do que acontece na política, em consequência da ideologia ou da instabilidade econômica.

Num segundo momento, nos preocupamos com propor fechos a algumas questões que se mostraram fundamentais no texto e, em seguida, damos ao leitor, as conclusões e nossas referências.

O ESTADO DA ARTE DO SISTEMA EDUCACIONAL

Não desconhecemos os esforços governamentais no estabelecimento de ações afirmativas para promover o incremento ao acesso e a fixação do discente na universidade. A Lei de Cotas, o Reuni, o Prouni, o FIES são exemplos dessas ações que, a partir do segundo mandato de Dilma Rousseff como Presidente do Brasil (primeiro mandato de governo começado em 2011,

reivindicações dos educadores que, principalmente a partir da década anterior, vinham insistindo na necessidade de se instituir o ensino universitário (PILETTI & PILETTI, 2002a, p. 211).

e o segundo, iniciado em 2015) foram catalisadas pelo *slogan* eleitoral que embalou sua campanha para o segundo pleito: “Brasil, Pátria Educadora”:

Ao bradarmos "BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA" estamos dizendo que a Educação será a prioridade das prioridades, mas, também, que devemos buscar, em todas as ações do governo, um sentido formador, uma prática cidadã, um compromisso de ética e um sentimento republicano. [...] Assim, à nossa determinação política se somarão mais recursos e mais investimentos. Vamos continuar expandindo o acesso às creches e pré-escolas, garantindo para todos o cumprimento da meta de universalizar, até 2016, o acesso de todas as crianças de 04 e 05 anos à pré-escola. Daremos sequência à implantação da alfabetização na idade certa e da educação em tempo integral. Condição para que a nossa ênfase no Ensino Médio seja efetiva porque, através dela buscaremos, em parceria com os Estados, efetivar mudanças curriculares e aprimorar a formação dos professores. Sabemos que essa é uma área frágil no nosso sistema educacional. [...] Vamos continuar apoiando nossas universidades, estimulando sua aproximação com os setores mais dinâmicos da nossa economia e da nossa sociedade (Fragmento do Discurso de posse de Dilma Rousseff, em 01/01/2015. Disponível em: <http://www.promenino.org.br/noticias/reportagens/quais-os-desafios-da-patria-educadora-novo-slogan-do-governo-federal>, acesso em 07/02/2016).

Contudo, nosso pensar e nosso falar por aqui, não se restringe ao questionar os vícios ou revelar as virtudes do sistema educacional, ou mesmo discorrer sobre os flertes com o fracasso que uma boa ideia, como a da “Pátria Educadora” aparenta ser, tem realizado por causa da instabilidade econômica (2015-2016), ou ainda falar sobre a contundência evidente das estatísticas de evasão ou de retenção no Ensino Superior, uma vez que vemos que, apesar disso tudo, das ideologias, dos discursos ou da Geografia do problema, o tempo presente repete as mesmas assimetrias do passado, seja pela constatação de que:

A evasão de estudantes é um fenômeno complexo, comum às instituições universitárias no mundo contemporâneo. Nos últimos anos, esse tema tem sido objeto de alguns estudos e análises, especialmente nos países do primeiro mundo, e têm demonstrado não só a universalidade do fenômeno como a relativa homogeneidade de seu comportamento em determinadas áreas do saber, apesar das diferenças entre as instituições de ensino e das peculiaridades sócio-econômico-culturais de cada país (VELOSO, 2000, p. 14).

Seja pelo caráter altamente contestável dos dados do Governo, divulgados no mês de julho do ano de 2015, dizendo que:

Desde 1990, o Brasil reduziu em 64% a evasão escolar de crianças e adolescentes no ensino fundamental, passando de 19,6% dos alunos matriculados para 7% em 2013. E mais: a taxa de analfabetismo caiu 88,8% na faixa entre 10 e 18 anos de idade, passando de 12,5%, em 1990, para 1,4% em 2013, de acordo com dados do Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Pnad) (Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/07/brasil-reduz-73-do-trabalho-infantil-e-64-da-evasao-escolar>, acesso em 02/02/2016).

Mas, por que contestável? A partir do que e com o que devemos nos preocupar? Com os dados do INEP (2010), que no documento intitulado “Resumo Técnico Censo da Educação Superior de 2010”, não traz uma palavra sequer sobre a ideia de “evasão” ou de “retenção” no Ensino Superior?

Em estudo sobre a permanência estudantil na UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus de Erechim, foram examinados dados sobre evasão dos cursos e da Instituição, no período compreendido entre os anos de 2010 a 2012. Observou-se na pesquisa que a média de evasão no Campus Erechim, nos seus três primeiros anos de funcionamento, foi de aproximadamente 37,9% (RONSONI, 2014, Disponível em <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT14-3932.pdf>).

Segundo o professor Oscar Hipólito, reitor da Universidade Anhembi Morumbi, Vice-Presidente Acadêmico da Laureate Brasil e curador do // *Seminário Evasão no Ensino Superior Brasileiro* (realizado em 21/10/2015): “no Brasil, a média (de evasão) entre as universidades públicas e privadas é de 21 ou 22% ao ano”. Sob a perspectiva da quantidade de alunos matriculados, Hipólito lembrou que, como o número total de estudantes, à época do Seminário, era de cerca de 07 milhões, a taxa de evasão representaria um total de 1,4 milhão de alunos: “No caso das escolas públicas, a porcentagem de evasão é menor e gira em torno de 12%. Já, nas instituições privadas, é de 25%”. No entanto, sabendo que o número de alunos matriculados em universidades particulares é muito maior do que nas públicas, os 25% evadidos

das particulares representam uma quantidade de estudantes muito maior do que os outros 12% verificados nas públicas (Dados do II Seminário sobre evasão no Ensino Superior compilados de <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2015/10/06/1132040/indice-evasao-ensino-superior-brasil-cerca-21-inscreva-seminario.html>, acesso em 07/02/2016).

Ao lado desses dados recentes, temos ainda a séria histórica dos fatos, dizendo que, em 2001 (dados do IBGE, computados entre 2001 e 2009), tivemos 15 milhões de estudantes ingressantes no Ensino Superior, o que não quer dizer muito, se vemos que entre 2001 e 2009, houve uma escalada de evasão ou de retenção de discentes que não se formaram na faixa média de 40% ou 50%.

Indiscutivelmente esses números elevam nosso IDH (índice de desenvolvimento humano) e também transformam o nosso povo predominantemente semiletrado em intelectuais esplêndidos. Após quatro anos morando nos Estados Unidos, o outrora unânime e hoje controverso literato brasileiro Monteiro Lobato, escreveu assim, sobre a possibilidade de voltar a viver no Brasil (ele viveu alguns anos nos Estados Unidos, durante a década de 1920, retornando ao Brasil, em 1931):

Eu, por mim, não sairia mais daqui, porque o Brasil torna-se grotesco visto de longe. Infelizmente, a família é um cordão umbilical que me prende a essa cataplasma. Só agora meço em extensão o atraso, e a estupidez maior ainda, da nossa gente. Somos África pura (Monteiro Lobato. In: SODRÉ & PAIVA, 2002, p. 15).

Igualmente, nem de longe vamos tocar no delicado assunto da valorização econômica do profissional da educação, já que no ano de 2012 assistimos uma das maiores paralisações da história do funcionalismo público federal e também dos profissionais do ensino público superior no Brasil, protagonizada em massa pelas universidades federais e por algumas universidades estaduais isoladas:

No caso dos professores, inicialmente, nos tempos da educação jesuítica (período colonial), eles eram valorizados como trabalhadores

intelectuais, na medida em que detinham todo o saber sistematizado veiculado na Colônia. Após a expulsão dos jesuítas do país, em 1759, surge, em 1772, uma “política de oferta direta da instrução gratuita através de professores assalariados” (MONLEVADE, 2001, p. 23)⁵⁰: os professores das “aulas régias” ou professores de disciplinas específicas, improvisados e mal pagos. Tem-se, assim, uma desvalorização do trabalho docente: de trabalhadores intelectuais, esses “profissionais” passam à condição de intelectuais trabalhadores, que recebem um “salário” (precário) pago pelo seu trabalho (MEC, 2006, p. 17).

Não tocaremos em tais assuntos, não por que não sejam relevantes, mas por que estas são, ou pelo menos deveriam ser, questões *sine qua non* para o exercício docente e jamais deveriam sequer aparecer como “problema” numa pauta de discussão tão despreziosa como a nossa – já nos bastaria aqui perceber que o sistema educacional apresenta sinais claros de corrosão, não precisando de mais nada para que se declare a iminência apátrida de nossa educação.

Vamos, aqui, então, apenas refletir sobre a transmissão de conteúdos, a natureza desta ou daquela disciplina. Enfim, não iremos restaurar nada e nem tocar as feridas. Apenas faremos sugestões e, quando muito, poucas considerações modestas sobre a área da Educação como um todo.

RESOLUÇÕES E DESFECHOS DAS QUESTÕES

A problematização educacional e, conseqüentemente, das informações aqui apresentadas sobre o assunto, nos diz que o que aqui apresentamos é mais que uma preocupação social, política, filosófica, é, sobretudo uma questão geral da área da Educação e se constitui num tipo de dificuldade ao mesmo tempo em que específica de um ponto geográfico, global, sob o ponto de vista teórico ou existencial.

Por mais bem intencionadas que sejam as propostas de melhorias educativas formuladas e motivadas a partir de premissas como a da Pátria Educadora, da política de cotas, o FIES etc., o desajuste na área da Educação ainda persiste, uma vez que é praticamente inevitável o confronto delas (das

⁵⁰ A referência à qual o texto alude é: MONLEVADE, João. 13 lições sobre fazer-se educador no Brasil. Brasília: Idea Editora, 2001 (In: MEC, 2006).

ações e das ideologias em seu entorno) com questões relacionadas à eficiência aplicada e análise dos resultados objetivos frente às metas governamentais:

Uma das maiores preocupações dos educadores é, sem dúvida, o desenvolvimento intelectual dos alunos, visando à autonomia de pensamento, à facilidade de elaboração e expressão de ideias e à formação do pensamento crítico. Mas, a escola, não tem tido muito êxito neste aspecto e, sem dúvida, isto se deve, em grande parte, à maneira como o processo ensino-aprendizagem é conduzido (VALENTE, 2007, p. 263).

É fato que o exposto por Valente (2007) também resvala no território da **mediação** no ensino e, especificamente, sobre o modo de transmissão de conteúdos na Escola. Contudo, para dinamizarmos o foco de nosso breve debate neste fórum sobre conteúdos e os seus modos de transmissão, poderíamos estabelecer dois *fronts* básicos que são aparentemente paradoxais no processo de ensino-aprendizagem.

De um lado, então, a partir do prisma do processo de ensinar e aprender vê-se que a escola trabalha seus conteúdos, ou pelo menos deveria trabalhar, com o propósito de formar cidadãos críticos e transformadores para a sociedade.

E, de outro lado, que a assim denominada “academia” – cenário mais em voga neste texto –, por alguma razão, já que fracassa em seus propósitos basilares (quer seja considerada pela ótica das demandas mercadológicas que atende, quer sob o ponto de vista da formação cidadã que proporciona), movimenta suas ferramentas do conhecimento no sentido de construir um tipo de sujeito, ao invés de sábio, cada vez mais “adestrado” e apto a se conformar com o *establishment*, com o *status quo* e com todas as demais categorias socioculturais do gênero cooptação em tais contextos cabíveis.

A razão de isso ser assim supomos que resida tanto em fatores pontuais, como a episódios de certo desinteresse do estudante pelo aprendizado (“É muito pouco provável a ocorrência de aprendizagem quando o aluno não tem interesse em aprender”, VALENTE, 2007, p. 281), quanto em

fatores conjunturais, como as intervenções desastrosas do Estado no contexto da Educação:

A reforma de 68, a partir da pressão dos movimentos estudantis e de professores, sob a tutela do Estado, mas que não contou com a presença de seus elementos mais críticos e criativos que haviam sido afastados pelo regime militar, levou à intensa centralização, estabeleceu mecanismos de controle burocráticos, excluindo os docentes dos centros de decisão, levando-os a perder a visão de conjunto da instituição e reforçando o isolamento das unidades acadêmicas (SARMENTO, 1991; MORAES, 1999. In: PEREIRA, 2003, p. 30).

Essa *macroestrutura* ou *superestrutura* (recorremos a esta expressão, a fim de mantermos a vinculação marxista imposta à discussão desde o início) é idealizada e de dupla dissociação: de uma parte, do ensino em relação aos seus gestores e, de outra parte, da dissociação do ensino com a tomada de consciência sociocultural. Assim, atingiram-se, em certos momentos da história da Educação, picos de desinteresse e deseducação com intensidade tão elevadas que, em alguns teóricos do sistema educacional, chegou-se mesmo a propor uma desescolarização, isto é, um fim da escola face à distância da realidade que dentro dela se constrói:

A teoria da desescolarização constituiu uma posição extremista e até reacionária em relação à escola. Seu principal representante, o já falecido Ivan Illich, foi por muitos anos Vice-reitor da Universidade Católica de Ponce, Porto Rico, e fundador do Centro de Estudos sobre educação em Cuernavaca (México), em 1963. Seus trabalhos foram amplamente lidos na América Latina, especialmente na década de setenta. Em sua obra mais importante, *Uma Sociedade sem Escolas* (1973), I. Illich passa a engrossar o mar de acusações à escola oficial, e sua proposta teve resultados interessantes para aqueles que desejavam desmistificar o discurso oficial dos intelectuais orgânicos do Estado capitalista (PUENTES, 2004, p. 48).

Difícil sabermos em qual dos dois polos nos encontramos (quando formamos cidadãos, eles são críticos ou alienados?). O sistema de Ensino Superior está contaminado de uma produtividade acadêmica praticamente fordista. Alunos saem hoje das universidades como se estivessem numa linha de montagem. Professores não atuam como seres humanos, mas como gerentes e braços alongados do “dono”, isto é, são hoje não mais que

capatazes brandindo seu chicote acadêmico, vociferando a hegemonia de um conhecimento que se reconhece falido ou, no mínimo, inoperante sobre o todo da sociedade, mas que se legitima pelo uso das próprias irrisões que contesta:

A Grécia Clássica pode ser considerada o berço da pedagogia. A palavra *paidagogos* significa aquele que conduz a criança, no caso, o escravo que acompanha a criança à escola. Com o tempo, o sentido se amplia para designar toda a teoria da educação. De modo geral, a educação grega está constantemente centrada na formação integral – corpo e espírito – mesmo que, de fato, a ênfase se deslocasse ora mais para o preparo esportivo ora para o debate intelectual, conforme a época e lugar (VALENTE, 2007, p. 159).

Ao contrário do que lemos acima, nosso aparato educacional hoje em funcionamento não faz muito mais do que adestrar nossos estudantes. Devidamente adestrados pela ditadura quantitativa da produção científica, nós, os professores, impedidos ou sem tempo para pensar, adestramos nossos jovens para “passarem de ano”, enquanto isso, num nível anterior ao do Ensino Superior, os adestramos para “passarem no vestibular” e, num rigor de crueldade do processo, uma vez na universidade, os adestramos “para obterem êxito no ENADE” e demais exames de proficiência profissional “OAB, CREA, CREF etc.” e, finalmente, o auge da coisa se celebra quando, ao invés de formarmos homens melhores, temos que nos preocupar em adestra-los “para se saírem bem no mercado de trabalho”.

COMO CONCLUIR ALGO QUE NÃO TEM FIM?

Se considerarmos que dentro do conceito de aprendizagem, um de seus princípios fundadores é o de que a aprendizagem efetivamente só acontece quando se expõe o indivíduo ao conhecimento, teremos o grau máximo de eficácia das estratégias de educação ambiental num nível de conformidade quando conseguirmos aproximar ilimitadamente o educando daquele tipo de conteúdo que se deseja que ele deva dominar.

Teremos de recombina o DNA da educação com o da necessidade de sobrevivência. Retirar dela lentamente os genes da prática conservacionista e

inserir, paulatinamente, os fragmentos da educação nos moldes da conformidade, indivíduo por indivíduo, casa por casa.

Ensinar a pensar é sempre mais difícil? Portanto, saiamos igualmente das amarras dessas palavras, e imaginemos que mais difícil ainda talvez seja “pensar para ensinar”.

Pensar o processo histórico de ensino-aprendizagem é sempre importante. Mas, refletir e propor novas possibilidades e abordagens talvez nos apresente novos caminhos a seguir sobre a Educação, sobre o mundo, sobre nossa gente, enfim, e que não seja naquele tom pejorativo relacionado à “África pura”, como nos houvera sugerido Monteiro Lobato.

Em nosso caso, repensar a Educação sob a ótica de terminologias como a da *paidea* é o foco onde reside nossa parcela de contribuição para um tipo de desenvolvimento que se entenda qualitativamente interessante para a sociedade. Do mesmo modo, nosso pensamento caminha na direção de se construir etapas exequíveis para a consolidação de uma economia forte e para a reversibilidade dos índices de retenção e evasão escolar que assolam de modo negativo o ambiente da Educação no Brasil.

REFERÊNCIAS

MEC – Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica - *Conselho Escolar e a valorização dos trabalhadores em educação*. Brasília – DF, 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%208.pdf>.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior 2010 – Resumo Técnico*. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf.

PEREIRA, Fernanda Cristina Barbosa. *Determinantes da evasão de alunos e os custos ocultos para as instituições de ensino superior: uma aplicação na universidade do extremo sul catarinense*. UFSC: Florianópolis, 2003 (tese de doutorado).

PILETTI, Claudino & PILETTI, Nelson. *Filosofia e História da Educação*. São Paulo: Ática, 2002a.

PILETTI, Claudino & PILETTI, Nelson. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2002b.

PUENTES, Roberto Valdés. *Os Estudos das Teorias Educativas na América Latina*. São Paulo: UNIFEOB, 2004.

RONSONI, M. L. *Permanência e evasão de estudantes da UFFS Campus Erechim*. In: PEREIRA, T. I. (Org.). *Universidade pública em tempos de expansão: entre o vivido e o pensado*. Erechim: Evangraf, 2014, p. 17-31.

SODRÉ, Muniz & PAIVA, Raquel. *O Império do Grotesco*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

UNESCO. *As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. Conferência Mundial sobre o Ensino Superior*. Paris, França, 08 de julho de 2009.

VALENTE, Nelson. *Não Adapte. Adote*. São Paulo: Intermedial, 2007.

VELOSO, Thereza Cristina M. A. *A Evasão nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Cuiabá 1985/2 a 1995/2 – Um processo de Exclusão*. UFMT: Cuiabá, 2000 (dissertação de mestrado). In: PEREIRA,

Fernanda Cristina Barbosa. *Determinantes da evasão de alunos e os custos ocultos para as instituições de ensino superior: uma aplicação na universidade do extremo sul catarinense*. UFSC: Florianópolis, 2003 (tese de doutorado).

ESTUDOS SOBRE AS NOVAS GERAÇÕES E A SOCIEDADE CAPITALISTA PÓS-INDUSTRIAL⁵¹

Leandro Queiroz Borges⁵²
Prof. Dr. Marcelo Pessoa⁵³

RESUMO: Neste artigo, ao estudarmos a sociedade capitalista, adotamos uma perspectiva teórica pós-colonial, pois cremos que a delimitação da economia e da cultura pós-industrial aqui empreendida se encaixaria melhor nesse arcabouço teórico. Neste recorte, fizemos uma prospecção bibliográfica dos novos modelos de gestão e de relacionamento que surgiram a partir do declínio das estruturas tayloristas e fordistas, vigentes na sociedade capitalista até meados do século XX. Justifica nossa pesquisa, o fato de que o ocaso dos antigos modelos societários (cisão marcada pelas Revoluções Francesa e Revolução Industrial) colocou em pauta um novo contingente de necessidades humanas, sobre as quais a recente crítica sociológica tem se debruçado. Como eixo principal dos resultados, destacamos a ideia de que, hoje, numa sociedade que vive sob as forças de transformação e de ruptura demandadas pela pós-modernidade, ainda se espera, apesar disso e também de uma conjuntura de desvalorização e degradação humana, que seja possível que se encontre uma saída menos degradante para a subsistência da espécie. Isso acontecerá por meio de uma alimentação orgânica, da preocupação com o sustentável e uso racional dos recursos naturais, elementos estes que são marcas bem fortes das “novas gerações”.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade, Capitalismo, Novas Gerações.

ABSTRACT: In this article, as we study the capitalist society, adopt a post-colonial theoretical perspective, because we believe that the demarcation of economy and post-industrial culture here undertaken would fit better in this theoretical. In this clipping, we did a bibliographic exploration of new models of management and relationship that emerged from the decline of the Taylorism and Fordism structures, in force in capitalist society until the mid-20th century. Justify our research, the fact that the sunset of the old models companies (Division marked by the French Revolution and the Industrial Revolution) put on the agenda a new contingent of human needs, on which the recent sociological criticism has been perched. As the main axis of the results, we highlight the idea that today, in a society that lives under the transformation and rupture forces demanded by post-modernity, yet still expected, and also an environment of devaluation and human degradation, it is possible that a less degrading output for the subsistence of the species. That's going to happen through an organic feeding, concern for the sustainable and rational use of natural resources, these elements are strong brands of the "new generation".

KEYWORDS: Society, Capitalism, New Generations.

INTRODUÇÃO

A construção do presente trabalho deve-se à premissa de que, no cerne da sistematização do conhecimento humano, as “noções fundamentais da

⁵¹ Este texto é uma versão revisada e ampliada do resultado do trabalho de pesquisa de iniciação científica realizada com bolsa da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

⁵² Discente do Curso de Administração, da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal.

⁵³ Orientador do Programa de Pós-Graduação da FaPP. Docente na UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal. Desenvolve Projeto de Pesquisa com o apoio da UEMG e do Estado de Minas Gerais, via prêmio de fomento à pesquisa docente obtido por meio do Edital PAPq 08/2015.

ciência são de origem religiosa” (DURKHEIM, 2003, p. 479) e, particularmente no que o conhecimento sobre gestão de pessoas coincide com a essência do pensamento religioso é que nossa pesquisa se detém, já que entendemos que pode ser por meio desta área que se exprima uma inequívoca busca de compreensão da realidade social.

Vemos, com isso, que justifica nosso trabalho, a possibilidade teórica de compreensão desse fato, que se deu quando se demonstrou que a sociedade pós-industrial e as organizações empresárias que a compõem poderiam constituir um modelo interpretativo da realidade por meio dos estudos da nascente Sociologia.

Ao lado disso, a partir do *boom* pós-industrial, novas dinâmicas de relacionamento interpessoal e novos modelos de gestão empresarial passaram a integrar a pauta de preocupações da sociedade, uma vez que não apenas a maneira como esta é “constituída e organizada, sua morfologia, suas instituições religiosas, morais, econômicas, etc.” (DURKHEIM, 2003, p. XXIII) sofreram transformações, mas, também, as pessoas, as quais viram surgir o ocupar de espaço relevante, pelas chamadas “novas gerações”, figurativamente designadas como “*baby boomers*”, “geração X”, “geração Y”, “geração Z”, “geração W”, “geração de cristal” etc.

Neste contexto, impuseram-se um sincretismo entre as teorias organizacionais que obtivessem os melhores resultados para a economia, seus aspectos técnicos e as abordagens modernas de gestão. Por conseguinte, surge também a necessidade de se detectar, analisar e consolidar as bases e os princípios que nos permitiriam objetivá-lo.

No primeiro tópico do artigo, fazemos uma breve exposição sobre a moral social de Émile Durkheim, privilegiando iluminar de seu texto original (*A educação moral*, 2008), aquilo que nos seja mais importante para a conformação da sociedade pós-industrial.

Neste sentido, na segunda parte de nosso artigo, apresentamos um descritivo das chamadas “novas gerações”, declinando suas características e determinando o seu lugar no tempo histórico. Neste momento do texto,

também, veremos que as transformações das condições sociais, culturais e espaciais determinam, de algum modo, os comportamentos das pessoas em suas interações.

Ainda na segunda seção, temos que o método bibliográfico exploratório comparado permitiu-nos empreender um estudo sistemático sobre ética, sociedade, cultura e gestão organizacional, aplicando-se a tais leituras e pesquisas as categorias pós-coloniais e pós-industriais, presentes em Bell (1973). Da lide com este recorte derivou a Figura 1 e, nela, inscreve-se uma prospecção dos novos modelos de gestão e de relacionamento que surgiram a partir do declínio das estruturas tayloristas e fordistas, até então vigentes na sociedade capitalista de meados do século XX.

Já, a partir da terceira etapa, iniciamos nosso tratamento dos dados essenciais da pesquisa. Em seguida, conduzimos o leitor para a leitura de nossas conclusões e também para a apresentação de nosso referencial bibliográfico.

INTERMEZZO MORAL E SOCIAL DURKHEIMNIANO

De acordo com Durkheim (2008), o reino moral é uma realidade natural constituída por um sistema de “fatos reais e relativamente autônomos – posto que são influenciados de forma distinta pelos acontecimentos em cada sociedade”, entre os quais existe uma ordem determinada que mantém a “regularidade e permanência” existente nas relações humanas que, por seu turno, estão em consonância com as “mesmas combinações de circunstâncias que se repetem periodicamente”, assegurando à vida social uma certa uniformidade.

Não obstante, temos que isso redundará numa redução das possibilidades morais à ordem constante de sucessão de fatos determinados pela vida social. Por conseguinte, pelo ideal social, pede-se que a moral participe do ideal pessoal, fato que transforma os estados de opinião e modos de ação dos

indivíduos numa *forma mundi*. Assim, as mesmas combinações de circunstâncias não se repetem duas vezes de maneira idêntica, podendo-se inferir que a ordem aproximada e a contingência são dados da experiência aplicáveis à “regularidade relativa” da conduta.

Mais especificamente, ao exprimir a realidade moral por meio da linguagem racional, considerando-a como um sistema de regras precisas, definidas e particulares, que por precederem ao indivíduo agem mais sobre ele do que ele sobre elas, e, predeterminam a sua conduta ao prefigurar os mais diversos casos regidos pelas mesmas, “se impondo a ele a partir de fora, não mediante a uma força racional, mas em virtude do ascendente presente nelas”, Durkheim faz o uso da prescritividade.

Nisso, de acordo com Hare (2003, p. 08), o prescritivista reconhece que os “princípios e juízos morais” orientam a conduta, pois estão em razão de fazê-lo. Ora, “se a razão pela qual as ações, de uma maneira peculiar, são reveladoras de princípios morais é que a função dos princípios morais é orientar a conduta” e, “todo hábito coletivo apresenta quase que inevitavelmente certo caráter moral”, uma vez que agir moralmente é agir em conformidade com uma regra que se impõe ao indivíduo em virtude do elemento moral nela predominante (DURKHEIM, 2008), então, quase todo hábito coletivo, fundamentalmente aqueles que estão no “conjunto geral das relações humanas”, são reveladores de um ou outro elemento moral que predomina no “temperamento moral do sujeito”. Logo, ocorrendo as mesmas variações na sociedade, “conforme o elemento predominante, a vida moral muda de aspecto”.

AS NOVAS GERAÇÕES E O SEU LUGAR NO MUNDO

A partir de agora, delineamos, no quadro abaixo, uma síntese do perfil dessas novas gerações, à luz daquilo que pudemos verificar no aporte bibliográfico que trata do assunto, especialmente recortados naquilo que nos

interessa para a compreensão do que seja a sociedade capitalista pós-industrial e o modo como as pessoas são formatadas dentro desta estrutura.

Figura 1

Histórico das principais teorias organizacionais	Principais características das escolas de gestão	Conexão das teorias e das escolas com o perfil geracional
Escola da administração científica (1911/1913)	Divisão do trabalho e conseguinte especialização das pessoas	Baby Boomers, “X”, “Y”, “Z” e “Alpha”
Escola clássica (1916)	Estrutura organizacional e funções do administrador	Baby Boomers, “X”, “Y”, “Z” e “Alpha”
Abordagem comportamental (1930)	Ênfase em compreender e conhecer as pessoas para poder motivá-las	“X” e “Y”
Abordagem sistêmica (1930)	Organização como um todo integrado por partes que interagem entre si e o ambiente externo	Baby Boomers, “X”, “Y”
Teoria da burocracia (1940)	“Formalização, divisão do trabalho, hierarquia, impessoalidade, profissionalização e competências técnicas dos funcionários”	Baby Boomers, “X”, “Y”, “Z” e “Alpha”
Administração participativa (1945)	Dinamização da empresa por meio do capital social organizacional em razão das tarefas, dos indivíduos e dos trabalhadores	“X” e “Y”
Teoria da contingência (1950)	Várias alternativas de desenvolver a estrutura organizacional	Baby Boomers, “X”, “Y”, “Z” e “Alpha”
Administração japonesa (1970)	Aprimoramento contínuo em todos aspectos, eliminação de desperdícios, administração participativa e “sincronização do fluxo de produção, dos fornecedores aos clientes”	Baby Boomers, “X”, “Y”, “Z” e “Alpha”
Abordagem holística (1982)	Interligação e interdependência de todos os sistemas sociais e econômicos, ambos estando ao mesmo tempo em uma tendência integrativa e auto	Baby Boomers, “X”, “Y”

	afirmativa	
Administração empreendedora (1987)	Busca pelo desequilíbrio dinâmico provocado por meio da inovação e pela disposição de reagir a situações críticas como oportunidades	Baby Boomers, “X”, “Y”, “Z” e “Alpha”
Administração virtual (1993)	Processamento de informações em tempo real, integração de todas as inovações de modelos de gestão e confiança nos relacionamentos	Baby Boomers, “X”, “Y”

TRATAMENTO DOS DADOS

Numa comparação entre as gerações *Baby Boomers*, “X”, “Y”, “Z” e “Alpha”, tem-se que a partir da Geração “Y”, os indivíduos apresentam maiores restrições com relação a sua adaptabilidade às teorias organizacionais que exigem um índice mais elevado de relações interpessoais.

Nota-se que o ocaso dos antigos modelos colocou em pauta um novo contingente de necessidades humanas, sobre as quais a crítica sociológica tem se debruçado; visto que de uma sociedade na qual há a parusia de forças como a da transformação e da ruptura contínua, ambas induzidas em decorrência do que Sennett (2008, p. 117) denominara de “uma economia política continuamente replanejada, que detesta a rotina e de curto prazo”.

Advém daí, então, a necessidade humana de manter relações interpessoais constantes “e objetivos duráveis”. Não obstante, as organizações incorporam e refletem em seus processos todos os desconfortos da sociedade pós-industrial, como quando os administradores objetivam que todos façam o trabalho juntos, evitando à contestação interna, de modo que “o poder está presente nas cenas superficiais de trabalho em equipe, mas a autoridade está ausente” (SENNETT, 2008, p. 136).

Com efeito, à medida em que um *modus vivendi* individualizante tem se erigido sobre as ruínas das virtudes éticas do caráter coletivo, tem-se elevado a

depreciação do capital social, não só no âmbito organizacional, mas da própria sociedade que se encontra em um “estado de astenia moral”.

Outro dado que consubstancia nossa investigação, pode ser abstraído a partir do fato de que, se observarmos a evolução do mundo a partir de um recorte das transformações sociais e culturais absorvidas pela sociedade ao longo de seis mil anos, veremos que, num período que se estende do início da cultura letrada, e que pode ir até o início do século XIX ou meados do século XX, o que vivemos atualmente com as “novas gerações” não encontra precedentes históricos nem em extensão e nem em intensidade, condicionante que tem reflexos muito fortes e determinantes quanto ao modo de gerir ou de se relacionar dentro e fora das organizações empresárias.

Especificamente, então, por meio dos citados estudos sistemáticos, com ênfase aos comportamentos das pessoas em suas interações, e, também por meio da utilização do método indutivo, viabilizou-se a aproximação dos fenômenos interpessoais concernentes a cada uma das gerações, que em conjunto, detêm o predomínio populacional da sociedade pós-industrial.

Aproximação dos dados coletados aos objetivos da pesquisa

Ao trabalharmos os dados formatados e apresentados na Figura 1, percebemos que as relações existentes entre eles, dão-se de modo que, cada qual, aplicada à luz das disposições fundamentais da moralidade, possibilitou a identificação do temperamento moral de cada geração. Assim, o quadro abaixo reflete o modo como entendemos em nossa investigação, do que sejam as novas gerações, à luz da sociedade pós-industrial:

Figura 2

Histórico das gerações	Características	Adaptabilidade à sociedade pós-industrial
Baby Boomers (1945 e	Adesão aos grupos sociais/	Restrita

1960)	Autoridade racional	
Geração “X” (1965 e 1984)	Espírito da disciplina/ Autoridade racional	Parcial
Geração “Y” (1980 e 1990)	Adesão aos grupos sociais/ Autoridade individualista	Ampla
Geração “Z e Alpha” (1996 e 2007)	Espírito da disciplina/ Autoridade individualista	Ilimitada

Desse modo, fica fácil perceber que a sociedade pós-industrial formou-se a partir de grandes transformações, item visível na coluna da direita da Figura 2, quanto ao modo de gerir ou de se relacionar dentro e fora das organizações empresárias.

Ressaltamos ainda, que as relações existentes entre os comportamentos geracionais dão-se de modo que podem ser generalizadas e, por conseguinte, aplicadas à luz das disposições fundamentais da moralidade, o que possibilitou a identificação das características predominantes no temperamento moral de cada geração.

Constata-se, que as “novas gerações” tendem a apresentar um temperamento moral que representa as suas gerações predecessoras, mas que, no entanto, ambas possuem nuances e características da formação de seu caráter moral, o que assegura sua relativa adaptabilidade à sociedade pós-industrial.

CONCLUSÕES

Com efeito, pelo fato dos juízos e preceitos morais predeterminarem a conduta em dadas situações, Durkheim (2008) deduz que a força imperativa contida neles não implica que a ação deva ser de uma maneira ou de outra, mas atribui à regularidade contida nos princípios morais a qualidade de ser uma das disposições fundamentais da moralidade, o “análogo moral da periodicidade orgânica”, que objetiva reduzir o “grau de incerteza e contingência da ação” por meio da autoridade eminente que lhe precede e desta possui imanência.

Ora, as noções fundamentais da moralidade, das ciências e da filosofia são de origem religiosa, particularmente no que diz respeito à religiosidade nas sociedades primitivas, grupamentos em que especificamente impunham-na aos seus membros de modo que o caráter obrigatório da religião teve como consequência remota a obrigatoriedade da moral. Por mais que não a tivera como objeto, a moral, a obrigatoriedade estava em razão de sua autoridade, da religiosidade manifestada pelos seus representantes (DURKHEIM, 2003).

Logo, adotamos como premissa que a moral representada pelo Estado capitalista se apoia no individualismo ou no racionalismo, marcas bem fortes das novas gerações, sendo que “entre ambos não há apenas um desenvolvimento paralelo, mas, o segundo age sobre o primeiro e o estimula”. Assim, uma das disposições fundamentais da moralidade que utilizamos para enquadrar os comportamentos das pessoas que integram as gerações analisadas, foi o “espírito da disciplina”, que pressupõe uma combinação entre regularidade e autoridade, de modo que a segunda é eminente e contém imanência da primeira e, daí, a imposição, o dever e o constrangimento existentes na moral.

Ao buscar-se a origem do homem em antepassados que vivessem nas sociedades primitivas, identifica-se que esse, “o mais social dos animais” (ENGELS apud ANTUNES, 2004, p. 18), atribuíra à personalidade individual, até então pouco acentuada, pouco valor (DURKHEIM, 2003, p. 469).

Com efeito, se outrora Durkheim atribuíra à sociedade a qualidade de ser algo mais do que a “mera soma dos indivíduos”, considerando-a como o “fim moral da conduta moral”, é porque a própria sociedade precede e “eleva o indivíduo acima de si mesmos” (e era assim até o advento da geração Baby Boomer).

O conjunto de bens intelectuais que constitui a civilização, uma obra da sociedade, faz o homem. Assim, para determinar a “adesão (attachment) aos grupos sociais”, a segunda categoria que utilizamos, coube considerar o princípio geral de que “somos seres morais somente na medida em que somos seres sociais”, e, que o indivíduo “só é verdadeiramente ele mesmo, sob a

condição de se simpatizar, respeitar, admirar e se vincular à sociedade” (DURKHEIM, 2008).

Se como supusera Durkheim (2008, p. 42 e p. 113), a moral se mantém constante desde que a observação não abranja um longo período de tempo e, os traços essenciais da mesma já estão definidos quando se nasce, então, adotamos a hipótese de que as “novas gerações” tendem a apresentar um temperamento moral que representa as suas gerações predecessoras, bem como o temperamento moral da personalidade coletiva concernente à sociedade em que se encontram. E, se assim for, como explicar a diferença de adesão e de preferência aos modelos de gestão que gerações tão próximas e, ao mesmo tempo, tão distintas, apresentam entre si, como é o que ocorre entre a Geração “X” e a Geração “Y”?

Talvez explique-se este fato, pela ideia de que as categorias fundamentais do pensamento humano “mudam conforme os lugares e as épocas”, impondo seu conformismo lógico e moral ao homem. Assim, a autoridade individualista na qual o *habitus* de consumo, da “comodificação e recomodificação do trabalho e do capital – *raison d’être* do Estado capitalista” (HABERMAS apud BAUMAN, 2008, p. 14) – se apoiam, implica a imanência de valores de uso na conduta dos indivíduos que integram a sociedade pós-industrial. E, como “X” e “Y” são típicos sujeitos pós-industriais, se encontram naquilo que os conformam coletivamente, e se distanciam, naquilo que formam individualmente.

Conclusivamente, uma vez que a conduta é reveladora dos princípios morais, pois é função desses orientar a conduta (HARE, 2003), torna-se cognoscível que a utilidade e a satisfação, fatores que também centralizam os movimentos exteriores citados por Bauman (2008, p. 23 e p. 32) como as “relações puras” e o “fetichismo da subjetividade”, estejam em *koinonía* ou comunhão com as disposições fundamentais da moralidade.

Logo, se a finalidade da conduta moral é a adesão aos grupos sociais e, cada agrupamento humano possui “dignidade moral” diferente por não desempenhar um papel igualmente valoroso na vida coletiva, a sociedade que

se encontra acima dos interesses individuais é a “sociedade dos consumidores”, a qual além de ter como característica predominante a dependência dos setores primário e secundário para com o terciário, esse mediador que ocupa o “espaço que se estende entre indivíduos cada vez mais competitivos”, detém também valores de uso relacionados à utilidade e à satisfação como condições sociais determinantes ao ideal social, que por seu turno, ao “encarnar” nos indivíduos possui participação no ideal pessoal e no desenvolvimento de personalidades individuais cada vez mais acentuadas.

Assim, o resumo desses indivíduos se apresenta como a “síntese sui generis das consciências particulares”, a qual sendo mais do que um simples agrupamento humano, possui uma personalidade coletiva cujo predomínio do “espírito da disciplina” se apoia na autoridade individualista.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. (Org.) *A dialética do trabalho*: Escritos de Marx e Engels. 1ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BAUMAN, Z. *Vida para consumo*: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BELL, D. *The Coming of Post Industrial Society*: a venture in social forecasting. EUA: Harvard Press, 1973.

DURKHEIM, E. *A educação moral*. Petrópolis: Vozes, 2008.

DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERREIRA, A.A. *Gestão empresarial*: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna administração de empresas. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

HARE, R. M. *A linguagem da moral*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HARE, R. M. *Ética*: problemas e propostas. São Paulo: Unesp, 2003.

LACOMBE, F.J.M. *Administração*: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2009.

SENNETT, R. *A Corrosão do Caráter*: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ESTUDOS DE USO DE PP (PORTUGUÊS-PADRÃO) E PNP (PORTUGUÊS NÃO PADRÃO) NO DISCURSO DOCENTE DA UEMG – UNIDADE FRUTAL – MG⁵⁴

Letícia Elias Costa⁵⁵
Prof. Dr. Marcelo Pessoa⁵⁶

RESUMO: O presente trabalho se debruça sobre as questões sociolinguísticas relacionadas ao problema das variáveis linguísticas. Temos por contexto, o falar docente de uma das salas de aula do curso de Comunicação Social, da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal. Adotamos por conduta de pesquisa, realizar gravações de áudio, entrevistas estruturadas, decupagem e tratamento de dados transcritos numa planilha, aponto os resultados em gráficos, agrupando neles as ocorrências quantitativas e qualitativas da frequência das variáveis linguísticas empregadas pelos docentes. A situação-problema revelou-se, ao coletarmos e analisarmos as amostras dos falares docentes em sua prática didática. Nisso, observou-se que o nível de compreensão destes falares por parte do alunato revelava divergência entre intenção do falante e percepção do receptor. Assim, sob uma perspectiva sociolinguística, delimitando as variantes linguísticas predominantes no afazer docente, tal como sua contribuição para segmentar ou não seus interlocutores e seus conteúdos ministrados, decidimos investigar o teor de compreensão que os interlocutores têm do processo didático.

PALAVRAS-CHAVE: Oralidade, Português-padrão, Português não padrão, Sociolinguística

ABSTRACT: The present work deals with the issues related to the problem of sociolinguistics linguistic variables. For context, the talk of one of the classrooms of the Social Communication course, UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais, Frutal. Adopt for research conduct, performing audio recordings, structured interviews, playswithmatches and transcribed data in a worksheet, appending the results in charts, grouping them quantitative and qualitative occurrences of frequency of linguistic variables employed by teachers. The situation-problem was revealed, to collect and analyze samples of talking to teachers in their educational practice. It noted that the level of understanding of these speak for the most part revealed differences between the speaker's intention and perception of the receiver. Thus, under a sociolinguistic perspective, delimiting the linguistic variants prevalent in doing, as its contribution to segment or not his interlocutors and their content delivered, we decided to investigate the level of understanding that the interlocutors have of the didactic process.

KEYWORDS: Orality, Portuguese, Portuguese, Sociolinguistics

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta, em linhas gerais, o estudo de algumas gravações e transcrições de falares docentes em sala de aula. Para este efeito,

⁵⁴ As bases deste texto foram esboçadas por meio do fomento à pesquisa dado à Autora pela Bolsa de Iniciação Científica – CNPq (2013).

⁵⁵ Graduada em Comunicação Social pela UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal.

⁵⁶ Docente na UEMG, Unidade Frutal. Pesquisador Bolsista CAPES/FaPP/UAB (2015). Desenvolve Projeto de Pesquisa com o apoio da UEMG e do Estado de Minas Gerais, via prêmio de fomento à pesquisa docente obtido por meio do Edital PAPq 08/2015.

empregou-se o aporte teórico da sociolinguística, especialmente quando este nos fala sobre a maneira com que a variedade linguística pode contribuir para estigmatizar ou segmentar um indivíduo ou um grupo de pessoas, a partir da detecção da ocorrência de outros usos que certa variedade mais ou menos culta da Língua Portuguesa pode sugerir.

Ao lado disso, é sabido que o texto oral tem suas próprias características e a escrita não consegue ser a representação fiel de suas intenções de enunciação. Isto ocorre, visto que a escrita não detém os mesmos recursos de fluência expressiva os quais a oralidade lança mão, tais como os efeitos onomatopaicos ou os fenômenos metafóricos e de ilusão da psique humana.

Ao apontarmos, então, para uma ou outra opção da variedade linguística oriunda da oralidade da língua, só o fizemos por que tivemos a oportunidade de verificar a frequência da utilização (presentes nas tabelas 01, 02 e 03) do **PP** (português-padrão) e do **PNP** (português não padrão) numa sala de aula do Curso de Comunicação Social, ofertado pela UEMG, Unidade Frutal.

Desse modo, foi empreendido um estudo sistemático de bibliografia sobre linguagem, meios de comunicação de massa, de cultura e de linguística, com enfoque prioritário à obra de Bagno (2003). Tais leituras e pesquisas foram aplicadas às gravações feitas em sala de aula e às suas posteriores transcrições.

Nesta obra basilar (BAGNO, 2003), intitulada *A Língua de Eulália* – novela sociolinguística, o autor nos apresenta uma série de contextualizações sobre os estudos linguísticos e os diversos usos e variedades da língua portuguesa, os quais são muito úteis e relevantes para a compreensão que precisávamos obter sobre os modos de produção, segmentação de público, produção de sentido e eventual estigmatização de conteúdos e ou de interlocutores a partir de um uso específico da Língua Portuguesa.

Vale dizer aqui que, para maiores esclarecimentos acerca do motivo pelo qual os docentes e discentes fazem uso de uma ou outra variante linguística, recorreremos ao suporte da entrevista estruturada. Tal escolha deu-se, devido ao fato de que esta modalidade de entrevista nos possibilita ao

pesquisador resultados pragmáticos e eficientes, à luz do fato de que: “As vantagens da entrevista estruturada estão ligadas à padronização das questões e, conseqüentemente, à grande facilidade em classificá-las” (GRESSLER, 2004, p. 165).

Convém lembrar que, para estudarmos a variação linguística sob o recorte detectado no resumo deste artigo, separamos como sujeitos de pesquisa as aulas de três dos professores do Curso de Comunicação Social, professores estes que responderam a entrevista, tiveram suas falas gravadas, transcritas e analisadas, pois: “Para “visualizar” as características do texto falado, existe a transcrição, que nada mais é do que “a fala passada a limpo” através da escrita” (FLÔRES; SILVA, 2005, p. 42).

Assim, na primeira seção deste *paper*, traçamos uma breve exposição sobre a sociolinguística de Bagno (2003), dando especial destaque ao ponto que particularmente nos interessa na obra deste autor.

Na segunda seção, apresentamos ao leitor os questionários estruturados. E, na parte final, realizamos o tratamento dos dados e inscrevemos logo em seguida nossas referências bibliográficas.

A SOCIOLINGUÍSTICA COMO DISCURSO

A língua escrita é uma *representação simbólica* da língua falada, mas “é preciso uma ortografia única para toda [a representação escrita da língua – **grifo nosso**], para que todos possam ler e compreender o que está escrito” (BAGNO, 2003, p. 104).

No Brasil, a Academia de Letras é quem estabelece essa ortografia oficial, propondo uma maneira única de escrever as palavras, mas, apesar desta normatização, não existe nada como o que se possa controlar ou limitar as diversas maneiras e falares do português. Disso, decorre que a norma padrão balizada pela escrita se constitui de um vocabulário maior do que aquele que se manifesta pela oralidade. A escrita, também, é mais diversificada, tem mais termos técnicos e palavras eruditas, mas isso não

torna, por oposição, o português não padrão uma forma não adequada de se falar.

O **PP**, ao seu turno, tem grande prestígio social, mas não pode ser designado como a única forma legítima e correta de falar, as demais variedades do português não são, por isso, consideradas inadequadas, erradas ou deficientes, são diferentes, pois, tudo que *parece erro* no **PNP** tem uma explicação lógica, científica e é possível encontrar os mesmos “erros” que vemos no nosso **PNP** em outras línguas.

Ademais, existem os “erros” que compreendem, dentre outros fenômenos de linguagem, os *arcaísmos*, ocorrências linguísticas representadas, por exemplo, por “aqueles vestígios da língua portuguesa que já não existem nos dias de hoje” (BAGNO, 2003).

Há um consenso entre os pesquisadores da Língua Portuguesa em afirmar, que nunca existiu uma unidade linguística no Brasil e, dentro das diversas regiões que o compõe, convivem diversas formas de se falar o português, e cada falante, por sua vez, tem sua própria língua:

O que caracteriza um falante culto é justamente essa facilidade que ele tem de mudar de *registro*, como se diz na Linguística. Ele pode passar tranquilamente por todo o espectro de variedades, por todo o *continuum*, conforme lhe pareça mais adequado às suas intenções comunicativas (BAGNO, 2003, p. 165).

A linguagem se diferencia quando é falada por um homem ou uma mulher, por uma criança ou um adulto e quando em determinadas situações de descontração ou ambiente formal, o mesmo falante pode optar por fazer uso da forma padrão, não padrão ou as duas formas.

CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS DOCENTES E DISCENTES

A entrevista representada pelos gráficos 01, 02, 03, 04 e 05 foi aplicada a um corpo de 23 alunos, do 7º período de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, e em três professores que lecionam nesse mesmo curso e período, a saber.

QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA ESTRUTURADA (CORPO DOCENTE)

1) Você tem consciência de quais variantes linguísticas (**PP** – Português-Padrão e **PNP** – Português não padrão) você utiliza durante as aulas?

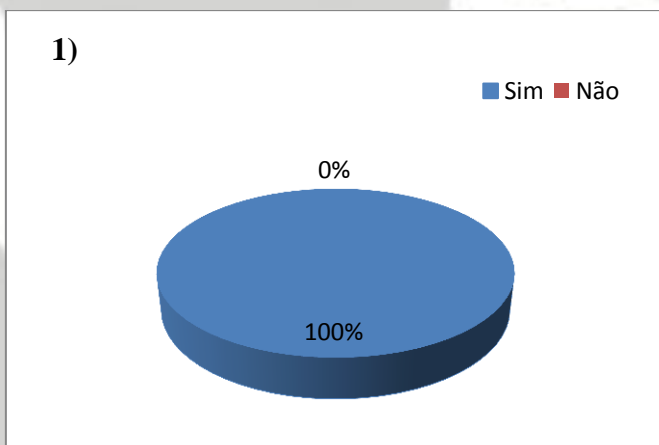


Gráfico 01

2) Você acredita que as variantes linguísticas **PP** e **PNP** podem ajudar na compreensão dos alunos no conteúdo ministrado em sala de aula?

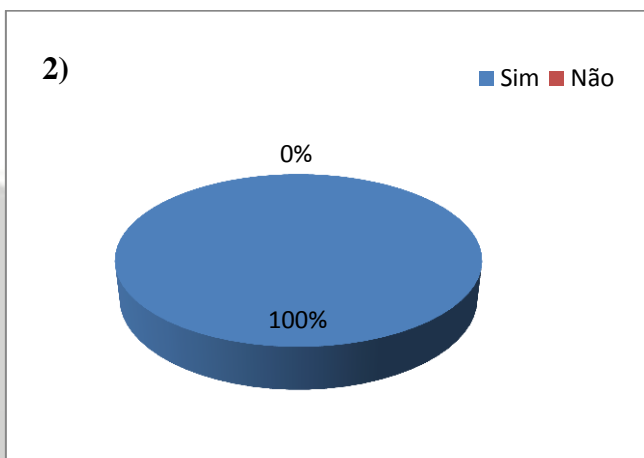


Gráfico 02

QUESTIONÁRIO ENTREVISTA ESTRUTURADA (CORPO DISCENTE)

1) O vocabulário, representado por cada palavra usada pelo professor, é individualmente entendido?

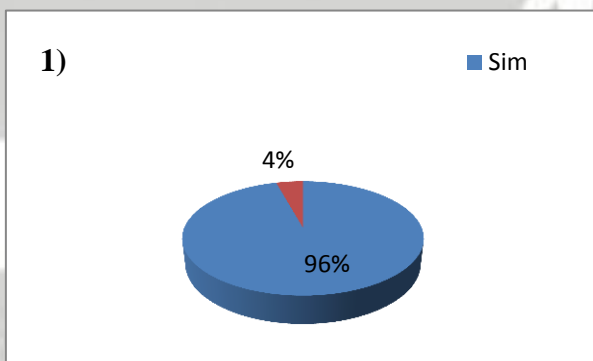


Gráfico 03

2) Todas as palavras usadas pelo professor ou os assuntos são inteligíveis?

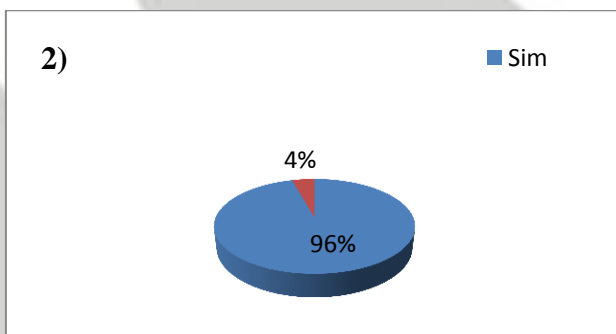


Gráfico 04

3) O uso da variedade linguística, compreendida sociolinguisticamente como **PP** – português-padrão (coloquial/informal) e **PNP** – português não padrão (informal), ajuda em sua compreensão dos conteúdos ministrados em sala de aula?

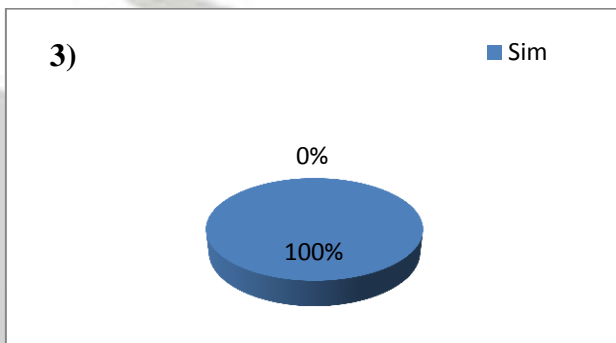


Gráfico 05

TRATAMENTO DE DADOS

Realizamos uma transcrição literal das falas coletadas, a fim de darmos mais substância para a construção das análises e ao tratamento dos dados. Assim, a partir de uma abordagem metodológica amparada na técnica da triagem, dividimos nosso trabalho de decupagem/transcrição em três níveis:

- a) coleta e identificação de “ruídos” na comunicação, os quais foram identificados no texto entre parêntesis ();
- b) coleta e identificação de dados em cruzamento com as inferências do pesquisador, os quais foram identificados no texto entre colchetes []; e,
- c) coleta, identificação e tratamento de dados de palavras com variantes linguísticas, os quais foram identificados e postos entre chaves { }.

Os Ruídos identificados foram, em geral, perguntas feitas pelos alunos ao entrevistador, bater de porta e hesitação ao falar. Para uma leitura mais dinâmica, então, foi padronizada a hesitação do professor como Hesitação maior (H); Hesitação menor (h), Bater de porta (B).

As gravações das 03 (três) aulas renderam, em média, 50 minutos cada, e suas respectivas transcrições, de 11 a 13 páginas transcritas, perfazendo um total de 37 páginas. Desse modo, verificou-se que este montante não caberia no presente artigo (mesmo como Anexo), nem mesmo como apêndice. Para uma demonstração das transcrições, portanto, optamos pelo recurso que segue abaixo, dando a conhecer ao leitor um pequeno trecho da fala transcrita do professor 01:

[...] Era o seguinte. Essa, isso aqui é a rede Ceasers Park, que é uma rede de hotéis (h) de luxo. Uma rede mundial de hotéis e aí era uma concorrência {porque} eles iam abrir um (h) uma unidade em Ribeirão Preto. Então eles abriram concorrência só entre agências de Ribeirão Preto. E foi terrível {fazê} esse trabalho, foi muito difícil (Professor 01).

Foram extraídas do discurso dos três docentes, palavras que sofreram algum tipo de variedade linguística e demais fenômenos no uso do português

não padrão. Entre chaves { } agrupamos as principais ocorrências nas falas dos três personagens que foram utilizadas no lugar do português padrão. Estes grupos linguísticos foram tratados à luz dos conceitos encontrados no livro *A Língua de Eulália*, de Marcos Bagno.

A partir do resultado presente nas entrevistas quantitativas, nos foi possível notar que todos os professores têm consciência do uso das variantes linguísticas de **PP** e de **PNP**. Vimos, também, que eles estão certos de que esse uso pode ajudar na compreensão dos alunos. Tal como todos os alunos acreditam que o uso dessa variedade ajuda em sua compreensão dos conteúdos ministrados em sala de aula.

A eliminação do *R* final das palavras é uma tendência que a oralidade da língua tem de terminar toda palavra sempre com uma vogal:

{Continuá} a invés de Continuar
{Dá} a invés de Dar
{Fazê} a invés de Fazer

A diminuição de uma palavra ou frase chama-se *contração* e acontece quando uma expressão é muito usada, muito frequente em uma fala acelerada:

{Xô} ao invés de Deixa eu
{Prum} ao invés de Para um

Em situações informais, ambiente descontraído, ou em uma fala mais acelerada, é comum que usemos a *assimilação*. Um exemplo disso dá-se quando se pronunciam os verbos no gerúndio com a terminação *NO* no lugar de *NDO*. Ou quando há uma transformação de *MB* em *M*:

{Estudano} ao invés de Estudando
{Tamém} ao invés de Também

Quando as vogais *E* e *O* são pronunciadas de maneira mais fraca, soam como um *I* e um *U*, o que chamamos de *redução* de *E* e *O* átonos pretônicos:

{Isquicí} ao invés de Esqueci
{Pudia} ao invés de Podia

Diante de algumas consoantes pode-se ocorrer a *monotongação*, que quer dizer dois sons que se transformaram num só:

{Caxa} ao invés de Caixa
{Baxa} ao invés de Baixa

A redução do ditongo *OU* em *O* também é *assimilação*, mas, por se tratar de redução de duas vogais, também pode ser chamado de *monotongação*:

{Explicô} ao invés de Explicou
{Carregô} ao invés de Carregou

No caso da palavra {Impidi}, além da eliminação do *R* final ocorre o que chamamos de *redução*, que acontece quando as vogais *E* e *O* são pronunciadas de maneira mais fraca, soando como um *I* e um *U*:

{Impidi} ao invés de Impedir

A tendência que a língua tem de terminar toda palavra com uma vogal também se aplica aqui. Acima mostramos a eliminação do *R* final, nesse caso, ocorre a eliminação ou a *contração* do *S* final:

{Vamo} ao invés de Vamos

Além do fenômeno chamado *redução*, que acontece quando a vogal *E* é pronunciada de maneira mais fraca, soando como um *I* o *S* acrescentado na palavra {Dispois} é a sobrevivência de uma forma antiga que mais se aproxima do latim "*Despois* ("depois") vem de *de ex post*" (BAGNO, 2003, p. 124). O que chamamos de arcaísmo:

{Dispois} ao invés de Depois

VARIANTES LINGUÍSTICAS	OCORRÊNCIAS	48 PALAVRAS = 100%
<i>Eliminação do R final</i>	20	41,7%
<i>Contração</i>	07	14,6%
<i>Assimilação</i>	06	12,5%
<i>Assimilação e Monotongação</i>	09	18,7%
<i>Monotongação</i>	01	2,1%
<i>Redução de E e O</i>	05	10,4%

Tabela Professor 01

VARIANTES LINGUÍSTICAS	OCORRÊNCIAS	82 PALAVRAS = 100%
<i>Eliminação do R final</i>	49	59,7%
<i>Contração</i>	13	15,9%
<i>Assimilação</i>	01	1,2%
<i>Assimilação e Monotongação</i>	14	17,1%
<i>Monotongação</i>	03	3,7%
<i>Eliminação do R final e Redução de E e O</i>	01	1,2%
<i>Eliminação do S final e/ou Contração</i>	01	1,2%

Tabela Professor 02

VARIANTES LINGUÍSTICAS	OCORRÊNCIAS	92 PALAVRAS = 100%
<i>Eliminação do R final</i>	53	57,6%
<i>Contração</i>	17	18,5%
<i>Assimilação e Monotongação</i>	13	14,1%
<i>Monotongação</i>	08	8,7%
<i>Redução e Arcaísmo</i>	01	1,1%

Tabela Professor 03

CONCLUSÃO

Deparamo-nos, ao longo da pesquisa, com a necessidade de elaborar e aplicar uma entrevista estruturada, a partir da qual se pudessem verificar os modos com que os diferentes atores envolvidos no processo didático em foco percebem a linguagem e se percebem como usuários e/ou interlocutores das variantes linguísticas.

Talvez seja esse o motivo pelo qual os discentes fazem uso da variante linguística de menor prestígio social, quando acreditam que é a forma mais adequada de tornarem-se inteligíveis uns aos outros.

Se considerarmos os dados tratados nas tabelas 01, 02 e 03 é possível notar que a variante do **PNP** foi bem mais marcada pela utilização, por parte de todos os professores, da *Eliminação do R final*.

Outra característica semelhante encontrada neste segmento foi a *Contração* que aparece quando uma expressão é muito usada, muito frequente em uma fala acelerada, típico de discursos longos. Nas demais variantes, cada um dos discursos apresenta frequências e características individuais.

Fato que, se não chega a ser uma tragédia linguística, transformando a sala de aula numa Babel, ao menos contribui para que os atores envolvidos no processo didático tenham, no mínimo, dificuldades de comunicação num ou noutro momento das aulas.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. *A Língua de Eulália: novela Sociolinguística*. São Paulo: Editora Contexto, (12ªEd.), 2003.
- FLÔRES, Onici; SILVA, Mozara Rossetto. *Da oralidade à escrita, em busca da mediação multicultural e plurilinguística*. Editora ULBRA Canoas (1ª Ed.), 2005.
- GRESSLER, Lori Alice. *Introdução à pesquisa: projetos e relatórios*. São Paulo: Editora Loyola, (2ª Ed.) 2004.

OS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Adriana Cristina Silva⁵⁷
Luciana Gelape dos Santos⁵⁸
Prof. Dr. Marcelo Pessoa⁵⁹

RESUMO: No cenário da administração pública brasileira, o segmento dos serviços essenciais necessita passar por mudanças para oferecer um melhor atendimento aos seus cidadãos-clientes. Neste sentido, para entender a questão norteadora de como buscar melhoria no atendimento dos serviços prestados pela administração pública, realizamos uma pesquisa bibliográfica exploratória. Tratada a situação-problema, então, o objetivo do trabalho é o de avaliar o impacto, a importância e os desafios para a implantação do sistema de gestão da qualidade total na administração pública. Espera-se, como resultado deste estudo, compreender melhor a realidade posta em parâmetros de qualidade total de gestão, pois o monitoramento permite abranger a real necessidade e apontar estratégias para modernizar a gestão pública com mecanismos de práticas administrativas engajadas na redução de custos e aplicação de recursos adequadamente com uma equipe potencial.

PALAVRAS-CHAVE: Administração Pública, Sistema de Gestão da Qualidade, Gestão de Pessoas.

ABSTRACT: In the Brazilian Government, the essential services segment requires going through changes to offer a better service to its citizens-customers. In this sense, to understand the question of how to get improvement in guiding care services provided by public administration, we performed a literature search. Treated the situation-problem, then, the objective of this work is to evaluate the impact, the importance and the challenges for the implementation of total quality management in public administration. It is expected, as a result of this study, a better understanding of the reality put into total quality management parameters, because the monitoring allows the actual need and point strategies to modernize the public administration with administrative practices engaged in cost reduction and appropriately resource application with a team of potential.

KEYWORDS: Public Administration, quality management System, People management.

INTRODUÇÃO

As mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas com a globalização passaram a também exigir uma nova postura do gestor no setor público em função do grau de eficácia cada vez maior desejado pelos

⁵⁷ Docente da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal. Economista. Especialista em Gestão Pública pela FaPP – Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves - CBH/UEMG. Mestranda em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental – UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto.

⁵⁸ Orientadora do Programa de Pós-Graduação da FaPP. Mestre em Administração, Especialista em Consultoria Organizacional. Psicóloga.

⁵⁹ Orientador do Programa de Pós-Graduação da FaPP. Docente na UEMG, Unidade Frutal. Possui Bolsa de Professor Orientador – BPO. Desenvolve Projeto de Pesquisa com o apoio da UEMG e do Estado de Minas Gerais, via prêmio de fomento à pesquisa docente obtido por meio do Edital PAPq 08/2015.

cidadãos-clientes no atendimento de suas necessidades.

Na decorrência destes fatos, a oferta dos serviços públicos requer dos responsáveis pela Administração Pública uma gestão cada vez mais qualificada, visto que atualmente os seus cidadãos-clientes estão cada vez mais atentos aos seus direitos e sinalizam na direção de um serviço de qualidade, ágil e que vá ao encontro às suas expectativas tributárias e afetivas.

A motivação para a realização desse trabalho se deve, então, ao fato de que, com a implantação do sistema de gestão de qualidade, através de seus métodos e ferramentas, em muitos casos estudados (alguns deles apresentamos ao final do texto) se possibilitou a padronização dos serviços prestados, o controle, a avaliação e o acompanhamento dos processos, fornecendo informações para o desenvolvimento da melhoria contínua e a satisfação destes cidadãos-clientes.

No atual cenário que se encontra a Administração Pública brasileira, com o sucateamento dos serviços essenciais, evidencia-se a necessidade de se empreender um esforço sistemático no rumo de se incrementar transformações desses serviços, por meio de uma nova filosofia de trabalho, em que o compromisso com a qualidade seja um dos pilares básicos. Daí, a importância desse estudo e do interesse de compreendermos a qualidade de serviço público prestado pela Administração Pública.

Justifica-se ainda a proposta desta temática, tendo em conta a quase inexistência de estudos sobre as boas práticas de gestão que estejam já consolidadas. Nosso artigo contribui, assim, para a realização de uma difusão da filosofia de melhorias contínuas e de num diagnóstico de possibilidade para implantação do sistema de gestão de qualidade nesta ou naquela instituição pública.

Desse modo, vê-se que a preocupação com a qualidade está intimamente relacionada com a questão da cidadania e, além dela, com a da promoção do acesso à sociedade aos bens e serviços que esta necessita. Os cidadãos-clientes que mantêm a máquina do governo, por meio do pagamento de impostos, taxas e contribuições, esperam essa contrapartida

e, ao receberem serviços públicos de qualidade equivalentes à contribuição feita, certamente terão alteradas a visão que têm do setor público (GARCIA, 2001).

Assim, surge como natural neste trabalho, o objetivo principal de avaliar o impacto para a implantação do sistema de gestão da qualidade total na Administração Pública municipal, iniciando pela perscrutação do gerenciamento da Administração Pública e a participação de todos os seus integrantes.

Neste sentido, realizamos uma pesquisa exploratória, a fim de compreender a problemática dessa deficiência das organizações públicas no que tange ao atendimento das demandas da sociedade. Pretende-se, ainda, com esta metodologia, realizar a apreensão dos dados empíricos em administrações públicas que já implantaram e mantêm o sistema de Gestão da Qualidade Total, colocando-os como itens de comparação na Administração Pública que não adota o sistema, mostrando a importância na adoção deste modelo para melhorar a qualidade dos serviços prestados, formalizando os métodos e sistemas de trabalho do órgão público, aumentando o comprometimento de todos.

Em suma, dizemos que, no primeiro trecho do artigo, discorreremos a respeito da clientela do setor público e o modo como a gestão de qualidade total pode ser implantada.

Na segunda seção, realizamos uma discussão sobre o referencial teórico, iniciando o tópico pelos itens relacionados à gestão pela qualidade, fechando o segmento com um discurso sobre a política de gestão pela qualidade total voltada à Administração Pública.

No terço final da escrita, faz-se um *en passant* na questão da certificação ISO, apontando alguns *cases* de gestão pública que o empreenderam com sucesso.

Finalmente, após essa mediação, nos deparamos com as conclusões e as referências.

POR DENTRO E POR FORA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Lei de Responsabilidade Fiscal impõe ao poder público, de forma geral, limitações quanto a procedimentos administrativos onerosos, tornando-se imperativo que o órgão busque eficiência e eficácia em suas ações fiscais (GARCIA, 2001).

A gestão pela qualidade total, largamente utilizada na iniciativa privada, com a adoção de uma filosofia de trabalho que busca a satisfação dos clientes, tanto internos quanto externos, contam com o comprometimento de todos da organização para atingirem as metas financeiras estabelecidas. Tais metas, também, podem ser um instrumento de trabalho para o administrador público conquistar melhores resultados, como assevera Rodrigues (2008).

A vantagem, então, de se desenvolver uma avaliação mais ampla, vai além do cumprimento dos requisitos tributários legais e institucionais comuns na Administração Pública, uma vez que, com a prática da avaliação do sistema de gestão, busca-se a análise dos resultados, considerando-se os elementos estratégicos de gestão e de satisfação pretendidos.

O atendimento ao público é, assim, uma das tarefas importantes das organizações públicas, na medida em que se constituem, muitas das vezes, no primeiro contato do cidadão-cliente com a Administração Pública, momento em que são reconhecidas falhas que podem prejudicar a imagem da instituição, devendo, portanto, ser definitivamente eliminadas. Por outro lado, afirma-se que “Um bom atendimento é o avanço em dois aspectos importantes, a capacitação do quadro funcional das organizações e a conquista da satisfação dos contribuintes e suas necessidade” (CRUZ & CRUZ, 2008).

Cabem, então, à Administração Pública e aos colaboradores a adoção e utilização de ferramentas críveis e capazes de dar respostas à procura dos cidadãos-clientes, visto que estes estão cada vez mais conscientes, informados e exigentes no que se refere aos seus direitos.

As principais diferenças entre a gestão da qualidade total no setor

público e no privado estão na maturidade e nos níveis de aceitabilidade que os públicos envolvidos dedicam a ela (ROSENHOOVER & KUHN, 1996). O setor público quer evidenciar sua boa imagem, ou seja, criar um *marketing* da moralidade pública para a sociedade. Por isso, então, o objetivo primordial do modelo de Gestão da Qualidade Total estará focado na sobrevivência das organizações, por meio da satisfação dos clientes, que procuram a aquisição de bens e serviços que atendam às suas necessidades, e, de preferência, que ultrapassem suas expectativas, sendo que a satisfação total do mesmo depende do atendimento com o comprometimento da qualidade total (LONGO & VERGUEIRO, 2003).

REFERENCIAL TEÓRICO

A Gestão da Qualidade

Ruthes (2010, p. 01) define Gestão da Qualidade Total como “uma estratégia de administração orientada a criar consciência da qualidade em todos os processos organizacionais”. Esta definição se faz acompanhar em nosso texto, pelo pensamento de Longo (1996, p. 09), quando nos diz que:

A Gestão da Qualidade Total (GQT) é uma opção para a reorientação gerencial das organizações. Tem como pontos básicos: foco no cliente; trabalho em equipe permeando toda a organização; decisões baseadas em fatos e dados; e a busca constante da solução de problemas e da diminuição de erros.

Contudo, as primeiras noções de qualidade surgem ainda durante o Feudalismo, no processo de troca das mercadorias entre os pares que, ao realizarem o escambo, já se preocupavam com a qualidade do produto que utilizavam, agregando a eles graus diferentes de valores. Esse momento da História – reconhecido como a “Era da Inspeção”, demonstra que:

A preocupação com a qualidade de bens e serviços não é recente. Os consumidores sempre tiveram o cuidado de inspecionar os bens e serviços que recebiam em uma relação de troca. Essa preocupação caracterizou a chamada era da

inspeção, que se voltava para o produto acabado, não produzindo assim qualidade, apenas encontrando produtos defeituosos na razão direta da intensidade da inspeção (LONGO, 1996, p. 06).

Longo (1996) traça uma linha do tempo com as “Eras” da gestão e acontecimentos na sociedade, os quais influenciaram a forma de pensar a qualidade, visto que sempre estiveram aliados às demandas do mercado que transformaram a Gestão da Qualidade em fator determinante para a sobrevivência das organizações, como se pode acompanhar na Figura 1:



Feudalismo	30 e 40	50 e 60	70	80	90 até hoje
Voltava-se apenas para encontrar os produtos defeituosos que possuíam menor poder de troca	Introdução de técnicas de amostragem. Elaboração de sistemas de qualidade	Nova filosofia gerencial. A Qualidade deixa de ser um problema do produto e passa a ser da empresa.	Variáveis informacionais, políticas e socioculturais, influenciam e determinam mudanças no estilo de gerenciar	Interesse do impacto estratégico da qualidade nos consumidores e no mercado	Competitividade acirrada entre as organizações. A qualidade é o diferencial estratégico necessário à sobrevivência.
Inspeção	Controle Estatístico	Surgimento - GQT	DSI	Planej. Estrat.	Globalização

Figura 1 - Evolução do conceito de Qualidade
Fonte: Imagens extraídas de *Google imagens*

Com o objetivo de planejar e implantar um sistema de GQT (Gestão Qualidade Total) eficiente dentro das organizações, Garvin (1992) propôs quatro etapas evolutivas, caracterizadas pela influência do contexto de desenvolvimento social e tecnológico vivenciada por cada uma delas. Para se obter a GQT com eficiência, as etapas são: Inspeção, Controle Estratégico da Qualidade, Garantia de Qualidade, Gestão Estratégia da Qualidade.

Ainda segundo Garvin (1992), no contexto atual da Gestão Estratégica da Qualidade, as organizações que almejam a verdadeira eficácia da GQT observam que o controle precisa iniciar pelo projeto do produto e só cessar quando o produto estiver chegando às mãos de um cliente que sane sua necessidade e que fique satisfeito.

Na Gestão da Qualidade, o trabalho é de todos e tal pensamento

deve contagiar todas as etapas do processo, dando origem a uma política organizacional que proporcione uma sinergia entre os setores e funcionários da empresa.

A Gestão pela Qualidade Total é um sistema permanente e de longo prazo voltado para o alcance da satisfação do cliente, via processo de melhoria contínua dos produtos e serviços gerados pela empresa. Sendo que de caráter geral, uma Gestão pela Qualidade Total que efetivamente tenha controle sobre a qualidade, tem como necessidade a participação de todos os membros das empresas, incluindo gerentes, supervisores, trabalhadores e seus executivos, na busca do objetivo de melhoria contínua (MEAR, 1993 p. 12).

A Gestão Qualidade Total implica, assim, em se saber explorar as profundezas, as raízes, as bases, a partir de onde a qualidade é elaborada. A gestão da qualidade total é um processo circular e, portanto, sem começo e sem fim.

Pode-se dizer que gerenciar a qualidade do produto é por em prática ações deliberadas com o objetivo de se assegurar que as exigências dos clientes estejam sendo identificadas com precisão, e que estejam sendo atendidas de forma que a organização possa ter a máxima vantagem lucrativa possível.

A Evolução da Gestão na Administração Pública

De acordo com Paladini (2004), dentre os motivos que levaram o setor público a se interessar pela Gestão da Qualidade Total está a moralidade no serviço público, pois houve, neste quesito, maior exigência por parte dos contribuintes no que diz respeito à qualidade dos serviços que são oferecidos, por isso, é de suma importância o aprimoramento do sistema de gestão nos órgãos públicos (CATELLI; SANTOS, 2001).

Para que a Administração Pública forneça um serviço de qualidade que corresponda às exigências e expectativas da demanda, é necessário implementar um sistema de prestação de serviço, enquanto processo, para evitar falhas da qualidade de serviço e não só, mas, também, deve

recrutar funcionários competentes e responsáveis, com o espírito de equipe e comprometimento para realizar os serviços.

O Ministério do Planejamento (1995) apresenta três modelos básicos, através dos quais a administração pública evoluiu ao longo da história: a administração pública patrimonialista, a burocrática e a gerencial. Estas três formas se sucederam no tempo, embora ainda hoje possam ser identificadas características de todas elas.

No patrimonialismo, implantado no Brasil, na época em que o país era colônia de Portugal, não há distinção entre as esferas pública e privada, os detentores do poder usam a máquina do Estado para fins particulares, os tributos e emolumentos arrecadados pela administração se confundem com os bens pessoais do governante e os seus servidores possuem um *status* privilegiado. Conforme Reinhard Bendix, *apud* Silveira (2014): "No patrimonialismo, o governante trata toda a administração política como seu assunto pessoal, ao mesmo modo como explora a posse do poder político como um predicado útil de sua propriedade privada". A administração patrimonialista favorece a prática da corrupção e do nepotismo, é característica da maioria dos Estados absolutistas, porém, na medida em que o Capitalismo e a Democracia foram se tornando dominantes nas sociedades, o patrimonialismo foi se tornando inaceitável.

Como alternativa ao modelo patrimonialista, surgiu a forma burocrática de administração pública, que introduziu princípios do poder racional-legal, como a hierarquia funcional, a ideia de carreira, a especialização profissional, o formalismo e a impessoalidade. Nesta prática, controles rigorosos dos processos são estabelecidos dentro desse modelo de gestão para evitar a corrupção e o nepotismo, além de racionalizar e otimizar os meios de produção. Chiavenato (2002) define a burocracia como "uma forma de organização humana que se baseia na racionalidade, isto é, na adequação dos meios aos objetivos (fins) pretendidos, a fim de se garantir a máxima eficiência possível no alcance desses objetivos".

O avanço tecnológico e a globalização econômica no século XX,

bem como a crescente demanda dos cidadãos-clientes pela ampliação e melhoria dos serviços públicos, evidenciaram os problemas do modelo burocrático e motivaram o surgimento da administração pública gerencial. Este novo modelo de gestão não significa uma ruptura completa e radical com o anterior, uma vez que continua apoiado em fundamentos, tais como o da profissionalização, o da especialização, o da administração, e o da recompensa pelo mérito e pela competência, mas flexibiliza alguns desses princípios de modo a enfatizar o controle nos resultados e não nos processos internos, de acordo com Neves (2002).

Ainda de acordo com Neves (2002), na busca por uma definição precisa de objetivos que determinassem a autonomia do gestor público, sobre os recursos disponíveis e para a cobrança de resultados, a administração pública gerencial se assemelha à administração de empresas privadas, contudo, há nela características importantes que as distinguem.

Diferentemente das empresas que recebem pelos seus produtos ou serviços, visam o lucro e a satisfação de seus acionistas, a administração pública obtém sua receita a partir de contribuições obrigatórias e está voltada para o interesse público dos serviços prestados aos seus cidadãos-clientes.

O modelo de administração pública gerencial favorece a adoção da gestão estratégica no Estado, visto que propõe valores e práticas gerenciais mais modernas. A clara definição de objetivos para cada unidade da administração, a descentralização de funções, a flexibilização da gestão, o incentivo à criatividade, a competição administrada, a recompensa pelo desempenho e a visão do cidadão como cliente formam a trilha que leva o Estado a prover serviços sociais com mais qualidade e eficiência.

Como afirma Lima (1953), “A Administração Pública é a atividade do Estado exercida pelos seus órgãos encarregados do desempenho das funções públicas, dentro de uma relação jurídica que se estrutura ao influxo de uma finalidade cogente”. O autor ainda complementa a ideia,

dizendo que qualquer organização só funciona bem com a convergência entre a gestão de serviços e a boa governança.

Os serviços públicos, sobretudo de prestação de serviços, têm um papel de intermediação entre o governo e os cidadãos, pois é uma especificidade que precisa ser gerida com transparência e confiança (NEVES, 2002).

A Gestão Pública, a seu turno, não sofre a pressão para reduzir os custos e aumentar a eficiência, uma vez que as restrições são legais e regularizadas para a sua atuação. Mas ela, por outro lado, sofre influências políticas dos partidos e grupos da oposição, pressão dos cidadãos, visto que estes últimos contribuem diretamente para o aumento das receitas públicas (AZEVEDO, 2007).

CERTIFICAÇÃO ISO 9001 E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE TOTAL

Segundo a ABNT – Associação Brasileira Normas Técnicas (2005), a sigla *ISO* significa “Organização Internacional para Normalização” (em inglês: *International Organization for Standardization*).

De acordo com a ABNT (2005), a ISO trabalha com 180 comitês técnicos e centenas de subcomitês e grupos de trabalho. A ISO 9000 é uma série de cinco normas internacionais sobre o gerenciamento e a garantia da qualidade, que compreende a ISO 9000, ISO 9001, ISO 9002, ISO 9003 e ISO 9004. A ISO 9000 serve de roteiro para implementar a ISO 9001, ISO 9002 ou a ISO 9003.

Estas normas da qualidade podem ser entendidas pela diferença entre suas abrangências. A mais abrangente, a ISO 9001, incorpora todos os 20 elementos de qualidade da norma da qualidade; a ISO 9002 possui 18 daqueles elementos e a ISO 9003 tem 12 elementos básicos.

Ao longo da descrição do sistema de gestão da qualidade, percebe-se a abordagem voltada à competitividade, à eficácia e à flexibilidade da organização em atender à demanda de seus clientes. A qualidade está relacionada com a maneira de planejar, organizar e compreender cada

atividade que depende de cada indivíduo, em cada nível na empresa, fornecendo a metodologia integrada para desenvolver a melhoria contínua.

Envolve, por conseguinte, a participação das pessoas em equipes multifuncionais, tendo como prioridade o atendimento aos requisitos do cliente, o compromisso da gestão, o treinamento e a educação dos colaboradores que, em última análise, é uma necessidade para os processos de melhoria e conquista dos resultados. A relação da prática de gestão com a ISO 9001 basicamente está na aplicação dos procedimentos básicos implantados pelos requisitos normativos, pois foca a consistência da produção de produtos/serviços por meio de um sistema que pode ser auditado e certificado e pode ser considerada uma estratégia de evolução para a organização (SÁ; SINTRA, 2008).

O enfoque da qualidade total em relação à certificação ISO pode proporcionar melhores resultados na produtividade, na manutenção dos equipamentos e na motivação dos colaboradores, pois exige compromisso da gestão, na mudança cultural, no treinamento e educação do empregado e no atendimento dos requisitos dos clientes. O sistema de qualidade total como uma iniciativa de gestão é uma maneira de pensar que tem ajudado muitas organizações a alcançar o *status* de classe mundial, visto que proporciona uma cultura de confiança, participação, equipes de trabalho mais treinadas, zelo pela melhoria contínua, aprendizado contínuo e uma cultura de trabalho que contribuem para o sucesso e existência da organização (ABNT/CB-25).

Conhecendo Algumas Administrações Públicas com Certificação ISO

O Banco Central do Brasil, que tem por missão assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente no país, recebeu, em novembro de 2012, pela certificadora BRTUV, o certificado ISO 9001:2008, no escopo da "Gestão de Reservas Internacionais".

O TCMSP – Tribunal de Contas do Município de São Paulo recebeu a certificação ISO 9001, concedida em 1996, no prazo recorde de 08 meses, pela British Standards Institution (BSI).

A Prefeitura Municipal de Colombo / PR recebeu, do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), certificação ISO em seu Setor de Compras, de acordo com os requisitos da Norma ABNT/NBR ISO 9001.

A Prefeitura Municipal de Gramado / RS foi a primeira Prefeitura do Brasil a conquistar a certificação ISO 9001:2008, conferido pela Certificadora Internacional DNV, em 2008.

A Câmara de Vereadores de Ipatinga – MG destaca-se, dentre as demais organizações do gênero, por fazer parte de um seleto grupo de Câmaras Municipais certificadas pela NBR ISO 9001:2008.

A Câmara Municipal de Salvador, detentora do ISO 9001, versão 2000, foi certificada pela Bureau Veritas Certification, em 2007.

As empresas públicas de nosso país, tais como as listadas acima, prestam os mais variados serviços a nós mesmos, cidadãos brasileiros. Quanto mais essas empresas buscarem a excelência na gestão da qualidade, esperamos todos, que melhores serviços sejam oferecidos por essas instituições e que o dinheiro público seja mais bem utilizado.

Nos exemplos acima, arrolados por meio de consulta em sítios eletrônicos, pudemos perceber uma melhora na qualidade do atendimento, na realização das atividades dos funcionários, proporcionando uma satisfação ampliada aos cidadãos-clientes, além de maior agilidade no atendimento, gerando, assim, redução de tempo para o desenvolvimento de outras atividades.

Tratamento de dados coletados a partir da certificação ISO

Para analisar a prática da ISO 9001 de Sistema de Gestão da Qualidade e sua evolução, adotamos a metodologia de exame de notícias divulgadas em *sites* oficiais dos órgãos citados e notícias publicadas em jornais.

No caso da Câmara Municipal de Salvador, pela primeira vez certificada em 2007, com o ISO 9001, versão 2000, em dezembro de 2011, vimos que esta Câmara ampliou seu escopo e renovou a certificação.

Primeira casa legislativa municipal a implantar a política de qualidade e a obter o selo entre as capitais brasileiras, a Casa saltou de 31 para 40 procedimentos certificados, sendo 18 na área fim (Legislativo), e outros 22 em atividades de apoio. Com a ampliação do escopo, também foram certificados o Protocolo Administrativo e a Controladoria. Para tanto, a Câmara Municipal de Salvador estabeleceu e reforçou com seus colaboradores a sua Política da Qualidade, o que inclui, entre outros aspectos, o comprometimento com os requisitos e com a melhoria contínua da eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade.

Noutro exemplo, o da Prefeitura de Gramado / RS, vemos que esta foi a primeira Prefeitura do Brasil a conquistar a certificação em 2008 e, desde então, operando com a filosofia de qualidade total no atendimento dos seus Clientes (moradores/turistas), oferecendo serviços e ou produtos de qualidade, passou a acumular históricas de sucesso junto ao cidadão-cliente. Além de detectar a necessidade de capacitação dos funcionários e de qualificação dos serviços prestados à comunidade, Gramado lançou uma campanha de economia interna para otimizar os gastos com água, energia e telefone, ou seja, a ISO envolve tudo e todos na gestão para ter uma equipe com alto potencial voltado para a eficiência e uma gestão engajada com redução de custos, boa aplicação de recursos e práticas modernas de administração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo apresentar uma reflexão acerca da interface entre o sistema de gestão da qualidade e a administração pública.

De acordo com nossa metodologia de exame superficial realizada pelos sítios de alguns dos exemplos de órgãos públicos que implantaram o sistema de gestão da qualidade, percebemos que a implantação da certificação é um diferencial no mercado e a garantia de satisfação dos cidadãos-clientes, pois as ferramentas oferecidas proporcionam um serviço público de qualidade

além, de facilitar o planejamento ao gestor e monitoramentos diferentes das administrações onde o sistema ainda registra informações que mostram resultados eficientes de uma boa gestão administrativa.

A globalização pede mudanças a todo instante e a sociedade está cada vez mais exigente, não importa o tipo de serviço público que esteja sendo prestado. Nesta decorrência, uma evolução contínua possibilitada pelo sistema de gestão da qualidade se faz através de novos instrumentos de trabalho, nos quais os envolvidos, desde que comprometidos, vão transformar o órgão público por dentro e por fora, além de oferecer serviços de alta qualidade aos cidadãos-clientes.

REFERÊNCIAS

ABNT/CB-25 – *Associação Brasileira de Normas Técnicas /Comitê Brasileiro da Qualidade*. Informações. Disponível em: <<http://www.abntcb25.com.br>>. Acesso em: 20 de março. 2015.

ABNT NBR ISO 9001:2008. *Sistemas de Gestão da Qualidade – Requisitos*. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2008.

AZEVEDO, Alfredo. *Administração Pública Modernização Administrativa, Gestão e Melhoria dos Processos Administrativos CAF e SIADAP*. Vida Econômica, 2007.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. *Programa da qualidade e participação na administração pública: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado*. Brasília: MARE, 1997.

CATELLI; ARMANDO; SANTOS, EDILENE S. Mensurando a criação de valor na gestão pública. Trabalho apresentado na 13th Asian Pacific Conference on International Accounting Issues. Rio de Janeiro, 28-31 de outubro, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. *Teoria geral da administração*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2002.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia Científica*. São Paulo: editora McGraw-Hill, 1976. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/4194259/cervo-amado-luiz-bervian-pedro-alcino-o-conhecimento-cientifico>. Acessado em 12 de março de 2015.

COTRO, Alex. *A gestão da Qualidade Total e suas influências na competitividade empresarial*. Cadernos de Pesquisa em Administração, São Paulo, v.1, n. 2, 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C02-art04.pdf>>. Acesso em: 25 de março de 2015.

CRUZ, João da & CRUZ, José da. *Qualidade do Atendimento: Estudo de*

caso Centro de Atendimento ao Contribuinte na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu (2008). Disponível em: <http://www.udc.edu.br/monografia/monoadm31.pdf>. Acesso em 14 novembro 2014.

GARCIA, Gerson Engrácia. A qualidade no serviço público: um estudo de caso sobre a implantação e a continuidade de programa de gestão pela qualidade total. Revista do Centro Universitário Barão de Mauá, v.1, n.2, jul/dez, 2001. Disponível em: <http://www.baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/jornal/v1n2/artigo05.html>. Acesso em: 25 março de 2015.

GARVIN, D. A. Gerenciando a qualidade: a visão estratégica e competitiva. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992.

LIMA, Ruy Cirne. Sistema de Direito Administrativo Brasileiro – Introdução. Ed. Santa Maria, 1953.

LONGO, Rose Mary Juliano. Gestão da Qualidade: Evolução Histórica, Conceitos Básicos e Aplicação na Educação. In: SEMINÁRIO SOBRE GESTÃO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: EM BUSCA DA EXCELÊNCIA. São Paulo, 1995. Texto para discussão n. 397. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.dcce.ibilce.unesp.br/~adriana/ceq/Material%20complementar/historia.pdf>. Acesso em 25 de novembro de 2014.

LONGO, R. M. J.; VERGUEIRO, W. Gestão da qualidade em serviços de informação no setor público: características e dificuldades para sua implantação. Rev. Dig. Bibliotecon. Ci. Inf., Campinas, v.1, n.1, p. 39-59, 2003.

MEARS, P. How to stop talking about, and Begin progress toward total quality management. In: Business Horizons. V. 36. Greenwich, 1993, p. 66-68.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: MPOG, 1995. Disponível em: www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf > Acesso em: 14 novembro 2014.

NEVES, Arminda. Gestão na Administração Pública. Cascais: Portugal, 2002.

PALADINI, EDSON P. Gestão da Qualidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2004.

RODRIGUES, Maria Alice M. Rodrigues. Gestão da Qualidade Total na Administração Pública Municipal: Avaliação do Estágio Gerencial da Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Alegre sob a Ótica do Modelo do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade. IBGEN, 2008. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sma/usu_doc/maria_alice_michelucci_rodrigues._tcc.pdf. Acesso: 27 de março de 2015.

ROSENHOOVER, D. & KUHN, H. Total quality management and the public sector, Public Administration. Quarterly: Randallstown, 1996.

RIGONI, José Ricardo. ISO 9001 em Órgãos Públicos. Disponível em: <http://www.totalqualidade.com.br/2013/01/iso-9001-em-orgao-publicos.html>. Acesso em 27 de março de 2015.

RUTHES, Jeffer. Gestão da Qualidade Total. In: WIKPEDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Gest%C3%A3o_da_qualidade_total>. Acesso em: 25 de novembro de 2014.

SÁ, Patrícia Moura; SINTRA Olivia Fernandes. Modernização administrativa e gestão da qualidade: um estudo empírico nos municípios portugueses. FEUC / Gabinete de Qualificação na Administração, Câmara de Pombal, 2008. Disponível em: <http://notas-economicas.fe.uc.pt/texts/ne027n0192.pdf>. Acesso em 25 de março de 2015.

SILVEIRA, Daniel Barile da. Patrimonialismo e a Formação do Estado Brasileiro. Disponível em: <www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/Daniel%20Barile%20da%20Silveira.pdf>. Acesso em: 28 de novembro de 2014.

INDÚSTRIA CULTURAL: CONCEITOS E DIÁLOGOS

Affonso da Mata Morais⁶⁰
Prof. Dr. Marcelo Pessoa⁶¹

RESUMO: Este trabalho é proveniente dos estudos realizados durante a confecção do Trabalho de Conclusão de Curso (Administração, UEMG, Unidade Frutal, 2014-2015), intitulado “PERFIL ATUAL DA COMUNICAÇÃO DE MASSA: A ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL”. Das observações a ele associadas, constituiu-se a necessidade de derivar este artigo, tratando com mais vagar alguns tópicos sobre os meios de comunicação de massa, da intensidade de seu emprego social e de sua confluência com as novas tecnologias, pondo em evidência o perfil de suas interferências nos fundamentos socioculturais da sociedade. A compreensão destas questões, portanto, ficará centrada nos pensamentos oriundos da Escola de Frankfurt⁶² (anos 60) e da Escola de Chicago (anos 80), contextualizados no Século XX, transpostos para o Século XXI. Os resultados desta pesquisa apontam, assim, para delimitar o momento histórico da sociedade em que se passou a discutir o mecanismo de estimulação midiática do desejo de consumo e da elevação de sujeitos comuns ao status de objetos de adoração.

PALAVRAS-CHAVE: Indústria Cultural, Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação, Sociedade.

ABSTRACT: This work is from studies conducted during the preparation of the final project (Administration, UEMG, Fruity Unit, 2014-2015), entitled "CURRENT PROFILE of MASS MEDIA: the CREATIVE ECONOMY in BRAZIL". The associated observations, was the need to derive from this article, dealing with more wander a few topics on the mass media, the intensity of your job and its confluence with the new technologies, highlighting the profile of their interference in the society and cultural foundations. The understanding of these issues, therefore, will be centered on the thoughts from the Frankfurt School (60 years) and the school of Chicago (80 years), context in the 20th century, translated into the 21st century. The results of this survey point to delimit the historic moment of the society in which they went on to discuss the mechanism of media stimulation of desire and the elevation of subjects common to the status of objects of worship.

KEYWORDS: Cultural Industry, new information technologies and communication, society.

INTRODUÇÃO

O termo “indústria cultural” foi cunhado na Escola de Frankfurt, na década de 1930 e 1940, por Theodor Adorno e Max Horkheimer. A pluralização da massificação das culturas radiofônicas e cinematográficas ampliou a industrialização da arte, transformando-a em um negócio disseminador de uma satisfação que não poderia existir, tendo em vista que emanavam de

⁶⁰ Graduado em Administração pela UEMG – Universidade do Estado de Minas, Unidade Frutal.

⁶¹ Orientador do Programa de Pós-Graduação da FaPP. Docente na UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal. Desenvolve Projeto de Pesquisa com o apoio da UEMG e do Estado de Minas Gerais, via prêmio de fomento à pesquisa docente obtido por meio do Edital PAPq 08/2015.

⁶² A Escola de Frankfurt inaugurou o estudo crítico da comunicação nos anos 1930 e combinou economia política dos meios de comunicação, análise cultural dos textos e estudos de recepção pelo público dos efeitos sociais e ideológicos da cultura e das comunicações de massa (KELLNER, 2001, p. 43-44).

necessidades tornadas artificialmente iguais pelo *mass media*⁶³.

Desse modo, a indústria cultural e seus veículos de propagação, como o rádio, a televisão, o cinema e outros que foram desenvolvidos após sua erupção conceitual, são vistos como um grande negócio, e passaram a alienar a sociedade impondo-lhe modelos padronizados a serem voluntária ou involuntariamente seguidos.

A figura midiática criada e vendida por estes mecanismos, tais como os “famosinhos da internet”, as “celebridades da TV” ou os “ídolos do futebol”, de certa forma, viola a racionalidade da massa humana, dominando-a e fazendo-a aceitar esta situação de idolatria acriticamente. Assim, neste texto, vemos a conveniência de se falar da desenvoltura social e cultural do homem, associando-a à evolução de seus meios de comunicação.

O progresso da espécie humana, “diferenciada dos outros animais pela capacidade de modificar a natureza de acordo com sua inteligência e vontade”, como dita Bizzocchi (2003, p. 21), há muito tempo vem sendo estudado por filósofos, biólogos, cientistas sociais, dentre outros, com o intuito de ser cada vez mais pormenorizado.

A potencialidade cerebral atingida pelo *homo sapiens* proporcionou o desenvolvimento da comunicação, inicialmente de forma simples, porém, capaz de suggestionar o pensamento, a maneira de se comportar no meio, a criação e ampliação de uma cultura paralela, originando dentro da sociedade de massa uma necessidade contínua de se comunicar.

Com efeito, todas estas modificações sofridas viabilizaram recursos que repercutem na capacidade do homem em interagir e criar um universo cultural.

Por meio dessa mesma dúplici evolução, consegue-se entender as razões pelas quais os atuais meios de comunicação fazem parte e influenciam tanto a vida de todo ser humano. Ou seja, com a possibilidade de assumir o controle de seus instintos, o homem teve a mestria de criar universos e práticas

⁶³ "Mass media" é uma expressão em língua inglesa que significa *intermediário* ou *suporte de massas*. Os "mass media" são, ao mesmo tempo, canais de difusão e meios de expressão que se dirigem não a um indivíduo personalizado, mas a um "público-alvo" definido por características socioeconômicas e culturais determinadas pelo *briefing* do anunciante ou do dono do veículo, em que todos os receptores são anônimos" (Adaptado de: A. Moles, *La Communication et les mass media*, Gérard-Marabout, 1971). Desse modo, os *Mass Media* são sistemas organizados de produção, difusão e recepção de informação. Estes sistemas são geridos por empresas especializadas na comunicação de massas e exploradas nos regimes concorrenciais, monopolísticas ou mistos. As empresas podem ser privadas, públicas ou estatais.

culturais dessemelhantes e, de tão atraentes entre si, apesar de díspares, foram capazes de integrar num só corpo todo o hábito existencial da massa. Depois de desenvolvida, foi possível notar que o progresso do homem e da comunicação se deu simultaneamente.

Isto posto, no primeiro trecho, apresentamos algumas particularidades da relação do homem com os meios de comunicação, dando ênfase ao caráter histórico de sua evolução social.

Da mesma maneira, noutro momento do texto, abordamos a categoria cultura, retratando a construção do indivíduo contemporâneo, desde um momento não civilizado à sua integração tecnológica localizada na contemporaneidade.

Noutra parte da escrita, nos debruçamos sobre a ideia de compreender o modo como se erige em nossa sociedade o fenômeno midiático, a partir da correlação dessas “celebridades” com o correlato religioso, a “divindade”.

Em seguida, damos à luz nossas conclusões e referencial bibliográfico.

O HOMEM E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Desde o prelúdio do desenvolvimento da espécie humana, é certo que havia algum tipo de comunicação – mesmo não tendo detalhes físicos desta prática, por conta do remotismo desta questão, subentende-se que existia um diálogo homem-natureza, por exemplo. E, em virtude disso, imagina-se que essa comunicação embrionária possibilitou uma maior interação e convivência do homem com o seu meio e, conseqüentemente, quanto maior fosse o relacionamento entre eles, mais se criavam e compartilhavam códigos⁶⁴ e signos⁶⁵, a fim de transmitirem soluções para as dificuldades encontradas para todo o grupo social.

Independentemente do quão evoluída estava a espécie humana, a

⁶⁴ Muitos animais utilizam gritos, berros e posturas corporais a fim de assinalar perigo, a presença de comida, disposição para acasalar e caçada coordenada. Conforme a capacidade de aprendizagem foi crescendo ao longo de milhões de anos de evolução pré-humana, sistemas de comunicação baseados em símbolos e sinais sem dúvida foram ficando cada vez mais elaborados, convencionados e, de fato, efetivados (DEFLEUR, 1993).

⁶⁵ Um signo é um sistema de dupla face, formado por um significante que esconde um significado que necessita ser descoberto. O significado dos signos surge da articulação do significante, e o significado, na unidade do signo linguístico (GOMES, 2004).

busca pela sobrevivência uniu, assim, os indivíduos, originando grupos que, indubitavelmente, tinham seus próprios códigos. Porém, quanto mais evoluídos, maior deveria ser a quantidade e mais perfeitos se tornavam os códigos por eles compartilhados. Desta maneira, coadunando o domínio dos instintos do homem, mencionado por Bizzocchi (2003), com o que é enunciado por DeFleur (1993), explica-se, ao menos em parte, o fenômeno comunicacional que foi o aparecimento de crenças, hábitos, regras e a conversão do estado primitivo para o civilizado, fazendo derivar, também, os modos culturais múltiplos de cada grupo, de acordo com suas crenças e atividades que exerciam:

Não obstante, é o domínio dos sistemas de comunicação usados para armazenagem, troca e difusão que representa os pontos de mudança críticos da história humana e até da pré-história. Foi a crescente capacidade para comunicar-se cabal e perfeitamente que levou ao desenvolvimento crescente de complexa tecnologia, e a mitos, lendas, explicações, lógica, hábitos, e às regras complexas para o comportamento que possibilitaram a civilização (DEFLEUR, 1993, p. 22).

Com o olhar voltado para esta transição de estados do homem, vê-se que o ambiente em que ele se inseria – por mais que não fosse possível a fixação por muito tempo em certas regiões, em virtude do esgotamento dos recursos para a sobrevivência – foi sendo modificado, devido ao seu modo de reagir às transmutações, as quais eram causadas por ele mesmo ao se deparar com as condições do meio:

Portanto, ao adquirir o poder de interferir arbitrariamente no funcionamento da natureza e ao assumir o controle de seus instintos, o homem produziu uma ruptura entre o universo natural e o universo das práticas humanas, também chamado de universo cultural⁶⁶ (BIZZOCCHI, 2003, p. 21).

Tudo isso demonstrou a superioridade da adaptação interna e externa do homem, que precisou migrar diversas vezes para sobreviver – tão grandioso foi esse feito humano, que Blainey (2009, p.11) a isto se reporta, assim: “[...] é

⁶⁶ Segundo a antropologia estruturalista, cujo maior expoente é, sem dúvida, Claude Lévi-Strauss, pertence ao universo da cultura tudo o que o homem acrescentou à natureza, assim como tudo o que não é hereditário, mas aprendido pelo homem (BIZZOCCHI, 2003, p. 21).

possível que os primeiros humanos a se arriscarem em novas áreas tropicais tenham sido facilmente eliminados por predadores”. Além disso:

Entende-se por adaptação o conjunto de características que contribuem para a sobrevivência e reprodução de uma espécie num determinado meio ambiente. Nos desertos, por exemplo, os camelos são capazes de tolerar a escassez de água, devido a uma série de características que apresentam, tais como: resistência à desidratação, capacidade de utilização da água metabólica, resistência às variações internas de temperatura. Deslocando-se esses animais das regiões desérticas para as regiões árticas, eles teriam grandes dificuldades para sobreviver nas novas condições ambientais. Além de encontrarem um clima totalmente diferente, teriam de competir pelo alimento disponível com espécies extremamente ajustadas a esse ambiente, como o caribu e o boi-almiscarado. Da mesma maneira, a transferência de caribus para o deserto acarretaria, para esses animais, grandes problemas de ajustamento ao novo ambiente. Assim, pode-se concluir que, na natureza, cada espécie desenvolve suas atividades em ambientes mais ou menos específicos, explorando os recursos do meio de acordo com as características morfofisiológicas que apresenta (PAULINO, 1997, p. 142-143).

Essas inúmeras modificações da espécie, geradas não só pela adaptação, contribuíram gradativamente para o desenvolvimento dos códigos e dos signos que, hoje, são superiores aos modelos de comunicação da Era em que os símbolos e sinais utilizados eram semelhantes aos de qualquer animal quando este desejava expressar alguma ação.

Porquanto, a interação e a aptidão da sociedade com o meio promoveram e suscitaram, quase desde sempre, a evolução e o desfrutar desta influência para se incluir num sistema socialmente acoplado, transfazendo-se num sistema com um acoplamento flexível⁶⁷. Não obstante, à custa dessas adaptações e das culturas aprendidas e transmitidas pelo homem, relima-se suas evoluções – física, mental e culturalmente.

A priori, os avanços, em relação ao desenvolvimento dos gestos, da fala, dos símbolos, ou seja, dos códigos comunicacionais, tardaram muito para progredir – posto que, inicialmente, fosse preciso ao homem desenvolver sua massa encefálica para, só então, adquirir o *know-how* apropriado aos meios

⁶⁷ Aquele em que a transferência de energia entre dois sistemas se realiza com uma eficiência da mesma ordem de grandeza, do primeiro para o segundo sistema, e vice-versa. (Quando o acoplamento é flexível, o primeiro sistema influencia o segundo e é, por sua vez, influenciado por este) (FERREIRA, 2004, p. 39).

tecnológicos de produção e de difusão da informação.

O homem nasce para a comunicação

A “Era dos Símbolos e Sinais”, praticamente foi a primeira das fases comunicativas humanas, se caracterizando pela emissão dos sons e das linguagens corporais, dando razão e significado à expressão “comunicação homem-natureza” à qual recorreremos no início do trabalho.

Em seguida, já na “Idade da Fala e da Linguagem”, nota-se uma significativa evolução, em que o aparato comunicacional serve para memorizar e transmitir os códigos semelhantes que haviam sido criados pelos ancestrais, do que se depreende a exigência de uso de uma maior fatia das habilidades cerebrais.

A “Era da Escrita”, depois de desenvolvidos e memorizados alguns símbolos, veio para padronizar os significados de cada um deles – o que desenvolveu enormemente o conhecimento humano, pois, a partir de então, caso ele esquecesse, seria possível retornar ao local onde havia sido feito o registro.

A “Idade da Imprensa” possibilitou a propagação das informações, num momento inicial, apenas para uma elite, porém, depois, para as massas, de forma precisa, direcionada e em grande quantidade.

Na “Era da Comunicação de Massa” foi possível a aceitação das informações vindas de todos os meios até a massa. Há, neste momento, uma diluição do critério em favorecimento à satisfação do desejo.

A cultura nasce para o homem

Hodiernamente, os veículos da comunicação de massa foram e são, sem dúvida, fortes influenciadores na vida e na cultura das pessoas. Kellner (2001) retrata a cultura como uma atividade que exige muita participação, na qual as pessoas criam sociedades e identidades, mas, também, são modeladas e passam a cultivar as suas potencialidades.

Este autor demonstra que esta categoria de pensamento apresenta

amplo sentido de compreensão, trazendo à baila uma série de informações a respeito dos muitos significados e representações existentes para a ideia de cultura em cada sociedade. Uma delas, por exemplo, e dentro daquilo que nos interessa estudar aqui, foi criada a partir da indústria cultural, por meio dos conteúdos publicados pela mídia, e se resume, culturalmente falando, basicamente naquilo que o público consegue consumir.

Junto a isso, o modo de viver e pensar da sociedade trajou-se desta ideologia modernista consumismo *mass media*, devido à inserção de ideias arquitetadas pelo Capitalismo⁶⁸.

De forma axiomática, o Homem, posto como um animal superior – mesmo que imerso no *mass media* pareça não sê-lo – é capaz de absorver muitas informações e, as possuindo, pode modificar seu modo de ser, reagir às ações do seu meio, criar e cultivar uma cultura:

A anatomia aristotélica ressalta a importância da distribuição da matéria nas funções orgânicas. O correlacionamento entre os estados psíquicos e os processos fisiológicos só se verifica nos seres mais desenvolvidos. Os animais superiores são dotados de matéria, forma, movimento, sensibilidade e potencialidade receptiva. Enquanto as plantas possuem apenas propriedades nutritivas, os animais são também dotados de propriedades sensitivas e motoras. O homem ocupa o vértice da pirâmide, aliando a todas essas propriedades uma potencialidade receptiva em grau elevado (ARISTÓTELES, 2006, p. 16).

Porém, mesmo que na teoria da anatomia aristotélica haja referência à importância das funções orgânicas na distribuição da matéria nos indivíduos, os antropólogos, mediante seus estudos, estão cientes de que o determinismo biológico não irá interferir na cultura que o indivíduo cultivará:

Em outras palavras, se transportarmos para o Brasil, logo após o seu nascimento, uma criança sueca e a colocarmos sob os cuidados de uma família sertaneja, ela crescerá como tal e não se diferenciará mentalmente em nada de seus irmãos de criação. Ou ainda, se retirarmos uma criança xinguaná de seu meio e a educarmos como filha de uma família de alta classe média de Ipanema, o mesmo acontecerá: ela terá as mesmas oportunidades de desenvolvimento que os seus

⁶⁸ Segundo Claude Jessua, o termo “capitalismo”, apesar de sua desinência, não corresponde a uma construção do espírito ou a um sistema teórico. Foi forjado no século XIX por socialistas franceses, como Proudhon, Pierre Leroux ou Blanqui, que assim designavam o sistema econômico e social de sua época, um sistema que esperavam ver substituído, em um prazo mais ou menos longo, pelo “socialismo”.

novos irmãos (LARAIA, 2007, p. 17-18).

À vista disso, e diante de toda essa potencialidade receptiva dita por Aristóteles (2006), e a faculdade de adaptação, explanada junto à antropologia por Laraia (2007), consegue-se perceber uma das razões pela qual as pessoas criam certos tipos de crenças em torno de um conceito, de uma imagem ou de um produto. O quidam, de maneira favorável ou não, sempre irá apresentar reações às ações do meio.

OBJETOS DE CULTO, SIGNOS DA LINGUAGEM

Por estar inserido em um ambiente que possa apresentar ações negativas, o indivíduo, possuidor de habilidades (percepção e adaptação), por mais que ele tenha muitas intenções positivas, muito possivelmente se adaptará aos moldes negativos deste ambiente. Isso não significa que o meio está interferindo na sua cultura, mas sim, que o indivíduo está apresentando, por meio de sua percepção, as reações condizentes às negatividades expostas a ele. Caso ele não depreenda com uma ideologia que o faça aprender e o leve a ter reações diferentes dali, facilmente ele irá se adaptar às práticas ruins de onde está.

E isso se fortalecerá ainda mais com a potencialidade receptiva, em razão de estar sempre recebendo somente aquele aprendizado e seu lado positivo estar sendo inibido pelos hábitos ruins. Logo, mediante a essa junção de pensamentos, partindo do desenvolvimento evolutivo da espécie humana, da grande capacidade receptiva, da inserção em uma sociedade, da adaptação ao meio, e tudo isso gerando um intercâmbio individual e grupal, consegue-se chegar à hipótese de que este contexto é um dos prováveis motivos pelo qual a cultura idolátrica se forma a partir do cultivo e a veneração de celebridades, ídolos e divindades.

Há muito tempo, assim que se passou a viver em grupo e semear culturas, o homem começou a produzir imagens consideradas superiores ou, de algum modo, capazes de ir além da dele (celebridades, ídolos e divindades). E estes, ora representam o sucesso, representavam o céu, a água, o fogo ou a espiritualidade de um modo geral.

Hoje, após muito tempo de progresso no uso dos símbolos, na expansão dos diálogos e na transmissão destes para a massa, pouco mudou no tocante à veneração de imagens e o culto idólatra.

Com o amplo desenvolvimento dos veículos de comunicação de massa, espalhar o que se prega válido para todos se tornou mais fácil e atinge as pessoas de forma mais abrangente do que em qualquer outra Era. Por esta razão, é possível a Toscani (2009) comparar a existência de Jesus Cristo com uma imagem da Coca-Cola, uma vez que ambos foram sendo disseminados, por meio de uma grande campanha publicitária.

Noutros termos, o quidam, ao nascer, se depara com um meio em que se idolatrava ou se execrava essa personificação e seus ideais, aprendendo a louvar ou abominar Jesus Cristo ou a Coca-Cola, por exemplo: “A maior campanha publicitária da história da humanidade foi a de Jesus Cristo. Ela lançou um *slogan* universal: ‘Amai-vos uns aos outros’. E um admirável logotipo: a cruz” (TOSCANI, 2009, p. 129).

Doravante, a evolução dos códigos e dos signos encontrou meios para se desdobrar em mensagens propagandistas que se tornariam ingerências na propagação de pensamentos e, neste caso, religiosos, voltada para um determinado público a ser alcançado. Mesmo que, às vezes, não houvesse nenhum objetivo específico, ou nem ao menos se pensasse em fazer alguma publicidade com o nome de Jesus Cristo, por exemplo, a forma com que foi alastrada a sua imagem se mostra, atualmente, como uma referência estruturada em moldes propagandistas próprios da indústria cultural.

A tecnologia da informação como avatar de sucesso e fracasso na indústria cultural

O desenvolvimento das tecnologias voltadas para amplificar os meios de comunicação de massa⁶⁹, estabelecidos mais fortemente pela indústria cultural – produzindo uma redução do senso crítico da massa, que, conseqüentemente,

⁶⁹ De acordo com Gabriel Cohn, “o termo massa designa uma coletividade de grande extensão, heterogênea quanto à origem social e geográfica dos seus membros e desestruturada socialmente. Isto é, trata-se de um coletivo, contíguo ou a distância, de indivíduos indiferenciados quanto a normas de comportamento, valores e posições sociais, pelo menos naquilo que diz respeito a uma situação determinada” (GOMES, 2004).

se tornava passiva às informações e mercadorias anunciadas –, conseguiu fazer com que as informações se propalasse de maneira mais energética, dando início a uma Era em que os indivíduos se tornaram mais preguiçosos no que diz respeito à ação de pensar.

No livro de Montalvão (1975) – *Moderna Enciclopédia de Relações Humanas e Psicológica em Geral* – se demonstra que o homem tende a passar por três etapas na vida, sendo: a fase do instinto, a fase do intelecto e a fase do espírito. Assim, se se considerar que o homem se deixa levar pelas imposições determinadas por outras pessoas no contexto da comunicação de massa, concluir-se-ia que poucos homens atingem a segunda etapa da vida, permanecendo todos na fase do instinto: “Nessa fase acredita que sua felicidade consiste exclusivamente na posse dos bens materiais, na fama, popularidade etc.” (MONTALVÃO, 1975, p. 15).

Por causa do potencial receptivo elevado do indivíduo, posto por Aristóteles (2006), e as inúmeras fontes de informações disparadas no ambiente social, insanamente, o obscurecimento da massa é favorecido, em consequência de que os conteúdos estão quase sempre voltados somente para os interesses de seus informantes. As mentes que passaram a pensar, a partir da “Era da Comunicação de Massa”, foram apenas as que se posicionaram por trás dos veículos de comunicação. Este feito dificultou a organização de uma vida individual ímpar, submetendo a maioria das pessoas à deriva da organização capitalista, assim como apresentado pelo pensamento de Sennet (2007): “O problema que enfrentamos é o de como organizar as histórias de nossas vidas agora, num capitalismo que nos deixa à deriva” (SENNETT, 2007, p. 140).

Ou seja, a sociedade passou a viver cada vez mais na correria cotidiana, visando sempre o provento e uma maneira para subsistir no nível social imposto pela ideologia apregoada pelo capitalismo de consumo. Com isso, menos tempo restou para produzir os próprios conteúdos e ideias individuais. Os meios de transmissão das informações de massa conseguiram alcançar todas as pessoas, em qualquer lugar, inclusive nos momentos de repouso. E, como todas vivem em uma constante velocidade, quanto mais “mastigada” (fácil de compreender) se apresentar a informação, menos a pessoa terá que

pensar, absorvendo-a descomplicadamente. Entretanto, quanto mais se “mastiga” essa informação na origem, mais esta informação poderá sofrer modificações: “A publicidade não vende produtos nem ideias, mas um modelo falsificado e hipnótico da felicidade” (TOSCANI, 2009).

Para melhor elucidarmos estes fatos, vejamos a semelhança alegórica que há entre o homem imerso nas teias da comunicação de massa e a atitude de uma ave fêmea ao alimentar seus filhotes.

Com o objetivo voltado para que eles, os filhotes, possam consumir o que se oferece, ela mastiga o alimento e, logo em seguida, o serve na boca de cada um, nada mais do que as partes das quais crê serem necessárias para o crescimento deles. Em algum momento, essa ave fêmea poderá triturar menos os alimentos, dando um maior trabalho para os filhotes ingeri-los – tornando-se assim, uma situação em que eles possam não apreciar.

Porém, quanto mais essa ave fêmea moer, mais fácil será para seus filhotes se alimentarem, e o farão cada vez mais com mais prazer, gerado pela facilidade com a qual o alimento lhes chega. Desse modo, percebe-se que quanto mais mastigado se apresentar o alimento, com mais apreço será absorvido. Mas, nem por estar mais ou menos triturado, o filhote não questiona de onde veio tal comida, permanecendo à deriva do que sua genitora lhe fornece – pois se trata de um processo da natureza, no qual a genitora sabe a hora certa de deixá-lo, por si só, buscar seu próprio alimento. Contudo, só quando o filhote passa a ir até o alimento é que ele aprende de onde vem e do que é que ele está se nutrindo.

Portanto, na comunicação de massa, dentro do sistema capitalista, o homem seria o filhote que receberia, constantemente, o alimento (informação). Já, a ave fêmea, seria protagonizada pelos profissionais responsáveis por criar e transmitirem a informação. Ao tentarem nutrir a massa com conteúdos de caráter informativo ou persuasivo, os encarregados pela produção mastigam e trituram esse alimento da maneira com a qual visam conseguir os objetivos imaginados (audiência, venda de produtos etc.). Os filhotes, incessantemente na correria e pretendendo se alimentar de todo o tipo de informação, não questionam as fontes e embasamentos tomados pelos transmissores. Logo, se tornam consumidores à deriva do que recebem e permanecem crentes de que

estão saciados do que necessitam por certo tempo.

A questão é que nem toda informação lançada pelos meios de comunicação é totalmente verdadeira, o que pode causar desconforto no receptor, ao invés de uma nutrição saudável, ou seja, no curso de nossa alegoria, ele se tornará portador de uma “obesidade informativa”. No sentido denotativo da alimentação dada ao filhote pela ave, a natureza se mostra como intermediadora da situação e mostra ao filhote que ele está evoluindo. No entanto, no sentido conotativo, verifica-se que a natureza – a sociedade – está se tornando, ao contrário, uma entidade acrítica e deteriorada.

CONCLUSÕES

Em nossos estudos, pudemos perceber que, à custa da evolução do homem e da psicobiologia⁷⁰, é que ele, o homem, gradativamente, vai se tornando um ser cultural – ampliando sua capacidade de aperfeiçoar o seu progresso e dos demais membros do grupo. Mas, não antes, de ter passado pelo estágio de ser um animal bruto e solitário, visto que tende a passar a conviver mais harmoniosamente com seus semelhantes, já que detentor de maiores parâmetros de razão sobre seus atos.

Vale dizer, que este estágio foi chamado por Rousseau de o “bom selvagem”, visto que o homem apresenta, neste ciclo existencial, uma maior familiaridade com sua natureza, momento em que reparte seu trabalho, sabendo que coletivamente ele poderá gerar mais do que é concebido pelo ambiente, sendo mais forte e mais feliz:

A natureza é o dado incontornável de onde surgem o homem e a cultura. O homem vira um ser cultural por conta de sua evolução biológica, sem dúvida; mas é pelo trabalho, isto é, a tarefa realizada como meio para se obter algo mais do que o dado pela natureza, que o homem vira verdadeiramente um ser cultural. A cultura estabelece sua própria lógica, que conflita com a natureza. Tendo saído do domínio da natureza, é pela cultura que a natureza passa a ganhar sentido para o homem. Vulgarmente falando, a cultura não está mais na natureza, mas quer “dominá-la” (GOMES, 2012, p. 28).

⁷⁰ O desenvolvimento cultural do homem acha-se intimamente associado a sua evolução psicobiológica, o que lhe permitiu conquistas, cada vez mais aperfeiçoadas e complexas, no mundo cultural (MARCONI & PRESOTTO. *Antropologia: uma introdução*, 2013, p. 77).

Submetendo-se a esta ideia de Gomes (2012), sabemos que o homem trabalha, tem razão em seus atos, vive em harmonia com seu grupo, compartilha da mesma cultura em seu meio e sabe do poder que tem coletivamente e produz cultura – já que igualmente se sabe portador de mecanismos de adaptação ambiental, como dito por Marconi & Presotto (2013).

Devido a estudos iniciados e transportados de civilizações anteriores à época de cada pensador, surgiram diversas maneiras para sistematizar o que é a categoria *cultura* – vocábulo que, segundo Ferreira (2004), vem do latim *colere*; que, em suma, quer significar o ato, efeito ou modo de cultivar – neste texto, esta definição nos serviu mais do que qualquer outra, quer vista pelo prisma da simplicidade, quer pelo da contundência.

Nota-se ainda, que a grandiosidade do verbete “cultura”, do modo como expusemos no curso do texto, despertou em diversos estudiosos o desejo de expressá-lo a partir de fatos complexos, criando até mesmo subitens para o significado de *cultura*. Mesmo que todos os pensadores apresentassem semelhanças ou não entre eles – quanto ao modo de viver, a origem, por exemplo – e, sendo a mesma ideia central da apresentada por Ferreira (2004), as afirmações observadas diante desta categoria, nem sempre conseguem ser objetivas, mantendo fronteiras tênues em seus sentidos:

Podemos, igualmente, assumir um ponto de vista hermenêutico, admitindo, no entanto, que a interpretação tem por finalidade buscar o que o autor queria realmente dizer, ou então o que o Ser diz através da linguagem, sem, contudo, admitir que a palavra do Ser possa ser definida com base nas pulsões do destinatário. Seria mister, em seguida, estudar a vasta tipologia que nasce do cruzamento da opção entre geração e interpretação com a opção entre intenção do autor, da obra ou do leitor, sendo que, só em termos de combinatória abstrata, essa tipologia daria acesso à formulação de pelo menos seis potenciais teorias e métodos críticos profundamente distintos (ECO, 1932, p. 07).

Ao seu turno, vimos que judeu Theodor Adorno foi um dos que muito contribuiu com sua sapiência sobre a ideia de cultura. Ao vivenciar o capitalismo e o modo de vida dos norte-americanos, foi se tornando cada vez mais um crítico contundente dos meios de comunicação de massa – e nisso é que seu pensamento aqui exposto nos interessou. Entretanto, vale a ressalva, que ele só conseguiu perceber essa característica em si – voltada para a crítica da comunicação de massa – a partir do processo de nazificação do Planeta

devido ao contexto da propaganda de guerra – período entre 1933 a 1945, quando Adolf Hitler comandava a Alemanha. Mas, isto, é outra história.

É importante frisar também, que foi justamente nesta época que Adorno nos remeteu ao estudo da massificação da cultura, desvendando a filosofia utilizada pelos meios de comunicação de massa e, de certa forma, dizendo-a camuflada, para que os consumidores se sujeitassem ao consumismo e à conformidade das exigências impostas pelo sistema.

Por intermédio de seus estudos e observações, no período em que estava entre os norte-americanos, ele conseguiu notar o efeito que os veículos de comunicação de massa causavam nas pessoas. E é por meio de estudos como o nosso, que este tema tem sido sempre revisitado, para que, dentro de outros propósitos, não nos esqueçamos de quem somos, de onde viemos e o que queremos ou realmente devemos expressar por meio do *mass media*.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.
- BIZZOCCHI, Aldo. *Anatomia da cultura: uma nova visão sobre ciência, arte, religião, esporte e técnica*. São Paulo: Palas Athena, 2003.
- BLAINEY, Geoffrey. *Uma Breve História do Mundo*. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2009.
- DEFLEUR, Melvin Lawrence. *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ECO, Umberto. *Os Limites da Interpretação*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1932.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3ª Ed. Curitiba: Positivo, 2004.
- GOMES, Pedro Gilberto. *Tópicos de Teoria da Comunicação*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- GOMES, Mércio Pereira. *Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura*. São Paulo: Contexto, 2012.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: EDUSC, 2001.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. *Antropologia: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 2013, p. 76-91.

MONTALVÃO, Alberto. *Moderna Enciclopédia de Relações Humanas e Psicologia Geral*. São Paulo: Novo Brasil Editora Ltda., 1975.

PAULINO, Wilson Roberto. *Biologia: genética, evolução, ecologia*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

SENNETT, Richard. A Ética do Trabalho. In:____. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 117-140.

TOSCANI, Oliviero. *A publicidade é um cadáver que nos sorri*. Rio de Janeiro: Sinergia Ediouro, 2009.

A PRESENÇA DAS NOVAS GERAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO: UM ENFOQUE NA GERAÇÃO Y⁷¹

Gisele Rocha⁷²
Prof. Dr. Marcelo Pessoa⁷³

RESUMO: Nosso trabalho trata de realizar uma pesquisa bibliográfica a partir da qual se reúnam argumentos a partir dos quais se compreenda a dinâmica profissional das novas gerações no mercado de trabalho. Nosso recorte tratou de verificar, por meio de uma abordagem social, cultural e histórica o modo como a chamada Geração Y nasceu e tem trazido inovações e desafios igualmente grandiosos à nossa sociedade, mudanças estas ainda em processo de assimilação pelo mercado de trabalho. Assim, lançando mão de um grupo de autores que se debruçam sobre os temas históricos, culturais e sociais relacionados à formação da sociedade e a seus sistemas de trocas simbólicas e materiais, elaboramos um texto que pode servir de subsídio para pesquisas futuras que intencionem entender como as velhas e novas gerações de gestores podem se ajudar ou anularem-se durante os processos de convívio.

PALAVRAS-CHAVE: Geração Y, Mercado de Trabalho, Cultura Organizacional, Sociologia das Organizações.

ABSTRACT: Our work comes to perform a literature search from which to meet arguments from which to understand the professional dynamics of new generations in the workplace. Our clipping tried to verify, by means of a social, cultural and historical approach to the way in which the so-called Generation Y was born and has brought innovations and challenges also great to our society, these changes still in process of assimilation by the labour market. So, launching a group of authors that if dealing with the historical, cultural, and social issues related to the formation of the society and its systems of symbolic and material exchanges, we elaborate a text that can serve as an aid for future research that intention understand how the old and new generations of managers can help each other or cancels during the processes of conviviality.

KEYWORDS: Generation Y, The labour market, Organizational culture, Sociology of Organizations.

INTRODUÇÃO

O mundo organizacional é tão atraente quanto desafiador – por isso, talvez, se pareça tanto com a nossa própria vida, fato que torna o Curso Superior em Administração, da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal.

É curioso, e até biográfico dizer o que estou dizendo, mas:

⁷¹ Texto derivado e revisto, a partir do Trabalho de Conclusão de Curso homônimo, apresentado ao Curso de Administração da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal, defendido em 2013.

⁷² Administradora, graduada pela UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal.

⁷³ Orientador do Programa de Pós-Graduação da FaPP. Docente na UEMG, Unidade Frutal. Possui Bolsa de Professor Orientador – BPO. Desenvolve Projeto de Pesquisa com o apoio da UEMG e do Estado de Minas Gerais, via prêmio de fomento à pesquisa docente obtido por meio do Edital PAPq 08/2015.

De uma ou de outra forma, a sustentação que marca a união de pessoas são dramas comuns, coetâneos, vividos com intensidade e consequências relevantes, episódios que alteram no porvir o comportamento pretérito, rotineiro, e que impõem mudanças radicais de vida grupal (MEIHY & HOLANDA, 2010, p. 51).

Conheci, durante o Curso, o funcionamento das empresas atuantes no mercado, e hoje, posso comparar o que aprendi sobre as empresas à atuação particular de um homem na sociedade. Isto é, uma empresa funciona mais ou menos como um indivíduo. Homem e empresa são entidades que podem e devem ter as suas identidades, porém, nunca devem os homens e as corporações deixar de estabelecer vínculos com o todo que os cerca e com o qual precisam interagir.

Formando uma corrente de interdependências recíprocas, os universos binários, são compostos, de um lado, pelo binômio *indivíduo x coletivo* e, por outro lado, pelo par *empresa x mercado*. Estes pares, por sua vez, têm encontros diários, embates estratégicos a partir dos quais se podem trocar experiências e também instituir parcerias, viabilizando-se a interpenetração dos mundos assim descritos, dando origem a relações de sucesso, de fracasso, de avanços, de retrocessos, de conflitos e de harmonia.

De todo esse cenário que se constrói e se reconstrói todos os dias diante de nossos olhos, talvez não haja nada mais intrigante e estimulante do que estudar a dinâmica dos relacionamentos humanos dentro das corporações e o eventual impacto dessas interações nos resultados financeiros das empresas:

Quando os indivíduos aceitam as normas periféricas, mas rejeitam as centrais, o resultado é a rebelião subversiva. As pessoas ocultam sua sujeição de normas cruciais à sobrevivência das relações interpessoais existentes, atuando segundo normas menos importantes. Essa aparência externa de conformidade pode permitir que os membros rebeldes continuem ocupando papéis importantes. Se o seu número é grande, porém, sua não adesão a normas centrais importantes pode colocar em risco a sobrevivência de relações interpessoais em curso (WAGNER & HOLLENBECK, 2009, p. 190).

Ao menos, esse foi o ponto de vista norteador de nosso trabalho. Aqui, pudemos, ao estudar o perfil dos relacionamentos humanos no cenário das

novas gerações, as quais estão diariamente chegando num mercado de trabalho que, de tão competitivo e seletivo, parece-nos, às vezes, hostil.

Desmistificar essa aparente “agressividade” ou “repulsa” do mercado e da velha guarda corporativa em relação aos novos profissionais, talvez fosse um bom objetivo condutor para a nossa pesquisa bibliográfica, afinal, sobre este assunto, inúmeros autores já se debruçaram, entregando ao mundo empresarial e à pesquisa social riquíssima literatura.

Contudo, partindo desse mesmo foco de preocupações acadêmicas, vimos que um bom eixo temático síntese para a nossa investigação sobre os pares socioculturais compostos por *indivíduo x coletivo* e *empresa x mercado*, seria o desenvolvimento de um estudo que abordasse o perfil e o modo como as velhas e as novas gerações de gestores e colaboradores têm instituído verdadeiros panoramas de paz e de guerra, dentro e fora das organizações empresárias.

Não queremos dizer por antecipação nesta introdução que exista, de fato, uma luta entre a velha guarda da gestão empresarial e os jovens recém-formados. O que queremos dizer é que:

É óbvio que os representantes das gerações anteriores têm de cumprir o papel de instruir, mas precisarão estar prontos para uma reação contestadora, terão de exercitar sua capacidade argumentativa, e é aí que encontramos o ponto positivo desse conflito geracional. Todos são obrigados a superar suas limitações: os mais velhos precisam refletir sobre seus pontos de vista para encontrar argumentos convincentes aos ípsilons, que, por sua vez, precisam entender com mais profundidade algumas questões para dar uma resposta satisfatória aos anseios próprios e da sociedade. De uma coisa não resta dúvida: o choque geracional no Brasil é mais flagrante que no resto do mundo [...] (CALLIARI & MOTTA, 2012, p. 26).

Os ípsilons (é argumento de consenso que este grupo é composto de jovens que, em 2013 têm idade na casa dos 20 anos) são, ao mesmo tempo, protagonistas de avanços tecnológicos e de retrocessos socioculturais. Contudo, vejo que a geração dos ípsilons é a maioria de estudantes da minha sala de aula na universidade.

Eles compõem, ainda, praticamente todo o contexto que coincide com o que vimos em Calliari & Motta (2012), fato que contribui para retirar a

percepção rasteira do rol das questões particulares, reposicionando-nos no âmbito das preocupações gerais de nossa sociedade.

Com estes objetivos, então, centrados na compreensão dinâmica da interação entre as várias gerações, iniciamos uma verdadeira excursão histórica sobre princípios basilares de nossa cultura e de nossa sociedade, alinhando a este ou a aquele evento da História humana na Terra, itens que pudessem se relacionar com a atividade empresária em nível lato ou *stricto sensu*.

No primeiro segmento do *paper*, damos a ler a fundamentação teórica do texto.

No segundo trecho, nosso objetivo foi justamente o de tentar dar ao leitor definições sobre os modos de ser e de estar das gerações anteriores e posteriores à Geração Y. Neste sentido, apresentamos à apreciação uma série de autores que tratam do assunto, oferecendo interessantes posicionamentos sobre o que define uma e outra dessas gerações, seus perfis profissionais e as suas preferências socioculturais.

Na terceira seção, seguimos a tradição acadêmica que rege trabalhos como o nosso, e realizamos uma problematização dos dados coletados. Ou seja, não apenas pusemos em confronto as definições de gerações entre si, mas problematizamos essas definições geracionais, buscando entender como as corporações e as sociedades têm lidado com este novo contingente de trabalhadores e de empreendedores.

Finalmente, dentro da mesma linhagem característica da produção científica, encerramos nosso trabalho com as devidas Conclusões, apondo em seguida a este tópico as Referências totais lidas e ou consultadas para a construção de nosso artigo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em nosso trabalho, como já dissemos, trazemos à tona a dinâmica de interação das novas gerações no mercado de trabalho. Ao lado disso, torna-se patente a observação do fato de que é dos relacionamentos empresariais

intergeracionais, que emerge uma contingência de novos interesses e desafios para os gestores, para os empreendedores, para os colaboradores que, indistintamente, veem-se afetados, em maior ou menor grau, por tudo o que se convencionou chamar de gestão participativa. É exatamente sobre um desses problemas que buscamos o alinhamento teórico de um grupo de autores, cuja revisão bibliográfica será feita nas próximas linhas de nossa pesquisa.

Assim, é válido dizer que, a partir da leitura de fragmentos de Coulanges (1999), pudemos compreender a sociedade em sua conformação histórica geral, tendo em vista que esta é uma obra que se constrói sob o ponto de vista da biografia social e cultural humana na Terra.

Segundo Coulanges (1999), os primeiros grupamentos humanos, as primeiras cidades, as primeiras trocas simbólicas e materiais, os primeiros problemas sociais trouxeram, também, os primeiros conflitos. Esse texto trata dessas questões de modo muito pragmático, sem propor soluções, mas, contudo, de maneira esclarecedora e didática, revela virtudes conceituais que muito nos ajudaram no momento de reunir e dissertar sobre um tema que aborda a contemporaneidade de nossa sociedade, à luz de nossa própria ancestralidade:

Convém pensarmos na imensa dificuldade que encaravam os povos primitivos para fundar sociedades regulares. O vínculo social não é algo fácil de se estabelecer entre esses seres humanos tão diversos, tão livres, tão inconstantes. Para lhes dar regras comuns, para instituir o comando e fazer com que a obediência fosse acatada, para fazer a paixão ceder perante a razão individual ante a razão pública, é necessário certamente algo mais vigoroso do que a força material, mais respeitável do que o interesse, mais seguro do que uma teoria filosófica, mais imutável do que uma convenção, algo que esteja igualmente no âmago de todos os corações e que aí tenha sua sede com império. Tal coisa é a crença (COULANGES, 1999, p. 113).

Aproximar, portanto, a ideia de “crença” de Coulanges (1999), compreendendo-a como elo, como tijolo matricial da sociedade, vinculando-a aos processos de gestão empresarial, pode, a princípio, parecer difícil. Porém, se torna tarefa das mais fáceis se entendermos que “crença”, neste caso, pode ser compreendida como “meta”, como “missão”, conceitos que qualquer gestor domina, e que nós, em nossa pesquisa, fizemos questão de incorporar na

compreensão dos modelos inter-relacionais que pautam os conflitos disruptivos que cindem os *Boomers* e os *Ípsilons* quanto às metas e missões de suas corporações.

Por outro lado, compreender como funcionam as empresas, seus processos de produção e de distribuição de bens e serviços, como elas interagem com seus públicos internos e externos, como elas lidam com as diferenças impostas à convivência de todos num mundo global (WAGNER & HOLLENBECK, 2009), são condicionantes que ajudam o pesquisador de gestão de pessoal na inteligência dos momentos de estagnação, de inovação e de retrocesso vivido pelas organizações. São, também, parâmetros igualmente imprescindíveis para nos conduzir à compreensão que desejávamos ter sobre as empresas e os processos de gestão de pessoas que envolvem num mesmo cenário as antigas e as novas gerações:

Mesmo o gerente mais tolerante pode desejar, de vez em quando, que as diferenças individuais simplesmente desapareçam. Se todos os supervisores, colegas e subordinados fossem semelhantes, a administração seria uma tarefa muito fácil. Uma vez que não é possível que as diferenças individuais desapareçam, as empresas que desejam ter êxito devem tentar capitalizar as diferenças de modo a aumentar sua competitividade (WAGNER & HOLLENBECK, 2009, p. 31).

Bes & Kotler (2011), em obra basilar em que se discutem os modos e os ritmos das inovações dentro das organizações, trouxeram para a nossa pesquisa um importante fundamento, a partir do que se podem classificar os diferentes modos e ritmos das inovações: “Há três tipos de inovações: marginal ou incremental, radical ou disruptiva e semirradical” (BES & KOTLER, p. 260). Dentro desses conceitos pudemos também nos apoiar para encaixar ou não as definições de geração empregadas no direcionamento deste trabalho.

Logo, ao darmos tratamento textual ao compilado de autores estudados sobre os comportamentos relacionais dos colaboradores na organização contemporânea, notamos que a presença da chamada Geração Y nas empresas tem trazido para os gestores e líderes corporativos, o desafio de ter que lidar com transformações de caráter radical e disruptivo (BES & KOTLER,

p. 260), uma vez que as novas gerações tendem a trazer às empresas um fluxo contínuo de inovações radicais e surpreendentes.

Contudo, esta mesma virtude dos ípsilons é o seu ponto fraco. Eles, por terem na veia correndo o sangue da inovação, tendem a fazer durar seu oxigênio sociocultural no tempo do que seja ou lhes pareça novo ou capaz de produzir resultado imediato. Com isso, deixam praticamente de lado, a tradição gestora corporativa e as culturas organizacionais já implantadas. Neste sentido, eles tendem a acreditar e a agir como se o mundo tivesse começado a partir da existência deles e a História humana tivesse sido registrada somente a partir dos meios tecnológicos que eles reconhecem.

É desse modo, então, que Bes & Kotler (2011), e também Srour (1998) e Chiavenatto (2003) trouxeram para o nosso trabalho contribuições valiosas que, ao mesmo tempo em que enriqueceram a pesquisa com visões distintas sobre o mundo e a cultura das organizações, apresentaram vários vieses a partir dos quais poderíamos conduzir a compreensão sobre a presença das novas gerações no mercado de trabalho.

De Bes & Kotler (2011), gostaríamos de pôr em destaque ainda a discussão que se faz em sua obra, sobre os prós e contras da inovação. Como lição fundamental, vemos que a ponderação desses autores se consolida na direção de nos ensinar que, nem toda inovação é de vanguarda, e que nem toda tradição significa um retrocesso.

Por sua vez, Srour (1998) é um dos autores que mais nos preencheu lacunas, por justamente ter se debruçado sobre as relações éticas que podem surgir dentro dos diversos setores das empresas, especialmente quando elas se veem às voltas de transformações tão profundas quanto às que estamos presenciando atualmente:

Nas organizações, a cultura impregna todas as práticas e constitui um conjunto preciso de representações mentais, um complexo muito definido de saberes. Forma um sistema coerente de significações e funciona como um cimento que procura unir todos os membros em torno dos mesmos objetivos e dos mesmos modos de agir. Sem referências próprias, as organizações ficariam à mercê das convicções individuais de seus membros diante de situações novas e certamente sofreriam prejuízos dada a disparidade de procedimentos e orientações (SROUR, 1998, p. 175).

O aspecto organizacional propriamente dito foi-nos melhor assentado pelo texto de Chiavenato (2003). O que se pode depreender do pensamento de Chiavenato é que, em essência, o mundo empresarial não trabalha com profecias, mas com fatos. Assim, o que este autor nos escreve ajuda a validar toda a leitura e contextualização sobre a velha e a nova cultura organizacional.

Desse modo, os desdobramentos dessa percepção, aplicada à gestão de pessoas nos textos de outra obra do mesmo autor (CHIAVENATO, 1999), também nos deram suporte importante para a compreensão do modo de funcionamento do setor de recursos humanos nas organizações, especialmente quando este nos diz que o tratamento que a organização deve dar aos parceiros profissionais deve ser de alto nível, de respeito mútuo, pautado por uma qualidade de gestão que se enquadre bem no perfil dos desejos profissionais que os membros das novas gerações pretendem encontrar em seus futuros postos de trabalho:

A organização indica os objetivos que pretende alcançar, focalizando a missão e visão, e oferece oportunidades de crescimento profissional que fortaleçam seu negócio. As organizações bem-sucedidas proporcionam às pessoas um ambiente de trabalho acolhedor e agradável, com plena autonomia e liberdade para escolher a maneira de realizar seu trabalho. As pessoas são consideradas parceiros e colaboradores e não funcionários batedores de cartão de ponto (CHIAVENATO, 1999, p. 32).

O mundo do trabalho, entendido como espaço de relacionamentos, de interação, de construção de afetos e desafetos, de educação para a cidadania, de formação ou destruição do caráter nos foi trazido pelos textos de Sennett (2008), Bertoldo (*et al* 2012) e Pistrak (2000).

Sennett (2000) é um autor que, dentre outras abordagens socioculturais que realiza em sua obra, nos trouxe a oportunidade de subsidiar o modo de compreensão quanto à sociedade capitalista e como ela está trabalhando e retrabalhando as relações pessoais e comunitárias. A reboque disso, o autor ainda nos informa como nossos modos de ser e estar no mundo têm contribuído para formatar as premissas de uma nova cultura organizacional,

que seja, ao mesmo tempo apta na conciliação da convivência entre os gestores da tradição e também protagonistas da inovação:

A palavra “flexibilidade” entrou na língua inglesa no século quinze. Seu sentido derivou originalmente da simples observação de que, embora a árvore se dobrasse ao vento, seus galhos sempre voltavam à posição normal. “Flexibilidade” designa essa capacidade de ceder e recuperar-se da árvore, o teste e restauração de sua forma. Em termos ideais, o comportamento humano flexível deve ter a mesma força tênsil: ser adaptável a circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas. A sociedade busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis. As práticas de flexibilidade, porém, concentram-se mais nas forças que dobram as pessoas (SENNETT, 2000, p. 53).

Pistrak (2000) traz ao leitor uma obra cujo teor, ao lado de realizar uma crítica socialista ao modo de produção capitalista, também nos apresentou as várias formas em que se pode ter a educação como ferramenta que pode moldar nossa sociedade para a construção de mundo no presente e de um futuro melhor para toda a humanidade:

A vida coletiva ainda é uma coisa de realização bastante difícil para nós. Entretanto, é claro que esta aptidão é agora particularmente necessária porque significa não apenas uma melhoria das condições atuais de vida, mas também a possibilidade de começar um novo modo de vida. Se quisermos desenvolver a vida coletiva, os restaurantes coletivos, os clubes etc., devemos formar entre os jovens não somente a aptidão para este tipo de vida, mas também a necessidade de viver e de trabalhar coletivamente na base da ajuda mútua, sem constrangimentos recíprocos. Este é o único terreno que podemos escolher se quisermos obter resultados positivos na luta que se trava por um novo modo de vida (PISTRAK, 2000, p. 54).

Igualmente crítico, no mesmo ponto de encontro em que se vê convergir os modelos de produção de bens e serviços e os modos de reconhecimento e remuneração da atividade produtiva, Bertoldo (*et al* 2012), talvez seja dos autores estudados, o que realiza a análise mais ácida do mundo do trabalho e dos processos de exclusão que por meio dele se legitima:

No que se refere à qualidade da força de trabalho, a concepção de qualidade diz respeito ao investimento na qualificação profissional e na qualidade de vida no trabalho (bem-estar da força de trabalho). É sobre a extensão do controle de qualidade à qualidade de vida da força de

trabalho que se verifica uma suposta inovação em termos do controle empresarial. O incentivo à promoção da qualidade de vida é uma das estratégias empresariais para incrementar a modernização da atividade produtiva. A concepção de qualidade de vida preconizada pela empresa tem nos aspectos comportamentais e motivacionais a base de sua fundamentação (BERTOLDO *et al*, 2012, p. 150).

Finalmente, é válido ressaltar, que conduziram nossa pesquisa, o ponto matriz da sociedade e o cerne da cultura que nos cerca, pondo-nos em contato com uma série de modos de ler os relacionamentos humanos, com a criação e a gestão das empresas e de suas competências humanas e materiais, com os conflitos humanos e com a gestão dos recursos financeiros. Assim, deparamo-nos com a praticamente inevitável questão da compreensão do modo de ser e de estar das novas gerações na sociedade e na corporação contemporânea:

A questão principal diz respeito à possibilidade de combinação das várias competências que uma empresa pode conseguir para desenhar, produzir e distribuir produtos e serviços aos clientes. Competência seria, assim, a capacidade de combinar, misturar e integrar recursos em produtos e serviços. Uma competência essencial não precisa necessariamente basear-se em “tecnologia *stricto sensu*”: pode estar associada ao domínio de qualquer estágio do ciclo de negócios, como um profundo conhecimento das condições de operação de mercados específicos. Não obstante, para ser considerada uma competência essencial, esse conhecimento deve estar associado a um processo sistemático de aprendizagem, que envolve descoberta, inovação e capacitação de recursos humanos (FLEURY, 2002, p. 57).

Calliari & Motta (2012), Oliveira (2010) Lipkin & Perrymore (2010), foram os autores, então, escolhidos, e aos quais coube o desafio de trazer ao nosso trabalho de investigação os argumentos necessários para definir e contextualizar o modo como as velhas e as novas gerações interagem no mundo do trabalho atualmente, donde particularizamos nosso enfoque na chamada Geração Y:

Estes jovens estão obtendo na escola resultados muito melhores do que jovens de outras gerações. O grau de exigência está aumentando, os desafios e a concorrência estão cada vez maiores. Evidentemente, isso não pode ser generalizado, pois a sociedade atual possui enormes lacunas em “bolsões de pobreza”, nos quais os jovens encontram muitas limitações, com um nível de ensino extremamente inferior, num paradoxo inacreditável (OLIVEIRA, 2010, p. 21)

Em última análise, estes autores nos disseram como surgem, como se pode classificar, e como podemos entender o perfil de cada geração, a fim de que, como estudioso do tema ou como gestor organizacional, possamos atuar de modo mais eficiente nas organizações e na sociedade.

AS DIVERSAS GERAÇÕES: ENCONTROS E DESENCONTROS

O céu é só uma promessa, eu tenho pressa /
Vamos nessa direção, atrás de um sol que nos
aqueça / Minha cabeça não aguenta mais
(canção “A Promessa”, Humberto Gessinger).

O recorte histórico que fazemos em nosso trabalho compreende um período de tempo que vai do surgimento da escrita e vem até os dias de hoje. Contudo, já que estamos tratando de um aspecto particular das estruturas sociais, isto é, das relações que envolvem as novas gerações e as organizações empresárias, é interessante nos atermos ao fato humano e, depois, às corporações.

Assim, vê-se que, até o século XVII, a humanidade se considerava completamente alheia à sua animalidade inata. Ao que parece, apesar de termos pelos cobrindo quase todo nosso corpo e sermos dotados de dentes afiados à moda dos mais vorazes predadores, a maior parte de nós se acredita fruto de um princípio autônomo de existência, donde teriam derivado nossa mente, nossa alma ou nossa razão, e que estas faculdades não teriam vínculo algum com um nosso passado provável de seres animais habitantes das cavernas.

Essa crença numa autoafirmação superior de raça se reforça ainda mais, quando nos deparamos com o modo com que as novas gerações estão vivendo as suas vidas. Parece-nos que eles não estão mais nascendo, mas renascendo – mas, com o quê mesmo? – com a nossa própria cultura:

Eu passei quase toda a minha vida sem desenvolver muitos talentos além daqueles intimamente ligados à minha profissão de marketing, entre os quais a comunicação escrita. Entretanto, ao ver meus filhos – dignos representantes da Geração Y – lendo como nunca em todos os

tipos de blogs e portais, escrevendo e postando textos nas mais variadas redes sociais, produzindo fotos e trabalhando-as com recursos artísticos e tecnológicos, dirigindo filmes e divulgando-os ao mundo pelos sites de *broadcast*, compondo músicas na web e desenvolvendo programas de computador para moldar a vida do jeito que querem, eu passei por uma grande transformação (CALLIARI & MOTA, 2012, p. xi).

Por outro lado, acreditamos que os nossos atuais atributos de inteligência, ao invés de frutos de uma longa história de evolução animal, vieram a acrescentar-se ao nosso corpo animal como que por acaso e que, de certa forma, isso nos tornava seres especiais em relação aos demais ou, na pior das hipóteses, nos deixava, no mínimo, mais próximos de um modelo de Deus do que do restante das criaturas.

O homem, assim, tendo um princípio em comum com a principal ideia de divindade que se conhece por dominante no mundo ocidental – Deus –, não seria exatamente um animal, mas outro tipo de ser que não tinha nada a ver com a índole do animal de aspecto brutalizado que viveria solto vagando pelas florestas ou pelas montanhas:

Como todo processo histórico de envergadura, a Revolução Neolítica desenvolveu-se em várias partes do mundo num movimento de longa maturação. Foi precedida por transições bem ou malsucedidas, vaivéns sem nenhuma rígida ordenação: a protocriação de animais que viviam em manadas e eram canalizados num vale, sob o olho vigilante de homens e de cães de guarda; a proto-agricultura, ou a coleta sazonal de grãos selvagens, que complementavam os produtos da caça (SROUR, 1998, p.12).

É a partir dessa posição de simplificação de nossa genealogia, que nos empresta ora uma face meio humana, ora meio divina, que a ciência, a partir do século XVIII, vai tentar derrubar os dogmas da autodeterminação de nossas origens, delineando o quadro daquilo que se tornará, no século seguinte, a teoria da evolução das espécies.

O detalhe contra ideológico e que ninguém esperava quanto a essa nova teoria evolutiva, é que ela fez o homem retornar à sua posição zoológica diante dos demais seres vivos, recolocando-o como pertencente ao reino animal.

Ademais, a história da presença humana na Terra se confunde com a história das relações simbólicas e de trocas, mediadas ou não pela moeda ou por outros itens, como o escambo ou com a prestação de serviços diversos.

Essas relações de trocas de bens e de serviços incrementaram e fizeram surgir novas demandas de organização social, cultural e de gerenciamento de pessoas e de recursos. Neste sentido:

A história da Administração é recente. No decorrer de toda a história da humanidade, a Administração se desenvolveu com uma lentidão impressionante. Somente a partir do século XX é que ela surgiu e explodiu em um desenvolvimento de notável pujança e inovação (CHIAVENATTO, 2003, p. 30).

Como se pode inferir, a dinâmica evolutiva das empresas, ao longo do tempo, seguiu, portanto, segundo o que vemos em Chiavenato (2003), mais ou menos o mesmo ritmo histórico do nosso tempo, com o diferencial de que, atualmente, a tecnologia tem contribuído para acelerar o desenvolvimento de alguns setores, ao mesmo tempo em que cria embaraços para a manutenção de outros:

Uma das razões para tanto é que nos dias de hoje a sociedade típica dos países desenvolvidos é uma sociedade pluralista de organizações, na qual a maior parte das obrigações sociais (como a produção de bens ou serviços em geral) é confiada a organizações (como indústrias, universidades e escolas, hospitais, comércio, comunicações, serviços públicos etc.) que precisam ser administradas para se tornarem mais eficientes e eficazes (CHIAVENATO, 2003, p. 30).

Numa sociedade, portanto, dita pluralista (CHIAVENATO, 2003), tanto as relações comerciais quanto as relações humanas recebem os impactos de todos esses processos de avanços e retrocessos recíprocos.

O setor das chamadas TICs (tecnologias da Informação), por exemplo, é um setor típico de nosso tempo. Ou seja, ao mesmo tempo em que apresenta uma série praticamente ininterrupta de programas e de *hardwares*, por outro lado, é um dos segmentos industriais que mais geram lixo.

Assim, vemos que o nosso tempo se, de um lado, é um tempo de grandes avanços e conquistas profissionais e econômicas, por outro lado, talvez seja o tempo que mais nos desafia e preocupa.

Não só a otimização das etapas de produção ou a reciclagem e a logística reversa ocupam espaço nas pautas dos novos executivos, mas, sobretudo, as relações humanas, com suas peculiaridades, também têm exigido novas práticas de gestão empresarial e o domínio de todos os tipos de inteligência (emocional, corporativa, criativa, financeira etc.).

Por uma genealogia das gerações

O senso comum compreende a ideia de *geração* como sendo o espaço de tempo transcorrido num período de 20 (vinte) anos.

Sempre que nos referimos ao conceito de “geração”, é válido dizer, que nas definições de gerações adotadas em nosso trabalho não nos debruçamos sobre esta definição comum, de conhecimento geral, uma vez que os intervalos entre certas gerações, especialmente as chamadas “novas gerações” (objetos de nosso estudo e presente cotejamento) dentro das empresas, de certo modo, não respeitam essa fronteira temporal.

Há autores que dão como recorte intervalos bem menores que os vinte anos sugeridos. Por exemplo, quando nos reportamos ao tempo transcorrido entre os *Baby Boomers* e seus sucessores da Geração X, vemos que essa linha do tempo não segue o padrão de vinte anos.

Igualmente, os Xis também tendem a não ficarem adstritos às mesmas regras divisórias dessa linha do tempo geracional face aos seus herdeiros imediatos, os Zês, os Alpha etc.

As demais gerações subsequentes também ressentem do mesmo dilema vivido pelos *Boomers* e pelos Xis. Nenhuma dessas gerações, nos mais diversos autores pesquisados (OLIVEIRA, 2010; LIPKIN & PERRYMORE, 2010; CALLIARI & MOTTA, 2012) ficam dentro dos mesmos limites temporais de duas décadas.

Além dessa controvérsia intervalar, os discursos dos autores investigados também divergem quanto ao momento e ao local de nascimento das “novas gerações”, fatos estes que seriam um problema para um trabalho de pesquisa que se preocupasse com as questões históricas. Por isso, o nosso

foco ateve-se apenas aos fundamentos e conceitos que as definem e não à verdade que por meio deles se expressam.

Desse modo, em nosso trabalho, adotamos como premissa as concepções teóricas em detrimento das determinações temporais. Isto é, preferimos, sobretudo, uma adesão aos conceitos, uma vez que o tempo e o local exatos, como quase tudo em História, se tornou praticamente irrelevante.

Quando nos debruçamos para entender o ritmo do desenvolvimento científico e tecnológico de nossa sociedade, vemos que os avanços técnicos têm confundido algumas pessoas e também algumas organizações e as têm levado a buscar de forma desenfreada o sucesso, o lucro, independentemente das custas e do melhor andamento dos processos.

A moderna cultura empresarial precisa ainda entender que nem tudo que é tecnologicamente de ponta representa avanços ou ganhos de qualidade profissional, se considerados sob o ponto de vista do posicionamento da empresa no mercado e, se forem considerados sob o ponto de vista dos colaboradores, nem todo aporte de tecnologia se traduz em qualidade de vida. Assim, portanto, o progresso sociocultural disponível incorporado às empresas pode tanto conduzir a sociedade quanto a organização empresária por uma trajetória de sucesso ou de fracasso, pois:

Nas organizações, a cultura impregna todas as práticas e constitui um conjunto preciso de representações mentais, um complexo muito definido de saberes. Forma um sistema coerente de significações e funciona como um cimento que procura unir todos os membros em torno dos mesmos objetivos e dos mesmos modos de agir (SROUR, 1998, p. 175).

Paradoxalmente, sabemos que até mesmo em organizações em que se tem implantada uma cultura consistente de respeito à pessoa humana ou de gestão pela qualidade dos produtos e serviços ofertados aos clientes, tende-se a considerar os públicos interno e externo meros recursos que devem contribuir para o alcance dos objetivos organizacionais. Sabe-se que tais organizações empresárias seguem o rito da administração científica, isto é, seguem a cartilha do taylorismo:

Essa visão estreita da natureza humana – o homem econômico – não se limitava a ver o homem como um empregado por dinheiro. Pior ainda: via no operário da época um indivíduo limitado e mesquinho, preguiçoso e culpado pela vadiagem e desperdício das empresas e que deveria ser controlado por meio do trabalho racionalizado e do tempo padrão (CHIAVENATO, 2003, p. 62).

Normalmente, pessoas ou organizações empresárias que assim agem, relegam a abordagem administrativa de cunho sistêmico. No contexto sistêmico, ao contrário, o homem é visto como uma totalidade e não apenas como uma ferramenta para o exercício profissional.

Numa prática desse modo, mais humanizada, em que se prevê uma maior interação entre a prática de gestão com as dinâmicas de relacionamento interpessoal tende a ser mais saudável, exercício profissional que iria à direção de se minimizar os conflitos intergeracionais, por exemplo, ao mesmo tempo em que se valorizariam as posturas éticas e os sentimentos humanos.

Este, provavelmente, deva ser o objeto de interesse de todos aqueles que entrarão ou que já estejam no mercado de trabalho. Encontrar um fiel balizador entre o pêndulo que oscila entre o lucro e o respeito é o grande desafio da atualidade nas corporações. Porém, o maior dos desafios, ainda é conceber um manual de instrução para a alma humana, ou que pelo menos um roteiro que possa nos dar um norte quanto aos perfis das velhas e das novas gerações.

Neste sentido, portanto, é que nas próximas linhas que escrevemos, oferecemos definições mais ou menos exatas sobre a natureza do elemento humano sob o ponto de vista que nos interessa em nosso texto.

A Geração dos *Baby Boomers*

No começo dos anos sessenta do século XX, conhecemos o surgimento de uma geração de pessoas que receberam o nome de *Baby Boomers*. Esses cidadãos, hoje (2013), têm uma idade que varia entre os 50 e os 69 anos (uma vez que nascidos aproximadamente entre os anos de 1945 e 1960), também reconhecíveis com sendo os “filhos” dados à luz a partir do final da Segunda Guerra Mundial:

Esse quadro passou a requerer das empresas ações mais concretas em relação à administração de seus recursos, tanto materiais e financeiros quanto humanos. Como consequência, muitas empresas passaram a conferir maior atenção a certas áreas de recursos humanos, pouco consideradas até então, tais como treinamento e desenvolvimento de pessoal, cargos, salários e benefícios (GIL, 2006, p. 55).

O fenômeno do *Baby Boom* é assim descrito por esta expressão que vem da língua inglesa, por meio da qual se designa a explosão de nascimentos de bebês após a guerra e que, portanto, deu origem à chamada geração dos *Baby Boomers*.

Mais do que uma explosão demográfica, essa geração foi precursora de uma intensa mutação sociocultural. Eles são os responsáveis por uma série de transformações e de acréscimos psico-sócio-comportamentais à nossa sociedade, cujo principal expoente dessas inovações veio à tona com a ascensão da televisão.

Sabemos, ao lado disso e devido especialmente às análises feitas sobre seus hábitos, que a TV teve forte influência sobre suas vidas e moldou o comportamento desses jovens, visto que ela servia como mensageira e como entidade mobilizadora, ao mesmo tempo em que retratava a juventude como um grande acontecimento social e cultural.

Essa geração participou da revolução dos anos 1960, o que mudou não só o papel das mulheres na sociedade, mas também iniciou a transformação do papel dos jovens no que viria a se configurar futuramente sob a égide do “mundo globalizado”.

Eles desenvolveram sua própria cultura, exatamente pelo fato de existir um grande abismo, não necessariamente temporal, mas fundamentalmente psicossocial, entre eles e seus pais. Devido a isso, tiveram de criar um estilo de vida próprio, tendo a televisão como principal ferramenta de comunicação e de interação social.

Dessa geração surgiram os ideais de liberdade, o feminismo e os movimentos civis a favor dos negros e dos homossexuais.

O comportamento *hippie* também surgiu nessa época e junto a ele, os protestos contra a Guerra Fria e contra a Guerra do Vietnã. No Brasil, a

geração *boomer* foi muito marcada pelos festivais de música, que eram uma forma de expressão político-ideológica dos jovens diante da repressão e censura protagonizada pela ditadura militar.

Sim, também é verdade que:

Não podemos precisar de uma maneira geral em que época essas revoluções principiaram. [...] O que é certo é que desde o sétimo século a.C. essa organização social era discutida e atacada por toda parte. A partir de então só pôde se sustentar com dificuldade e uma mescla mais ou menos hábil de resistência e concessões. Debateu-se assim por muitos séculos no bojo de lutas perpétuas, e enfim desapareceu (COULANGES, 1999, p. 195).

Contudo, é válido lembrar que as rupturas e as subsequentes transformações sociais, para a geração *boomer*, começaram a se consolidar quando do encontro dos *Baby Boomers* com o Brasil real expresso pelos festivais dos anos sessenta. Daí em diante, deu-se a reunião de elementos sociais e fragmentos culturais aparentemente contraditórios, valores que a arte dos Tropicalistas e o Cinema Novo, por exemplo, fizeram confluir em abundância. Basicamente, as músicas, as performances, as imagens, as extravagâncias e subversões de Glauber Rocha, Caetano Veloso e também de Gilberto Gil expuseram esses elementos contraditórios que se instalaram na sociedade contemporânea deles, tornando-os mais que complementares: cúmplices.

A Geração X

A próxima geração que se seguiu aos *Baby Boomers*, é a chamada Geração X (xis). Ela se compõe de indivíduos que têm hoje (2013) algo entre 30 e 49 anos de idade.

Nos Estados Unidos, a expressão Geração Xis foi, inicialmente, proferida referindo-se não a pessoas, mas a um período em particular, isto é, o tempo do *baby bust*.

Este momento do *baby bust*, ou seja, o da geração pós-*baby boom*, se deu quando as famílias começaram a ter uma taxa de natalidade delimitada por

casal, do que redundou, conseqüentemente, um menor número de filhos por casal.

No Reino Unido, o termo Geração Xis foi utilizado primeiramente em 1964, em um estudo realizado sobre os hábitos e comportamentos da juventude britânica.

Na época, a análise revelou o perfil de uma geração de adolescentes com costumes e preocupações bem diferentes das gerações anteriores. Eram jovens que dormiam juntos antes que estivessem casados, não acreditavam em Deus, não gostavam da Rainha e não veneravam ou respeitavam os pais.

Essa geração estava vivendo os dilemas de uma sociedade em que havia uma forte descrença nas ações sociais do governo. Talvez, ainda, devido ao descontentamento com as versões circulantes sobre Deus, a verdade relativa ensinada pelos pais e dos desencontros do governo, esses jovens também apresentavam enorme falta de confiança na liderança de quem quer que fosse.

Assim, uma das marcas mais importantes da Geração Xis certamente é a apatia política e quase nenhum pudor ante ao divórcio (o que, para as gerações anteriores, era quase que um dogma religioso).

A Geração Xis, enfim, transformou a maneira do indivíduo se relacionar com a sociedade. Foi com eles que teve início o fenômeno da internet e, especialmente, a partir dessa geração surgiram também preocupações com a destruição ambiental e com as questões ecológicas.

No Brasil, as preocupações com o meio ambiente datam antes mesmo dos *Baby Boomers*, mas foi, com a Geração Xis, que os melhores e mais significativos avanços dessa área se desenvolveram e ganharam espaço nas organizações empresárias:

Duas instituições são pioneiras no Brasil no que diz respeito à preocupação com degradação ambiental. São o Instituto Agronômico de Campinas (IAC) e o Centro de Ciências, Letras e Artes (Ccla). O impacto do café e das ferrovias sobre as matas foram tema do primeiro número da Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, produzida pelo núcleo de intelectuais e cientistas criado em Campinas em 1901 (*Panorama do Meio Ambiente*, 2005, p. 44).

Outro fator importante a ser lembrado, é que o sujeito X é também o elo entre os *boomers* e os jovens posteriormente nascidos à Geração Xis (veremos, mais adiante, detalhes sobre a chamada Geração Y).

No meio do caminho entre os *babies* e os Y, o indivíduo X desenvolveu uma enorme capacidade de conciliação. Ele atua de modo decisivo nas organizações que têm um *staff* multigeracional. Seja dirimindo conflitos ou otimizando processos de relacionamento humano, a Geração Xis conquistou um considerável espaço num cenário de grandes corporações pautado por intensas e profundas transformações.

A Geração Y

Composta por pessoas com idade entre 18 e 29 anos de idade (2013), a denominada Geração Ípsilon é uma das mais intrigantes e desafiadoras conformações sociais e antropológicas a serem compreendidas pelos estudiosos dos fenômenos da atualidade. Eles, os ípsilons:

São extremamente informados, mas também possuem um componente importante de alienação, pois ainda não conseguem ou não sabem lidar com toda essa informação de forma produtiva. Eles nasceram de famílias estruturadas em um modelo mais flexível, no qual o convívio com os pais é bastante diferente do que havia nas gerações anteriores (OLIVEIRA, 2010, p. 41).

Estes jovens, nascidos entre as décadas de 80 e 90 do século XX, têm características muito especiais, uma vez que parecem ser, por algum motivo ainda indeterminado, os únicos dentre as gerações até aqui descritas que dão conta de acompanhar a velocidade da revolução tecnológica dos dias atuais sem grandes preocupações com seus efeitos, apesar de não terem sido eles os desencadeadores destas inovações sob as quais todos vivemos atualmente. Noutros termos, fato é que:

[...] a verdade é que pesquisas recentes mostram que as gerações apresentam alterações entre si: portanto, do ponto de vista anatômico e biológico, os ípsilons são diferentes dos xis. Essas pesquisas apontam para pequenas diferenças na constituição cerebral. Não que uma geração seja mais ou menos inteligente que a anterior (até existe um

livro razoavelmente popular nos Estados Unidos, que grita já no título que os ípsilons formam a geração mais burra da história, algo que com um mínimo de escrutínio nos parece um tanto despropositado e até mesmo rancoroso), mas, sem dúvida, as alterações parecem indicar que eles pensam diferente – diferença que não se daria apenas pela influência do contexto em que vivem, sempre em veloz mudança (CALLIARI & MOTTA, 2012, p. 11).

Eles, desde bem pequenos, se conectaram com o universo digitalizado e aprenderam a caminhar pelas estradas das novas tecnologias de produção e de difusão da informação: a tecnologia é a sua língua nativa, enquanto que, para seus ancestrais, a tecnologia é uma segunda língua.

Agindo assim, desenvolveram modos ímpares de lidar e de incorporar em seu cotidiano as novas máquinas de viver em sociedade, conseguindo desenvolver extraordinárias competências de uso das tecnologias.

Durante os anos 90, as tecnologias criadas na década de 80 (períodos do século XX) foram aperfeiçoadas e popularizadas, entre elas, o computador, a internet e o telefone celular. A internet passou a ser uma nova plataforma de veiculação de conteúdos e logo se transformou em termo sinônimo e imediatamente correlacionável ao ritmo das mudanças comportamentais das pessoas que viviam e ainda vivem ante as expectativas e promessas de felicidade do século XXI.

A internet trouxe um mundo de infinitas possibilidades de relacionamentos pessoais e profissionais, sendo uma ferramenta muito útil para explorar diversos assuntos e, conseqüentemente, permitindo que os ípsilons desenvolvessem ainda mais a curiosidade e a quase inata capacidade para mexer com estas tecnologias. Assim, inevitavelmente, modelos de interação pessoal e das pessoas com o mundo do trabalho estão sofrendo drásticas mudanças:

Todos não de concordar que a amizade, tanto no trabalho quanto fora do trabalho, e o relacionamento pessoal são aspectos fundamentais de nossa vida. A Geração Y, porém, dá mais valor a seus relacionamentos do que ao trabalho e outros compromissos. Os jovens dessa geração se sentem mais à vontade em atividades que envolvam contato social. Com os avanços tecnológicos, qualquer um entra em contato com quem quiser em questão de segundos. Por conta disso, a distinção entre

horário de trabalho e horário pessoal se perdeu (LIPKIN & PERRYMORE, 2010, p. 150).

Aliás, isso também possibilitou o desprendimento necessário à sua independência, já que eles podiam achar as respostas para suas dúvidas tão fácil quanto rapidamente e, o pior ou o melhor de tudo nesse contexto, estão encontrando isso tudo sozinhos.

Assim, no mesmo tempo em que eles estão se tornando uma geração mais crítica, já que na posse de ferramentas instantâneas para questionar, desafiar e discordar, estão padecendo do mal da transitoriedade e da superficialidade, uma vez que tais ferramentas nem sempre veiculam conteúdos confiáveis ou de longa duração.

O ípsilons também não aceitam explicações simples e óbvias. A internet lhes permite a realização de debates em tempo real com pessoas de diferentes lugares e idades por meio de bate-papos e fóruns, o que os torna jovens mais questionadores e prontos para mudar bem rapidamente o que julgam não estar certo.

O lado negativo desse ambiente *full time* e dessa sociedade *online* é que os jovens podem perder ou atrofiar suas habilidades sociais de interação *in live*.

Com o ritmo acelerado da penetração da tecnologia na vida e nas residências, os ípsilons se tornaram especialistas na realização de multitarefas. Como consequência ou efeito colateral de uma vida que passa com pressa, a Geração Ípsilon está se tornando uma comunidade de jovens tão efêmeros e imediatistas quanto bem informados, mesmo que a partir de conteúdos pautados pela superficialidade e orientado por um comportamento alienado ou mesmo despreocupado em relação aos problemas sociais e ideológicos reproduzidos pela máquina de existir contemporânea.

Apesar disso, essa ainda é uma geração bastante curiosa, empreendedora, flexível, colaboradora, que concebe bem a necessidade e o momento em que vivemos como sendo uma contingência de troca de informações e partilhas de vivências e conhecimentos.

As Gerações Z e Alpha

A Geração Z (jovens que, em 2013, contam com uma idade entre seis e dezessete anos) e a *Alpha* (praticamente ainda no útero de suas mães – 2013), talvez, de todas as gerações apresentadas neste trabalho, sejam as que mais têm inspirado preocupações.

Primeiro, por que, falando da Geração Z especificamente, vê-se que esta geração ainda está em formação. Segundo, devido às características por meio das quais se reúnem os integrantes desse novo grupo de pessoas, a preocupação, às vezes, parece se justificar.

Vejamos quais sejam. Atribui-se aos Zês, isto é, aos jovens nascidos nos primeiros anos, a partir de 2000, predicados simultaneamente muito controversos e paradoxais. Se, de um lado, diz-se que eles têm um grande apego a hábitos mais saudáveis e de respeito ao próximo e ao meio ambiente, por exemplo, por outro lado, diz-se que eles, devido a um eventual exagero quanto à conectividade tecnológica, vivem mais no mundo da lua do que antenados aos problemas reais:

Com esse pano de fundo, a geração Z será mais equilibrada em todos os aspectos. Mais resilientes, eles terão, ao que tudo indica, maior interesse pelo aprofundamento do conhecimento, o que será importante para se diferenciarem profissionalmente. Também serão mais comprometidos e dedicados, além de mais cautelosos no que concerne a comportamentos morais (CALLIARI & MOTTA, 2012, p. 170).

Contudo, sabe-se também que estes jovens estão se destacando pela rebeldia, pelo desapego aos ordenamentos morais, legais, éticos, fatos que distinguem estes jovens dos demais por uma quase inexistência de vínculos sociais e familiares.

Além disso, ao mesmo tempo em que os Zês estão hiperconectados uns com os outros pela internet, parece não serem indivíduos capazes ou simplesmente não querem instituir vínculos afetivos intensos e duradouros.

Praticamente estes mesmos itens podem ser aplicados aos jovens *Alpha*. Estes, por sua vez, são a geração que ainda está a caminho. São os sucessores dos Zês, podendo também ser filhos de Ípsilons e até de *Boomers*.

Os *Alpha* são a imagem de um futuro que nos assusta, não por culpa deles, mas pela herança que estão recebendo.

Um dado interessante é que, a partir dos *Zês*, os sociólogos, os antropólogos, os psicólogos e demais segmentos das ciências que se entretêm no desenvolvimento de análises e de discursos definidores e explicativos sobre as gerações, verificou-se existir não um conjunto de características que seriam só deles, mas um modelo de repetição de outros modos de ser e de estar.

O que se passou a perceber, é que estas duas novas gerações em foco manifestam um conjunto de hábitos que não são necessariamente unicamente seus, e que tais posturas eventualmente já apareceram na descrição de outras gerações.

A diferença, é que, agora, a relevância que se dá ao ecologicamente correto, por exemplo, marca muito presente da Geração *Ípsilon*, vem, com a Geração *Z*, revestida de rupturas, isto é, recoberta de uma série de valores heterodoxos que praticamente inviabilizam a coexistência do homem com o meio ambiente.

Exemplarmente, temos que a Geração *Z* se conforma como um grupo de indivíduos ambientalmente engajado. Contudo, um autêntico representante da geração *Zê* idolatra a parafernália tecnológica e, agindo assim, praticamente renega o conhecimento que tem sobre o fato de que a ininterrupta renovação dos produtos de consumo eletroeletrônico provoca um dano gigantesco e irreversível para o Planeta.

PROBLEMATIZAÇÃO DO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DA GESTÃO EMPRESARIAL SOB A ÓTICA DAS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS

O texto de Chiavenato (1999) apresenta de modo claro o fato de que a mudança é relevante, isto é, que a transição, nos modos de pensar e de agir dentro das organizações, é fato diante do qual não podemos nos omitir. Para este autor, portanto, mudar é a linha que define que a transição de uma situação para outra diferente implica em novos caminhos, novas soluções e, assim, a consecução de novos valores.

A mudança organizacional via interação geracional vem implementar novos conceitos, processos e uso de tecnologias mais avançadas com o objetivo de melhorar o desempenho da organização e aperfeiçoar o seu nível de negociação com os públicos interno e externo, facilitando relacionamentos com fornecedores, credores e, conseqüentemente, com o mercado.

Entretanto, seriam as transformações e inovações tecnológicas de fato a pedra de toque que sacramentaria a entrada da organização empresária e seus colaboradores num ambiente efetivo de ampla competitividade? A resposta certa não sabemos, mas, podemos dizer que:

Os trabalhadores de conhecimento de hoje são, provavelmente, menos produtivos que no passado, porque suas agendas estão repletas de atividades que não refletem seu treinamento ou seu talento. As pessoas mais bem treinadas do mundo são as enfermeiras americanas. Contudo, sempre que fazemos um estudo sobre elas, constatamos que 80% do seu tempo é gasto com coisas para as quais elas não foram treinadas. As enfermeiras gastam tempo preenchendo formulários aparentemente desnecessários. Ninguém sabe o que acontece com esses papeis, mas mesmo assim eles têm de ser preenchidos e a tarefa cabe às enfermeiras. Nas lojas de departamentos, os vendedores passam de 70 a 80% do seu tempo atendendo não aos clientes, mas aos computadores. Como tornar o trabalhador de conhecimento mais produtivo é um desafio que teremos de enfrentar seriamente no decorrer dos próximos vinte anos (DRUCKER, 2002, p. 71).

Mudar e tecnologizar todos os processos, apesar de em certos casos ser um aparente paradoxo como vimos acima, virou palavra-chave dentro das organizações. Num contexto como esse, se faz necessário acompanhar as novas tendências e exigências do mercado globalizado, elemento lacunar que, aliás, ajuda a consubstanciar e validar nossos estudos.

Esta necessidade surge ainda, não apenas devido à competitividade, mas também como condição *sine qua non* para a continuação e para a perpetuação da empresa, uma vez que sua estagnação pode causar a sua morte, gerando conseqüências para toda a sociedade, tais como o fechamento de inúmeros postos de trabalho.

Contudo, o mundo corporativo é dinâmico, autorregulamentado, por um lado e, por outro lado, pautado por exigências gradativas de qualidade, melhores serviços e produtos, atendimento, prazo de entrega e outros quesitos

tão importantes, sob o ponto de vista das corporações, quanto atuais, sob o ponto de vista da sociedade e, neste segundo caso, teríamos a responsabilidade socioambiental, a revalorização do capital humano e o incentivo à qualificação continuada, elementos que, reunidos, formam um conjunto de aspectos que tomam conta do contemporâneo dentro e fora das organizações.

Num mundo empresarial de transformações cada vez mais intensas e profundas, as organizações empresárias tiveram, desde o início do século XX, de se adaptar em vários níveis. O setor de tecnologia da informação (TI) das empresas costuma ser vitrine disso:

No final do século 20, a velocidade e a sofisticação das transações comerciais internacionais, associadas ao acelerado crescimento da população – que já havia dobrado em menos de quarenta anos, saltando de 2 bilhões para 4 bilhões de pessoas em 1980 -, promoveram avanços tecnológicos tão expressivos que a informação transformou-se no principal valor que alguém poderia possuir. Iniciava-se, assim, a Era do Conhecimento (até 2000), em que a informação passou a ser o único valor de fato – inclusive absorvendo valores das eras anteriores (OLIVEIRA, 2010, p. 24).

Paralelamente a este aspecto mais geral das modificações, o setor de recursos humanos (RH), além de elemento fundamental para o funcionamento da empresa e de compor de modo bastante significativo o chamado capital intangível das corporações, é ainda o setor que tem sido mais fortemente impactado pelos conflitos protagonizados pelas novas gerações de colaboradores e gestores, espaço tradicionalmente capitaneado pela “velha” guarda da administração empresarial.

Desse modo, como pudemos observar nalguns autores de nosso referencial teórico, se reforça o fato de que as novas gerações, especialmente a denominada Y, é um contingente geracional formado por jovens dotados de alta qualificação e normalmente voltados ao imediatismo dos resultados, tanto na vida pessoal quanto na esfera profissional.

Esta geração, além disso, é uma geração focada em si e, por isso, tende a considerar as empresas onde trabalham como uma mera ponte, isto é, como uma forma de atingir o sucesso profissional, independentemente do resultado

que eles venham oferecendo às empresas que os acolhem: mas, por que isso acontece?

O desenvolvimento dos sentimentos de valorização do “eu” foi cultivado com troféus imerecidos e celebração de comportamentos que antigamente eram de praxe (como dizer por favor ou obrigado, tratar bem os amigos da escola, compartilhar, estudar). Além disso, não reprovar alunos que mereciam reprovação também intensificou o movimento. A expectativa de excelência em tudo o que a criança faz, seja na escola, seja em atividades extraescolares, lhe dificulta a aceitação do fracasso e a capacidade de aprender com os erros (LIPKIN & PERRYMORE, 2010, p. 17).

O efeito colateral dessa conduta aparece quando, em não se obtendo sucesso no atingimento das metas, mergulham na frustração, ou simplesmente não criam raízes e trocam de organização para ir trabalhar na concorrência, ao invés de reverem os pontos em que não conseguiram tanto êxito.

Em situações de mercado tidas como “normais”, a corporação que emprega ou é dirigida por um colaborador ípsilon, reproduz um sistema de circulação de bens e serviços cujos resultados tendem a ser de alto valor agregado:

Quando sentimos que nosso trabalho é flexível e está integrado à nossa vida (em vez de controlar a nossa vida), produzimos mais. O acesso à mídia digital geralmente facilita a comunicação e aumenta a flexibilidade no trabalho. Se for administrado corretamente, pode aumentar nosso tempo livre (a não ser que o sujeito fique viciado nesses meios). Menos formalidade no trabalho, na medida do possível, aumenta o bem-estar e melhora a comunicação, influenciando positivamente os relacionamentos profissionais, desde que todos se sintam bem com menos formalidade e que não haja abuso de liberdade (LIPKIN & PERRYMORE, 2010, p. 131).

Segundo Tapscott (2010), a geração Y possui ainda oito características que os distingue das demais, sendo que cada uma delas é essencial para a compreensão de como a Geração Y está transformando o trabalho, o mercado, o modelo de aprendizado e a sociedade.

Ainda segundo Tapscott, vê-se que características como a (1) liberdade de escolha entre a satisfação do desejo em detrimento da necessidade, (2) a capacidade adaptativa, (3) a curiosidade aguçada, (4) a adesão a causas como

a da defesa ambiental e às relações de igualdade de gênero quando da seleção de seus postos de trabalho, (5) a valorização de aspectos como benefícios salariais e acesso ao entretenimento, (6) a imensa habilidade de trabalho em equipe, (7) a agilização dos processos e (8) a incorporação dos elementos socioculturais relacionados à inovação são marcas determinantes para o colaborador Y.

Outra obra que dialoga de modo conclusivo com o pensamento de Tapscott (2010), especialmente quanto às definições que propõe quanto ao perfil geral dos ípsilons, é a escrita pelos autores Lipkin & Perrymore. Nela, diz-se que:

Quando os funcionários Y têm liberdade para trabalhar do seu jeito, além de produzirem muito mais, eles passam a ser mais criativos. Sua intimidade com os meios digitais lhes dá mais resistência diante da clássica identidade de grupo corporativo (isto é, decisões inadequadas que enfraquecem a criatividade e a responsabilidade individual). A Geração Y está exigindo mudanças na cultura do meio corporativo (LIPKIN & PERRYMORE, 2010, p. 131).

O que é interessante de se notar é que, independentemente do contexto da organização ou do setor em que ela atua, as novas gerações têm um encontro marcado com as gerações anteriores.

Neste sentido, nosso trabalho pode representar uma revisão do que já tem sido escrito sobre estes “encontros” e “desencontros”, ou pode até apresentar novas possibilidades de convívio entre os velhos e os novos modelos de gestão empresarial.

CONCLUSÕES

Há tempos são os jovens que adoecem
/ Há tempos, o encanto está ausente
 (“Há Tempos”, Renato Russo)

O mundo globalizado do século XXI é caracterizado, dentre outras coisas, por um contexto fortemente dominado por mudanças, pela instabilidade das relações humanas pessoais e profissionais e pela velocidade dos processos de produção e distribuição de bens e serviços.

Como poderíamos, portanto, esperar que nossa juventude não espelhasse em nenhum momento o contexto de onde emanam todo o conhecimento pautas de conduta que as têm formado? Seria, sob esta ótica, no mínimo leviano desconsiderar o fato de que o meio contamina aqueles que nele vivem e, neste caso, podemos dizer que:

A análise do processo de trabalho revela, por exemplo, que o relógio é a máquina dominante da organização produtiva; é ele que dá o sinal de início e encerramento do trabalho. Embora nas sociedades industriais a vida seja dividida em períodos consagrados a diferentes atividades, a atividade produtiva é sempre privilegiada: ao invés de a tecnologia ser regulada pelas necessidades do homem, é a vida do homem que é regulada pelas exigências de seu trabalho (de GRAZIA, 1972: 439, apud CHANLAT, 2007, p. 181).

Nota-se que os autores apresentados como estudiosos da gestão empresarial, de alguma maneira, apresentaram classificações um tanto quanto abrangentes ou carentes de melhor definição sobre as chamadas “novas gerações”: Geração Y, Geração X, Geração Z e Geração *Alpha*.

O melhor acerto conceitual, se considerados todos os autores pesquisados quanto às definições propostas para as gerações de gestores estudadas, foi conseguido quanto aos *Baby Boomers*. Acreditamos que isso se deva ao fato de que os membros dessa geração, de um lado, ou são os próprios escritores de muitos textos com os quais entramos em contato, ou pertencem a um momento da história que já faz parte de um passado mais consolidado, visível, enquanto que as novas e novíssimas gerações pertencem a uma época ainda e conformação – a pós-modernidade.

As subdivisões geracionais, para os efeitos de nosso trabalho, ficaram mais claras com Tapscott (2010), autor que conseguiu, de modo sintético e objetivo, oferecer um conjunto de características marcantes da Geração Y muito úteis para o desenvolvimento de nosso trabalho.

Embora despretensiosa no seu propósito, contudo, tal caracterização não deixou de nos abrir um importante leque de investigação sócio empresarial que abarcou desde as gerações anteriores aos ípsilons, passando por integrantes *Xis* e *Alpha*.

Já, a partir dos dois polos socioculturais propostos – *indivíduo x coletivo* e, por outro lado, *empresa x mercado* – pudemos depreender os significados sociais e empresariais que o desafio do convívio intergeracional tem trazido para a nossa sociedade e também para as novas práticas de gestão empresarial.

Ao trazer à tona em nossa pesquisa as novas dinâmicas de relacionamentos interpessoais que estão se desenvolvendo no mercado, pusemos em pauta, para a comunidade intra e extramuros universitários, os interesses e os desafios que os gestores, os empreendedores e os colaboradores terão de enfrentar na condução de suas práticas de gestão.

Assim, na leitura de fragmentos de Coulanges (1999), compreendemos a sociedade em sua conformação geral, seguindo a formação dos primeiros grupamentos humanos, as primeiras cidades, as primeiras trocas simbólicas e materiais, fatos que nos aproximaram da realidade contemporânea, atualizando nosso conhecimento ao contrário. Isto é, ao invés de partirmos em busca de compreender o tempo e os eventos do presente, realizando prospecções especulativas quanto ao futuro, voltamos ao passado e, entendendo como vivíamos, como nosso processo de organização social e empresarial teve início, e transpusemos isso ao contexto atual.

Para compreender como funcionam as empresas, seus processos de produção e de distribuição de bens e serviços, como elas interagem com seus públicos internos e externos, como elas lidam com as diferenças impostas à convivência a todos num mundo global, autores como Chiavenato (1999 e 2003), Wagner & Hollenbeck (2009), Bes & Kotler (2011) e Srour (1998) tiveram importância substancial. Eles praticamente tratam a organização empresária como se fosse um organismo vivo e, partir de visões assim, nossa abordagem investigativa, que tende em fazer prevalecer um cunho humanístico, pôde acontecer em um ritmo mais fluente.

O tratamento dado à Geração Y em nosso texto teve maior força em Calliari & Motta (2012), Oliveira (2010) Lipkin & Perrymore (2010), visto que são autores imprescindíveis para se definir e contextualizar o modo como as velhas e as novas gerações interagem no mundo.

Enfim, vimos que os autores escolhidos, cada um ao seu modo, nos disseram como surgem, como se pode classificar, e como podemos entender o perfil de cada geração, a fim de que, como gestores ou estudiosos organizacionais, possamos aperfeiçoar processos e tirar de nossas equipes de pesquisa ou trabalho o que de melhor elas podem oferecer para si, para a equipe, para as organizações e para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BERTOLDO, Edna *et al.* *Trabalho, Educação e Formação Humana – frente à necessidade histórica da revolução.* São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

BES, Fernando Trías de & KOTLER Philip. *A Bíblia da Inovação – princípios fundamentais para levar a cultura da inovação contínua às organizações.* São Paulo: Leya, 2011.

CALLIARI, Marcos & MOTTA, Alfredo. *Código Y – decifrando a geração que está mudando o país.* São Paulo: Évora, 2012.

CHANLAT, JEAN-FRANÇOIS (coord.). *O indivíduo na Organização – dimensões esquecidas.* São Paulo: Atlas, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.* Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COULANGES, Fustel de. *A Cidade Antiga – estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma.* São Paulo: Edipro, 1999.

DRUCKER, Peter. *A Administração na próxima sociedade.* São Paulo: Nobel, 2002.

GIL, Antonio Carlos. *Gestão de Pessoas – enfoque nos papéis profissionais.* São Paulo: Atlas, 2006.

FLEURY, Maria Tereza Leme. A gestão de competência e a estratégia organizacional. In: LIMONGI-FRANÇA *et al.* *As Pessoas na Organização.* São Paulo: Gente, 2002, p. 51-61.

LIPKIN, Nicole & PERRYMORE, April. *A Geração Y no Trabalho – como lidar com a força de trabalho que influenciará definitivamente a cultura da sua empresa.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. *História Oral* – como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Sidnei. *Geração Y* – o nascimento de uma nova versão de líderes. São Paulo: Integrare, 2010.

PANORAMA DO MEIO AMBIENTE. Editora Komedi: Campinas, 2005.

PISTRAK. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter* – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2008.

SROUR, Robert Henry. *Poder, Cultura e Ética nas Organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

TAPSCOTT, Don. *A hora da geração digital*. Tradução de Marcello Lino. Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010.

WAGNER, John A. & HOLLENBECK, John R. *Comportamento Organizacional* – criando vantagem competitiva. São Paulo: Saraiva, 2009.